

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

VICTOR STEFANISZEN

**POSSÍVEIS EFEITOS DO TRABALHO SEXUAL NA SAÚDE MENTAL DE
TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS**

SOROCABA -SP
2025

VICTOR STEFANISZEN

**POSSÍVEIS EFEITOS DO TRABALHO SEXUAL NA SAÚDE MENTAL DE
TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Estudos da Condição Humana.

Financiamento: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Orientador: Marcos Roberto Vieira
Garcia

Sorocaba-SP
2025

Stefaniszen, Victor

Possíveis efeitos do trabalho sexual na saúde mental de travestis e mulheres transexuais / Victor Stefaniszen -- 2025.
117f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Marcos Roberto Vieira Garcia

Banca Examinadora: Adriana Barbosa Sales, Grazielle Tagliamento

Bibliografia

1. Saúde Mental. 2. Transexualidade. 3. Trabalho Sexual.
I. Stefaniszen, Victor. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Victor Stefaniszen, realizada em 26/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia (UFSCar)

Profa. Dra. Adriana Barbosa Sales (SEDUC)

Profa. Dra. Grazielle Tagliamento (UniDomBosco)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 ENTRE A SUBALTERNIZAÇÃO E O PROTAGONISMO: HISTÓRICO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO	3
1.2 DO MANICÔMIO À DESPATOLOGIZAÇÃO DE CORPOS DISSIDENTES	14
1.2.1 Laudos e Liberdade: Olhares dos Saberes Psi sobre Travestis e Transexuais	17
1.3 ASPECTOS A RESPEITO DO TRABALHO SEXUAL	22
1.3.1 Diferentes modelos de regulamentação legal da prostituição	24
1.3.2 Trabalho sexual e o saber médico	29
1.3.3 Trabalho sexual e saúde mental	31
1.4 REVISÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE SAÚDE MENTAL E TRABALHO SEXUAL	33
1.5 CISHETERONORMATIVIDADE E A CONDIÇÃO HUMANA: QUEM É RECONHECIDO COMO HUMANO?	38
1.3.1 Outras possibilidades de humanismos	42
2 OBJETIVOS	45
3 METODOLOGIA	46
3.1 CONTEXTO LOCAL	46
3.2 ENTREVISTAS	51
3.3 APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES	53
3.3.1 Rafaela	53
3.3.2 Mia	55
3.3.3 Paula	56
3.3.4 Isabela	57
3.3.5 Valentina	58
3.4 INTERSECCIONALIDADES POSSÍVEIS	59
4 RESULTADOS	62
4.1 PERCEPÇÕES ACERCA DA SAÚDE MENTAL	62
4.2 “SUPERTRANS”: BLINDAGENS CONSTRUÍDAS, ILUSÕES PERDIDAS	67
4.3 DEMÔNIAS: MEDOS E ANSIEDADES	71
4.4 ANESTESIAS: EFEITOS NA RELAÇÃO COM O CORPO	76
4.5 USO PREJUDICIAL DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	79

4.6 SENTIMENTO DE SOLIDÃO E FALTA DE AMPARO	82
4.7 DESAFIOS NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL	85
4.8 TECENDO REDES DE APOIO	87
4.9 ESTRATÉGIAS DE VIDA	91
4.10 PENSANDO NOVAS POSSIBILIDADES	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113
ANEXO 2 – ROTEIRO	116

1 INTRODUÇÃO

Quando criança, eu frequentemente passava de carro por uma rua no centro de Sorocaba. Era um local conhecido pela grande quantidade de lojas de roupas para casamentos. Durante o dia, as vitrines exibiam toda sorte de vestidos coloridos para madrinhas, repletos de brilho, rendas e tudo o que mais pudesse ser considerado moda no final dos anos 90. Em destaque nas vitrines estavam os vestidos brancos de noiva. Ao lado, com bem menos destaque, ficavam os ternos dos noivos que, por mais que existissem em diversos modelos, sempre acabavam parecendo iguais.

As lojas fechavam as portas de correr por volta das dezoito horas, escondendo da vista também as roupas que, momentos antes, exibiam, separadas do público do lado de fora por um vidro. A noite descia como um manto sobre a cidade e, em resposta à escuridão, as luzes amareladas iluminavam as vielas do centro. Contudo, essas luzes falhavam nessa missão, deixando o entorno em meia-sombra, o que causava mais medo do que segurança pelas ruas vazias, especialmente nas construções antigas da região.

Era mais ou menos nessa hora que as esquinas ficavam ocupadas. Esse trecho específico fazia parte constante do trajeto de retorno para a minha casa. Já havia me acostumado com elas por ali: eram tão parte da paisagem quanto as árvores da calçada ou as pichações nos muros. Uma vez, lembro que a curiosidade infantil me fez perguntar o que aquelas moças estavam fazendo paradas na esquina. Minha mãe, que conduzia o carro, não respondeu diretamente; apenas disse que elas “queriam ser mulher”, com um ar de desaprovação que imediatamente me fez entender que não deveríamos continuar aquele assunto. Por muito tempo, essa resposta foi a única informação que tive sobre elas.

Já na minha graduação, participei do movimento estudantil. Justamente nesse período, organizava-se, na Universidade Federal de Uberlândia, um coletivo LGBTQIAPN+¹ dentro do curso de Psicologia, que foi denominado Gisberta Júnior — em homenagem a uma imigrante transexual brasileira assassinada em Portugal, violentada e repetidamente agredida por adolescentes que jogaram seu corpo ainda vivo em um poço.

Novas inquietações surgiram entre os estudantes do curso em relação a gênero e sexualidade, uma vez que travestis e transexuais apareciam tanto na condição de pacientes na clínica-escola quanto na de estudantes da graduação. Ao mesmo tempo, tínhamos poucas

¹Ao longo do texto, escolhi utilizar o termo LGBTQIAPN+ por entender a importância de demarcar na sigla as diferentes identidades de gênero e de orientação sexual que compõe a luta pelo reconhecimento de direitos negados às essas minorias e as especificidades de pautas que demandam cada uma delas.

discussões sobre sexualidades e identidades que fugiam das hegemônicas, o que nos levou a criar nosso próprio espaço para discutir essas questões, ainda muito incipientes na formação de psicólogas e psicólogos.

Nos organizamos para que os banheiros do prédio deixassem de ser divididos por gênero, tornando o bloco mais acolhedor para o uso de todas as pessoas. Na mesma época, voltou à tona a discussão sobre legislações a respeito de supostos tratamentos chamados de “cura gay”, colocando em foco a nossa futura classe profissional. Participamos, então, da Parada LGBTQIAPN+ de Uberlândia como futuras psicólogas e futuros psicólogos comprometidos em acolher a diversidade sexual e de gênero, e não como ceifadores de subjetividades diversas.

Já formado e de volta a Sorocaba, em 2020, ingressei como voluntário no serviço psicoterapêutico da Associação de Transgêneros de Sorocaba (ATS). Estava no início da minha trajetória como clínico e, ao mesmo tempo, enfrentava uma profunda crise sobre o significado da minha profissão e o meu papel na sociedade ao exercê-la.

Lembro-me do medo que senti antes de atender a primeira pessoa desse serviço — medo de errar, sentimento que ouvi dezenas de vezes posteriormente, quando colegas de profissão me procuraram para compartilhar suas angústias ao atender travestis e transexuais.

Foi nesse serviço que eu, de fato, aprendi quem eram aquelas que ficavam nas esquinas do centro da cidade: pessoas que, mesmo enfrentando as maiores adversidades que a sociedade lhes impunha, ainda fervilhavam de vida. Suas histórias, até hoje, me tocam de diferentes modos: algumas reverberam dentro de mim pelas tristezas, outras me chocam pela violência, enquanto outras me trazem esperança à medida que alcançam conquistas e realizam sonhos. E há aquelas histórias que, quando nos damos conta, nos fazem rir. Ou melhor: tudo isso se mistura na complexidade do que é ouvir o humano em sua plenitude.

A psicoterapia da ATS foca em atender travestis e transexuais de baixa renda em Sorocaba. Uma parte considerável das usuárias desse serviço está inserida no trabalho sexual ou o exerce paralelamente a outros empregos, como forma de complementar a renda. Em minhas pesquisas, na tentativa de encontrar materiais adequados para pensar estratégias de acolhimento para essa população, fiquei consternado com o pequeno número de produções acadêmicas sobre a especificidade do trabalho sexual e sua relação com a saúde mental. Desse modo, por meio dos questionamentos oriundos desse trabalho, surgiu a indagação que orienta esta pesquisa: quais são os possíveis efeitos do trabalho sexual na saúde mental de travestis e mulheres transexuais?

Em um primeiro momento, espantei-me com o fato de não encontrar material focado nesse tema. Hoje, penso que isso é uma consequência natural do lugar que a Psicologia ocupou por muito tempo em relação ao que dizia respeito a travestis e transexuais: o papel de diagnosticar e institucionalizar, privando-as tanto de receber acolhimento quanto de serem profissionais atuantes nesse cuidado. Espero que este trabalho seja uma pequena contribuição para a construção de uma Psicologia mais humanizada e atenta àqueles a quem costumamos não dar ouvidos.

1.1 ENTRE A SUBALTERNIZAÇÃO E O PROTAGONISMO: HISTÓRICO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

A existência de pessoas que não se enquadram na norma responsável por categorizar os seres humanos dentro do sistema binário mulher/homem² foi uma realidade presente em diversas épocas e culturas, assim como outros modos de pensar a divisão dos gêneros sem que esta estivesse relacionada aos órgãos sexuais em nossa espécie. O saber oriundo da Europa Ocidental — disseminado em diferentes regiões do mundo por meio da violência colonizadora — gerou a marginalização, estigmatização e perseguição dessas identidades (Herdt, 1996).

Megg Rayara Oliveira (2021), travesti negra e pesquisadora, relata como a arte tradicional da África manifestava atributos que, em suas representações plásticas, indicavam modos de existir para além do sistema binário mulher/homem imposto pela colonização europeia. No Egito Antigo, a divindade Hapi, personificação da fertilidade após as enchentes do Rio Nilo, era representada com marcadores corporais associados à feminilidade — como seios e quadris arredondados — e ao masculino — como barba.

Os Bambara, do Mali, utilizavam máscaras na cerimônia de iniciação chamada N'domo. Elas representavam tanto figuras masculinas quanto femininas, mas também incluíam algumas que simbolizavam gêneros intermediários, indicados pela quantidade de chifres nas máscaras. Aquelas com sete chifres representavam esses outros gêneros. Os Dogons, por sua vez, criavam representações artísticas de figuras com seios e pênis, semelhantes aos corpos de travestis e mulheres transexuais da contemporaneidade. Mais do

² Herdt (1996) e outros autores referenciados ao longo do texto, utilizam a categoria homem/mulher em seus estudos, para se representar o binômio de gênero em nossa sociedade. Por entender esse texto como tendo um viés feminista, inverteo essa ordem, colocando o gênero feminino em primeiro lugar.

que frutos da imaginação, essas obras refletiam como essas sociedades estavam organizadas (Oliveira, 2021).

Outro exemplo de identidades de gênero que não se conformam à binaridade imposta são as *hijras*. Presentes na cultura indiana desde o tempo do *Ramayana* e do *Mahabharata*, textos sagrados do hinduísmo, elas integram comunidades próprias com estruturas específicas. Desempenham um papel místico e são frequentemente contratadas para atrair bênçãos sobre recém-nascidos. Mesmo com tentativas de aproximação e paralelos com as identidades presentes no Ocidente, as *hijra* se entendem para além do esquema binário mulher/homem, ainda que possuam uma expressão de gênero feminina (Kalra, 2012).

Do mesmo modo, ao estudar a sexualidade dos povos originários da América do Norte, a socióloga canadense Margaret Robinson (2007) cita a atenção oferecida aos gêneros suprabinários (ou seja, além do feminino e do masculino) nas documentações dos colonizadores europeus, numa tentativa de reforçar o estereótipo de culturas retrógradas ou degradadas. Entre esses gêneros estão o *lhamana* do povo A'shiwi e o *wíytke* dos Navajo (p. 5).

Nesses exemplos, é possível observar a grande diversidade de manifestações de gênero oriundas das mais diversas culturas e localidades específicas, com pessoas que se identificam para além do binômio mulher/homem. O debate acerca dessas identidades parece ainda mais presente em diversas esferas da sociedade em tempos recentes.

Para Hall (2008), a identificação, na linguagem do senso comum, é entendida com base no reconhecimento de uma origem comum, de características compartilhadas ou, ainda, de um ideal, com uma pessoa ou com um grupo. Entretanto, essa visão possui uma leitura naturalista. O autor propõe, então, um conceito de identidade não como um indicativo de um núcleo estável do eu que transpassa a história e o tempo, permanecendo inalterado. Pelo contrário, seria uma construção, um processo que nunca será concluído, com identidades não unificadas e que, em tempos atuais, se apresentam cada vez mais múltiplas, com interseções de diferentes discursos, sempre em mudança e transformação. Uma vez que as identidades são construídas dentro do discurso, é necessário entendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais, com suas especificidades (Hall, 2008).

Trabalharemos com o conceito de identidade sabendo que, no campo das dissidências de gênero, essas identidades se organizam de formas múltiplas. No Brasil, a identidade travesti surge cronologicamente antes da popularização da terminologia transexual ou transgênero se tornar recorrente, assim como outras menos proeminentes.

Segundo a transexual e psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus (2020), o movimento de militância travesti e transexual do Brasil resgatou dos autos da Inquisição a figura de Xica Manicongo como sua ancestral. Nascida no reino africano do Congo, ela viveu em Salvador após ser vendida para um sapateiro. Trajava-se com as roupas típicas das mulheres de sua terra natal, até ser denunciada ao Santo Ofício. A pena pelo pecado da sodomia, acusação que lhe foi atribuída, seria a queima em praça pública.

Pressionada pelas autoridades, Xica abandonou as roupas com as quais preferia ser vista e passou a se adequar ao que lhe foi imposto pela Igreja. Se antes era entendida e punida com um teor religioso e pecaminoso, posteriormente o ato de se vestir com roupas diferentes do gênero atribuído socialmente passou a ser uma violação legal, em um processo de criminalização, considerando que essa seria uma experiência não-humana, como aponta a travesti e pesquisadora Letícia Nascimento (2022).

Dentro do contexto brasileiro, travestis e transexuais são colocadas em um local de *subalternidade*. Essa terminologia surge na área conhecida como estudos subalternos, originados no contexto pós-colonial indiano, tendo como uma de suas principais expoentes a teórica Gayatri Chakravorty Spivak, em seu texto *Pode o subalterno falar?*, publicado originalmente em 1988. O termo "subalterno" origina-se da palavra latina *subalternus*, que significa aquele que depende de um terceiro, que está subordinado a outro. Assim, em um sentido mais amplo, refere-se à perspectiva de pessoas de localidades e grupos excluídos do poder dentro da estrutura hegemônica (Figueiredo, 2010; Spivak, 2023).

As pessoas em posições subalternas são silenciadas epistemologicamente: seus saberes a respeito do mundo são desacreditados, e as instituições falham no processo de garantir plena cidadania a essas populações. Essas pessoas possuem acesso restrito a recursos educacionais, sociais ou culturais necessários para que possam entender, enfrentar ou resistir às violências e à falta de apoio institucional (Ferreira, 2020).

Em sua explanação, Spivak (2023) relata a prática das *sati*, viúvas indianas que se imolavam ritualisticamente na pira funerária de seus maridos mortos, uma prática que não ocorria em toda a Índia nem era exclusiva de uma casta específica. Durante o processo de colonização da região pelos ingleses, esse ritual foi abolido pelos europeus. Em contrapartida, os homens nativos afirmavam que essas mulheres desejavam, de fato, morrer. Em ambas as narrativas e nos registros desses casos, não se encontra a voz dessas mulheres, apenas o que grupos externos a elas diziam sobre tal prática. Spivak (2023) reforça a questão de gênero ao discutir a subalternidade: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem

história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (p. 85).

Dessa forma, podemos pensar que a subalternidade entre travestis e pessoas transexuais, no contexto brasileiro, aparece quando são excluídas do debate público e das próprias leis que afetam diretamente suas vidas e seu bem-estar. Frequentemente, em vez de serem ouvidas como pessoas capazes de produzir suas próprias interpretações acerca do mundo e de suas realidades, suas vivências são desconsideradas. No lugar disso, são saberes produzidos sem sua participação — em campos como a medicina, o sistema jurídico ou a religião — que interpretam suas existências de maneira unilateral. Assim como no caso das viúvas da Índia, falam sobre elas, mas o próprio poder de fala das travestis e mulheres transexuais se torna emudecido.

Se, no período colonial, Xica Manicongo foi levada à Inquisição por conta da transgressão de gênero que representava, no começo do século XX, penalizações advindas do sistema judiciário passaram a atingir quem não se vestisse de acordo com o socialmente aceito para o gênero atribuído. Entretanto, o período do carnaval se mostrou um espaço em que as rígidas normas de gênero se tornavam mais frouxas, permitindo que as pessoas se expressassem da forma desejada, sem as punições recorrentes em outras épocas do ano.

Mesmo com a relativa permissividade das festas de carnaval, pessoas ainda podiam ser presas por isso, enquadradas no Código Penal de 1890, no Artigo 379: “Do Uso de Nome Suposto, Títulos Indevidos e Outros Disfarces”. Além disso, os olhos da sociedade conservadora viam com hostilidade os “pederastas” — termo utilizado para definir qualquer pessoa classificada como homem que violasse as normas de gênero da época (Roberto, 2021). O bloco “Caçadores de Veados”, surgido em 1930 como uma reação à perseguição em outros blocos, tornou-se um importante marco de resistência nesse período do ano. Se, em outros espaços, existiam proibições relacionadas a vestimentas e dissidências de gênero, nesse havia liberdade para que as pessoas se vestissem como desejassem.

A cobertura do jornalismo, especialmente o independente, foi crucial para dar visibilidade às expressões de gênero dissidentes, por meio de publicações como *O Lampião da Esquina*, já durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Ele possuía um caráter crítico, pluralista e partidário, e expunha de forma incisiva o preconceito e o descaso enfrentados por aqueles que divergiam das normas de gênero, como as travestis, além de outros grupos sociais subalternizados, como mulheres, negros e indígenas. Infelizmente, o contexto político e social da época não foi favorável para reduzir a marginalização, mas

possibilitou a criação de espaços de tolerância e acolhimento para expressões de gênero não hegemônicas, como boates e galerias (Ferreira, 2010).

Antes que o olhar psiquiátrico se tornasse prevalente, a psicanálise também exerceu sua influência para patologizar travestis, classificando, na época, como travestismo fetichista, uma espécie de psicose (Jesus, 2013). Ainda que atualmente a psicanálise tenha se aproximado dos debates de gênero e sexualidade, no clássico *Vocabulário de Psicanálise* (1995), de Jean Laplanche, é possível observar, no verbete “Perversão” — definido como “Desvio em relação ao ato sexual ‘normal’” — o seguinte trecho: “Diz-se que existe a perversão quando o orgasmo é obtido (...) quando o organismo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (fetichismo, **travestismo**, voyeurismo e exibicionismo, sadomasoquismo)...” (p. 341, grifo nosso).

Conforme a transexual e psicóloga Sofia Favero, em parceria com Paula Sandrini Machado (2019), nos anos 60, o endocrinologista Harry Benjamin publicou o livro *The Transsexual Phenomenon* (1966), consolidando um olhar psicopatológico sobre a diversidade sexual. Nessa obra, critérios diagnósticos foram utilizados para definir o que seria a transexualidade. Entre eles, destacavam-se a repulsa e o desejo de remoção das características primárias e secundárias do gênero designado ao nascimento. Benjamin propunha que os pacientes transexuais fossem classificados como “verdadeiros” ou “falsos”, sendo os verdadeiros aqueles que possuíam uma necessidade profunda de intervenções médicas, como aplicação de hormônios e cirurgias.

Na época, compreendia-se que somente esses procedimentos médicos seriam terapêuticos para as pessoas transexuais, argumentando que, uma vez que a mente não fosse adequada ao corpo, o corpo poderia ser adequado à mente. Ou seja, a transexualidade passou a ser vista como uma questão do saber médico (Favero e Machado, 2019). Segundo Letícia Nascimento (2021), a medicina psiquiátrica passou a validar questões morais em sua tentativa de estabelecer critérios científicos para a transexualidade, justificando a subjetividade trans a partir de condições patológicas, com fundamento no binarismo dos sexos e na heterossexualidade compulsória (p. 109).

Harry Benjamin (1966), ao propor procedimentos médicos como uma possibilidade de tratamento para pessoas cuja anatomia não estava em conformidade com sua identidade de gênero, também evidenciou como a tecnologia evoluiu, tornando possíveis alterações biomédicas no corpo.

Se, antes, o entendimento do corpo encontrava explicações por meio da filosofia e da religião, na Idade Moderna ele passou a ser um objeto de estudo e interesse do saber médico.

Assim, as características anatômicas passaram a atuar como critérios para classificar as pessoas dentro de determinado gênero, servindo de base para o enquadramento dos seres humanos dentro do binômio mulher-homem (Garcia, 2008).

Tendo em vista que essa classificação se constituiu dentro de um contexto histórico específico, pode-se concluir que a ideia de separação dos gêneros com base em características anatômicas foi igualmente construída em consonância com o desenvolvimento das ciências biológicas. De acordo com a zoóloga Donna Haraway (1992), “Organismos emergem de um processo discursivo. A biologia é um discurso, não o mundo vivo em si” (p. 298, tradução nossa). Com isso, a autora enfatiza que as ciências biológicas não são isentas de valores, tampouco ocupam um lugar de neutralidade — originadas em um contexto patriarcal, elas também reproduzem tal estrutura (Silva, 2009).

Entretanto, conforme o antropólogo francês David Le Breton (2003), em tempos mais recentes, a maleabilidade do corpo se tornou comum — a antiga ideia de “biologia como destino” caiu por terra: o corpo passou a ser uma matéria-prima passível de ser alterada e redefinida.

Le Breton (2003) disserta sobre as diversas maneiras pelas quais o corpo se torna moldável — desde marcas corporais, como tatuagens, piercings, *brandings*, escarificações, implantes subcutâneos e outras modificações associadas à estética e aos movimentos de contracultura, passando pela identidade construída nos músculos e na disciplina dos *bodybuilders*, até o corpo de travestis e transexuais.

Segundo Marcos Benedetti (2000), “é no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitas” (p. 46). Assim, uma gama de adequações e modificações é realizada para que se atinja objetivos particulares relacionados à aparência e à expressão de gênero. Benedetti (2000) lista adequações mais acessíveis, como pintar as unhas, usar maquiagem, remover pelos, alterar o tom de voz, escolher roupas e sapatos com o intuito de aproximar-se dos marcadores físicos que, em nossa cultura, são associados ao feminino. Também são mencionadas modificações mais invasivas, como o uso de hormônios, a aplicação de silicone e cirurgias plásticas.

É importante salientar que, mesmo com os avanços tecnológicos que aprimoraram diversas técnicas de modificação corporal, muitas travestis e transexuais não desejam realizar certos procedimentos estéticos ou não podem fazê-lo. Isso pode ocorrer por vontade própria ou por limitações financeiras, uma vez que o acesso a determinadas intervenções médicas de modo legal ainda exige um considerável gasto financeiro. Além disso, há outros fatores, como o caso de travestis e mulheres transexuais atuantes no trabalho sexual, que não podem usar

bloqueadores de testosterona, pois isso prejudicaria as ereções e, conseqüentemente, sua fonte de renda.

Le Breton (1999) chama o corpo de travestis e transexuais de artefato tecnológico, devido ao investimento de tecnologias empregado nele, permitindo que assumam uma expressão de gênero de acordo com seu sentimento pessoal. Assim, ocorre a supressão de aspectos físicos que anteriormente causavam incômodo e o destaque de sinais de sua nova aparência.

Donna Haraway (2009), utilizando-se de ironia e blasfêmia, evoca a figura do ciborgue — uma criatura oriunda da ficção científica que funde humano e máquina em um único ser — como uma provocativa imagem para mostrar como as barreiras entre natureza e tecnologia são inexistentes, rompendo com os dualismos tradicionais. Haraway (2009) argumenta que a máquina também faz parte de nossa corporificação e que o ciborgue expressa a fluidez do gênero, sugerindo que ele pode não ser uma identidade fixa. Na experiência de vida de travestis e transexuais, o uso dessas tecnologias ressoa em sua capacidade de ultrapassar imperativos da natureza, moldando sua anatomia e características físicas.

Entretanto, Haraway (2009) nos provoca a pensar sobre a tecnologia como um campo em disputa: ela pode ser uma ferramenta tanto para a emancipação quanto para a dominação. Do mesmo modo, as tecnologias médicas aplicadas ao corpo podem ser usadas para promover um modelo unitário de como ser uma travesti ou uma pessoa transexual.

Conforme a travesti e ativista argentina Lohana Berkins, no ensaio *El Derecho Absoluto Sobre Nuestros Cuerpos* (2000), existe uma imposição social a respeito da estética da travesti: ““está bem, este garoto não quer ser um homem, que seja mulher. Porém, não qualquer mulher. Mas uma mulher esplêndida.”” Por meio de figuras como a de Roberta Close — a primeira mulher transexual a aparecer na capa da revista *Playboy* no Brasil —, que ajudaram a forjar um padrão estético, é imposto um modelo irreal do feminino, associado à beleza e à doçura, modelo este consumido pelo patriarcado. Muitas vezes, essa imposição se torna tão forte que acaba por vitimizar muitas travestis e mulheres transexuais. Como consequência, ocorre uma hierarquização, à medida que nem todas conseguem acessar os procedimentos e tecnologias necessários para transformar seus corpos de acordo com o ideal vendido.

Ainda nos anos 60, observa-se o surgimento de um movimento organizado pelas travestis brasileiras em nosso território. Alguns trabalhos reconstroem a história dessas mobilizações coletivas, como o livro *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades* (2019), da travesti, pesquisadora e

ativista Adriana Sales, e o livro *Pedagogia das Travestilidades* (2022), da travesti e pedagoga Maria Clara Araújo dos Passos.

É possível rastrear a gênese do movimento organizado na década de 1970, durante o período da ditadura cívico-militar, marcado por grande vigilância sobre os corpos. Nesse contexto, era frequente o uso de meios jurídicos, como a contravenção penal de vadiagem, contra profissionais³ do sexo em geral. Além disso, havia uma narrativa de periculosidade sobre as travestis, amplamente defendida pela Polícia Civil da época. Prisões arbitrárias eram realizadas sob o pretexto de estudos criminológicos acerca dessa suposta periculosidade, como o estudo conduzido em São Paulo pelo delegado Guido Fonseca (Passos, 2022).

Em 1979, as regiões do centro de São Paulo, conhecidas como Boca do Lixo e Boca do Luxo, tornaram-se locais emblemáticos onde violências institucionais contra profissionais do sexo — travestis e cisgêneras — eram amplamente repercutidas pela mídia, que endossava a narrativa de que as travestis representavam um perigo. Essas violências policiais levaram a ativista Gabriela Leite a organizar politicamente as outras que também faziam desses locais seus pontos de trabalho (Passos, 2022).

Gabriela Leite (1951-2013) foi uma importante militante que organizou a categoria das putas — termo que ela preferia usar para se referir a si mesma enquanto profissional do sexo, bem como à categoria como um todo. Em 1969, Gabriela ingressou no curso de Ciências Sociais da USP, mas logo abandonou a graduação. Vivendo no meio boêmio de São Paulo na época, passou a se prostituir, assumindo o nome pelo qual é conhecida até os dias de hoje. Viveu em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Mesmo já afastada da prostituição nos anos 80, ainda se referia a si própria como “uma puta aposentada”. Na Boca do Lixo, Gabriela articulou uma manifestação na Praça da Sé, em um momento em que profissionais do sexo (travestis ou cisgêneras) convocavam a sociedade civil contra as arbitrariedades cometidas pela polícia (Barreto e Mayorga, 2016).

No mesmo período, a Operação Pente-Fino, em Vitória, no Espírito Santo, assolava as profissionais do sexo da cidade, gerando prisões sob a alegação de supostas averiguações. Nessa cidade, também foi organizada uma articulação entre as profissionais do sexo, lideradas por Bianca, uma mulher cisgênero, que buscava formar uma organização política. Inspirada

³ Ao longo do texto, utilizarei o termo *profissional do sexo* para me referir às mulheres que encontram no trabalho sexual sua fonte de renda. Mesmo reconhecendo a importância do termo *puta* em termos de militância, perguntei para as participantes da pesquisa qual termo elas achavam que seria mais adequado para utilizar enquanto coletividade, uma vez que cada uma escolheu um termo diferente para se referir a si enquanto trabalhadora sexual. Como a maioria elencou profissional do sexo, seguirei esse padrão.

pelas movimentações sindicais e ações que proliferavam na época, surgiu a Associação Damas da Noite (Passos, 2022).

Desse movimento, destacou-se Jovanna Cardoso, conhecida como Jovanna Baby, que, em 1990, foi convidada a conhecer as ações de prevenção do hiv/aids realizadas pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), no Rio de Janeiro. Jovanna passou a atuar como conscientizadora, por meio do Projeto Saúde na Prostituição, nos pontos onde as profissionais do sexo trabalhavam, em espaços públicos, tornando-se uma figura de liderança e referência. A relação de Jovanna Cardoso com o ISER possibilitou que as profissionais do sexo tivessem acesso ao conhecimento de seus direitos e à assistência jurídica. Essa articulação foi importante para enfrentar o assédio das autoridades policiais sobre as profissionais do sexo (Passos, 2022).

Na década de 1990, mesmo com a Constituição de 1988 e a redemocratização, a violência contra travestis brasileiras persistia. Foi nesse contexto que nasceu, no Brasil, o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais de modo organizado, com a fundação da Associação de Travestis e Liberados (Astral), em 1992, no Rio de Janeiro, apresentando pautas específicas da população travesti do Brasil (Sales, 2019; Passos, 2022).

No ano seguinte, foi realizado o I Encontro de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, com representantes de outros estados, tornando este evento o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados. Essa experiência incentivou outras travestis a organizarem movimentos em seus estados. Muitas das organizadoras e militantes desse período eram profissionais do sexo e estavam cientes da epidemia de hiv entre as travestis, articulando ações voltadas à informação e prevenção. As pautas da violência policial e da aids foram as mais discutidas na época, com a atuação de travestis tanto em organizações não governamentais quanto no Ministério da Saúde, sendo a epidemia um agente que catalisou a população travesti em sua organização política (Sales, 2019; Passos, 2022).

Após 1993, os encontros passaram a se chamar ENTLAIDS — Encontro de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da aids —, tornando-se espaços onde era possível reivindicar direitos e conquistar acesso à cidadania, como, por exemplo, o uso do nome social. Esses encontros agregaram travestis, mulheres transexuais, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e pesquisadores da área. É importante salientar que, nesse período, não havia referências a homens trans participantes. Outra conquista importante do movimento travesti foi a obtenção de espaço no Movimento Homossexual Brasileiro, apesar da resistência de integrantes que, em certa medida, as culpabilizavam pelo estigma sofrido por homens

cisgêneros homossexuais. O ENTLAIDS ocorreu posteriormente na cidade de Vitória, antes de retornar ao Rio de Janeiro em 1995 (Sales, 2019; Passos, 2022).

Ainda conforme Passos (2022), nesse mesmo período, o termo *transgênero* começou a ser utilizado por ativistas internacionais, em países como a França. Houve uma tentativa de substituir a palavra *travesti* por nomenclaturas oriundas de outros contextos, com o intuito de higienizar o nome do movimento, mas as travestis da época não se identificavam com esse termo, recusando-o. Como aponta a autora:

A visível pretensão política de universalizar/homogeneizar as experiências em torno da identidade “trans”, como se coubesse ao Brasil se adequar ao que os movimentos do Norte deliberam, nos mostra como a narrativa da globalização pode ser instrumentalizada com vistas a apagar a heterogeneidade que os projetos latino-americanos apresentam. (p.71)

O fato de tentarem apagar a palavra *travesti* reforça o fato de que essa população passou por um processo de subalternização em nossa sociedade: em vez de ouvir com qual termo elas prefeririam ser chamadas, impôs-se uma terminologia estrangeira, oriunda do saber médico, silenciando a palavra que elas usavam para se referir a si próprias e dando prioridade a uma terminologia criada fora do próprio grupo.

Os anos 2000 foram marcados pelo estabelecimento do diálogo com a institucionalidade política, buscando firmar a legitimidade de suas pautas enquanto coletivo junto ao Estado, com integrantes do movimento ocupando espaços na própria estrutura governamental e travestis participando ativamente da construção de políticas públicas. Essa época também marcou a consolidação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (Rentral), que posteriormente se tornou a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). No mesmo período, a palavra *transexual* passou a ser cada vez mais utilizada como autodefinição, não como um imperativo de ativistas estrangeiras. Nessa fase, as transexuais também começaram a integrar e participar do movimento social anteriormente organizado pelas travestis (Passos, 2022).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve alguma aproximação com a militância LGBTQIAPN+, mas foi durante os governos do Partido dos Trabalhadores que a atuação política dos movimentos sociais progressistas se intensificou, gerando frutos como o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) e a criação do Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (CT-LGBT) do Ministério da Saúde, em 2004. Este último culminou na proposta do Processo Transexualizador, que, mesmo com a

tendência patologizante imposta pela classe médica, se tornou a principal política pública voltada para a população de travestis e transexuais. Ainda em 2004, foi realizada a campanha “Travestis e Respeito: Já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.”, reconhecendo a humanidade delas em múltiplos espaços sociais (Passos, 2022).

A década de 2010, por sua vez, foi marcada por retrocessos motivados pela pressão de setores religiosos, como parlamentares católicos e evangélicos. Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff vetou o projeto Escola Sem Homofobia, apelidado por grupos conservadores como “Kit Gay”. Em 2014, as questões de gênero foram suprimidas do Plano Nacional de Educação.

Por outro lado, no mesmo período, os estudos *queer*⁴ ganharam mais consistência, influenciando novos caminhos teóricos para as discussões LGBTQIAPN+ no território brasileiro. Nesse contexto, observamos emergir o pensamento transfeminista dentro do movimento de travestis e transexuais. Diferentemente do uso de espaços públicos que o Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais teve até então, o transfeminismo encontrou seu principal espaço de atuação no ambiente virtual. Além disso, a produção acadêmica dentro das universidades também aflorou, consolidando essa população como produtora de conhecimento (Passos, 2022).

Segundo a mulher trans e pesquisadora Beatriz Bagagli (2020), o transfeminismo coloca travestis e transexuais em uma posição de produtores e objetos do discurso, propondo críticas às formas de violência sexista e transfóbica. Assim, torna-se adequado para uma construção crítica do mundo semanticamente normal dos sexos. Desse modo, o transfeminismo acrescenta novas categorias analíticas pertinentes para a compreensão de vivências, questões e problemáticas enfrentadas por travestis e pessoas transexuais. Como escreve Letícia Nascimento (2021), é importante reconhecer que travestis e mulheres transexuais são produtoras de epistemologias, tendo no transfeminismo “um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis” (p. 70).

Hall (2008) considera que as identidades são construídas não fora, mas através das diferenças, ou seja, na relação com o Outro — aquilo que não se é. De modo semelhante, Nascimento (2022) aponta que o posicionamento das travestis e mulheres trans como “outras” depende da fixação de uma identidade que, supostamente, seria pura e neutra, não marcada

⁴ Os estudos queer nascem dos desenvolvimentos teóricos da pensadora estadunidense Judith Butler.

culturalmente e naturalmente constituída de privilégios. Ainda que uma identidade com tais características não exista, houve, através de aparatos discursivos (jurídico, médico, político, religioso e educativo), a tentativa de instaurar o homem branco, cristão, heterossexual, burguês, sem deficiências e magro como padrão hegemônico. Essa soberania só se dá a partir da colonização de outras identidades, pois todos os marcadores de sexo/gênero, raça/etnia, religião, entre outros, trazem história e se constroem por meio de processos culturais e políticos.

No senso comum, as corporalidades de travestis e transexuais são consideradas artificiais, como se os corpos que não o são fossem considerados “naturais” — ignorando que também são fruto de uma construção discursiva que centraliza o gênero nos órgãos sexuais e no dimorfismo sexual. Por isso, o termo *cisgeneridade* tem ocupado um espaço central dentro do pensamento transfeminista, numa tentativa crítica de mostrar como esses corpos possuem o privilégio de ter um status de naturalidade. É, também, um convite para que as pessoas cisgêneras reflitam sobre seus próprios gêneros e percebam como eles também são construídos (Nascimento, 2022).

Conforme a travesti e pesquisadora Viviane Simakawa (2023), tendo como base o conceito de *cisgeneridade*, é possível observar a normalidade de gênero — a *cisnormatividade*, que se manifesta utilizando-se de variados dispositivos de poder que se colidem, exercendo efeitos colonizadores sobre existências, corpos, vivências, identidades e identificações de gênero que não estejam dentro da conformidade de seus preceitos normativos.

Ao evocar o termo *dispositivo*, Simakawa (2023) faz referência ao pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Por meio desse termo, Foucault demarcava um conjunto heterogêneo de elementos “que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 1998, p. 244). Nesse contexto, o dito e o não dito fazem parte da composição do *dispositivo*.

Viviane Simakawa (2023) ressalta que o termo *cisgeneridade* ou o uso do prefixo “cis-” em debates sobre questões relacionadas a identidades de gênero tem suas origens em “interações sociais e iniciativas de ativismo trans” (p. 71). Esse conceito tem como um de seus elementos constitutivos a consciência crítica de pessoas

cujas existências foram constrangidas e brutalizadas por conta de seus corpos, identidades e expressões de gênero. Consciências que são atravessadas por muito

sangue de cissexismos, e por um desejo, cada vez mais presente e articulado, de rompimento com os silêncios diante das violências de gênero — colonizadoras (Simakawa, 2023, p. 72).

1.2 DO MANICÔMIO À DESPATOLOGIZAÇÃO DE CORPOS DISSIDENTES

O desenvolvimento da Psiquiatria, juntamente com o das outras áreas dos saberes *psi*⁵, seguiu tanto tendências externas quanto demandas específicas do nosso território. Durante o período colonial brasileiro, observou-se uma ausência de políticas voltadas para essa questão. Aqueles que sofriam de condições psíquicas diversas eram vistos como excêntricos, objetos de riso ou como perigosos, sendo encarcerados juntamente com criminosos. Com a chegada da corte de D. João VI, em 1808, surgiram escolas voltadas para a formação de profissionais da saúde, com forte influência da medicina francesa, além da inauguração das primeiras Santas Casas de Misericórdia (Silva e Holanda, 2014).

Na França do começo do século XIX, inspirado pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, Philippe Pinel (1745-1826) instituiu o alienismo como um possível tratamento para os loucos. Em 1838, a lei francesa regulamentou o regime dos alienistas. Dentro desse movimento, os considerados loucos eram vistos como incapazes e disfuncionais — indicando a necessidade de tutela. Assim, o encaminhamento ideal estabelecido por Pinel tinha um caráter asilar (Silva e Holanda, 2014).

Os princípios básicos do tratamento moral proposto baseavam-se na disciplina e no isolamento, instituindo os primeiros hospitais voltados para essas pessoas, que serviriam de base para os futuros manicômios. Nesses locais, o paciente era afastado de suas atividades cotidianas e passava a ser acompanhado pelo alienista e sua equipe (Silva e Holanda, 2014).

O modelo de Pinel inspirou o primeiro hospital psiquiátrico brasileiro, no Rio de Janeiro. Até 1830, os loucos eram presos nas cadeias ou levados aos hospitais gerais, mas a Sociedade Médica do Rio de Janeiro problematizou a presença de alienados em situação de rua nos pontos da cidade e se mobilizou para criar um espaço onde uma nova abordagem para esse problema pudesse ser aplicada, permitindo que os métodos da psiquiatria, ainda em sua fase inicial, fossem utilizados. Esses apelos resultaram na inauguração de um hospício anexo à Santa Casa de Misericórdia, em 1841. Em 1890, foi emitido um decreto aprovando a

⁵ O termo ciências ou saberes *psi* faz alusão à Psiquiatria, à Psicologia e a Psicoterapia. Ao longo do desenvolvimento de diversas correntes de pensamento, esses forneceram ora modelos para o controle de si e ora para o autoconhecimento. (Fernandes, 2023)

Assistência Médico-Legal dos Alienados, exigindo a comprovação de comportamentos inadequados para o diagnóstico de alienação mental, ressaltando a questão da moralidade presente nesse período (Silva e Holanda, 2014).

O final do século XIX foi marcado pela disputa teórica entre o tratamento moral de Pinel e a teoria da psiquiatria biomédica, tendo como expoentes Bénédict Morel (1809-1873) e Emil Kraepelin (1856-1926). Este último tornou-se hegemônico, defendendo que a doença estava localizada na região do cérebro, justificada por lesões orgânicas de origem hereditária. O investimento em pesquisa nessa área foi intensificado (Silva e Holanda, 2014).

Os estudos de Morel influenciaram o higienismo no Brasil. Com gênese em alterações no pensamento de Pinel, mas mantendo as bases de disciplina e isolamento, esse movimento acreditava que não haveria cura para os internos em manicômios. Além disso, medidas preventivas deveriam estender-se além dos muros das instituições asilares, configurando-se como uma prática social e política, com o objetivo de promover educação moral e intelectual para impedir o surgimento de doenças mentais (Silva e Holanda, 2014).

Nesse período, o psiquiatra Juliano Moreira, diretor da Assistência Médico-Legal, baseava-se nessa teoria e foi o fundador dessa disciplina na medicina brasileira. Esse pensamento tinha como base a eugenia, uma doutrina pseudocientífica proposta por Francis Galton (1822–1911), que visava identificar fatores socialmente controláveis capazes de elevar ou rebaixar as qualidades raciais, físicas e mentais das próximas gerações (Silva e Holanda, 2014).

Em 1923, foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental, uma organização formada por psiquiatras que consideravam as doenças mentais como hereditárias, propondo um ideal eugênico como um projeto político para o Brasil. Suas ações iam além do ambiente interno dos hospícios, atuando na sociedade com a ideia de promover ações preventivas, especialmente em ambientes educacionais, profissionais e sociais (Silva e Holanda, 2014).

Após a 2ª Guerra Mundial, perspectivas com um enfoque humanista no campo das ciências psi ganharam força nos Estados Unidos e na Europa, levando à criação do termo “saúde mental” pela OMS. No Brasil, ideias reformistas surgiram na década de 1970. As denúncias sobre as condições precárias nos manicômios e as violências contra os internos levaram à formação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) (Figueirêdo, Delevati e Tavares, 2014).

Até a década de 1980, os recursos oriundos da Previdência Social sustentavam amplamente as redes assistenciais em todo o território. Os modelos terapêuticos utilizados eram precários, baseando-se no isolamento dos doentes mentais em manicômios e na

aplicação abusiva de psicofármacos, o que promovia superlotação, segregação, erros médicos e altos índices de mortalidade. Essas discussões levaram à demissão dos profissionais envolvidos nesse movimento (Figueirêdo, Delevati e Tavares, 2014).

Em 1987, o I Encontro Nacional dos Trabalhadores da Saúde Mental, com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, marcou o fortalecimento do Movimento da Luta Antimanicomial no Brasil. As propostas de reforma chegaram ao âmbito governamental ainda na década de 1980, com as Diretrizes para a Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Esse documento defendia o tratamento extra-hospitalar, a reintegração familiar, a limitação do período de internações e o estímulo à pesquisa na área da epidemiologia em saúde mental. As Conferências Nacionais de Saúde Mental de 1987 e 1992 também discutiram a questão da saúde mental no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), defendendo a interdisciplinaridade entre as áreas que atuam nos serviços de saúde mental (Figueirêdo, Delevati e Tavares, 2014).

O início da implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em 1987, e dos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), em 1989, foi um importante marco de avanço nos serviços de saúde mental conquistado pela Reforma Psiquiátrica Brasileira. O CAPS se caracteriza como uma unidade de uma rede assistencial externa, que realiza um trabalho intermediário entre o hospital e a comunidade, oferecendo um serviço de atenção integral com enfoque multidisciplinar e considerando o contexto local.

O NAPS, por sua vez, tem como objetivo a desconstrução do manicômio, promovendo uma abordagem que evita a exclusão e a segregação. Apesar dos avanços e das leis favoráveis, não houve uma solução imediata para os manicômios, compreendendo-se que apenas a legislação não é suficiente, sendo necessário um processo de ressignificação da loucura (Figueirêdo, Delevati e Tavares, 2014).

Durante o movimento da Reforma Psiquiátrica, além da criação de políticas públicas, houve também a proposta de um novo olhar sobre o fenômeno da saúde mental, desafiando o paradigma hegemônico a respeito da loucura e o saber médico que reduz a pessoa ao seu diagnóstico psiquiátrico. Isso criou uma nova relação com a alteridade e considerou elementos de estigmas e preconceitos socioculturalmente presentes (Bossi colaboradores/as, 2014).

Bossi e colaboradores/as (2014) definem os determinantes sociais como “fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais relacionados aos problemas de saúde e os fatores de risco aos quais se expõe uma população” (p. 129). Desse modo, o olhar para a saúde mental da população, em especial de comunidades

historicamente oprimidas e privadas de seus direitos, amplia-se para compreender os fatores sociais que as afetam diretamente.

1.2.1 Laudos e Liberdade: Olhares dos Saberes Psi sobre Travestis e Transexuais

Os saberes psi se relacionam de maneira tortuosa com as questões envolvendo a diversidade de gênero e sexualidade. Esses saberes instituíram associações com a loucura e a delinquência, promovendo intervenções médicas ou encarceramentos direcionados a esses corpos. Durante o período higienista, ocorriam internações compulsórias de pessoas que não correspondiam às normas de gênero vigentes na época (Cannone, 2019).

Nas instituições psiquiátricas, os internos eram submetidos às mais variadas formas de tratamento carentes de validação científica e sem eficácia comprovada, numa tentativa de reverter o que era considerado um desvio ou degenerescência no campo da sexualidade — o que incluía desde casos de sodomia (termo utilizado para penetração anal na época) até atos masturbatórios. No Sanatório Pinel, em São Paulo, por exemplo, registros relatam o uso de terapias como febre induzida pela malária, coma insulínico, convulsões causadas por medicamentos ou por eletroconvulsoterapia (Santos, 2015). Nota-se, portanto, que esses tratamentos não visavam apenas corrigir o que era considerado degenerescência, mas também desumanizar os corpos considerados desviantes.

No século XIX e início do século XX, identidade de gênero e orientação sexual eram elementos não distinguidos, de modo que a palavra “homossexual” era utilizada como um termo guarda-chuva, resumindo todas as expressões possíveis sob um único conceito (Cannone, 2019). Dessa forma, não é possível identificar quais desses internos, classificados sob essa designação, teriam expressões de gênero semelhantes às que hoje entendemos como travestis e transexuais.

Foi na década de 1980 que a transexualidade passou a ser reconhecida nos manuais de psicopatologia, aparecendo na nona edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) e na terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), dentro da categoria “Transtornos de Identidade de Gênero”, com o nome de “transexualismo”. As tecnologias médicas de interesse do público travesti e transexual — como terapia hormonal e procedimentos cirúrgicos — passaram a ser acessadas apenas mediante diagnósticos médicos, exercendo um controle biopolítico sobre essas subjetividades (Nascimento, 2022; Favero e Machado, 2019).

Apesar da busca por critérios científicos, a medicina psiquiátrica acabou por validar questões morais, justificando a condição patológica das subjetividades trans* na divisão binária dos sexos na perspectiva do dimorfismo sexual e da heterossexualidade compulsória. (Nascimento, 2022, p; 109)

Segundo Foucault, historicamente, o poder soberano possuía o direito decidir sobre a vida e morte — ou seja, poderia causar a morte ou deixar que a população morresse, como nos casos de guerras. Posteriormente, o poder passou a se concentrar na promoção da vida. As medidas começaram a ser implementadas no sentido de gerir a longevidade, promover a saúde e a qualidade de vida de uma população, por meio de intervenções que visam otimizar a vida (Foucault, 1999).

As tecnologias de biopoder inferem diretamente sobre os corpos, numa tentativa de moldá-los para a submissão e torná-los produtivos. Paralelamente, atuam diretamente na regulação da população, controlando natalidade, mortalidade, acesso à saúde pública e migração. Dessa forma, o poder é aplicado diretamente sobre a vida, exercendo controle sobre o comportamento coletivo e as condições de vida das pessoas (Foucault, 1999).

Ao estabelecer um critério de necessidade de laudos para acessar o Processo Transexualizador, a Medicina e a Psicologia tornam-se “braços” biopolíticos, uma vez que assumem a responsabilidade de definir quem deve ou não acessar esses procedimentos. Assim, determinam quem “se qualifica” para ter acesso aos hormônios e outros tratamentos, interferindo diretamente na vida de pessoas que necessitam acessar essas tecnologias médicas.

Quando impedidas de acessar esses serviços, travestis e pessoas transexuais recorrem a meios alternativos para realizar as transformações corporais desejadas. As *bombadeiras* — aplicadoras de silicone líquido industrial pertencentes à própria comunidade — são conhecidas por prestarem esse tipo de serviço, moldando as corporalidades de travestis e mulheres transexuais conforme os desejos de suas clientes (Nascimento, 2022).

Entretanto, o uso dessa substância acarreta diversas consequências à saúde. Pinto e colaboradores/as (2017) destacam, entre elas: “infecções, migração do produto para outras áreas do corpo, deformidades, siliconomas, necroses teciduais, embolia pulmonar e até a morte” (p. 2). Os mesmos autores observam que, apesar da alta prevalência de efeitos adversos decorrentes da aplicação de silicone industrial, há uma baixa procura por serviços de saúde — seja em razão do preconceito institucional, seja pela ausência de protocolos adequados para o atendimento desses casos.

Assim, podemos concluir que a dificuldade de acessar os serviços públicos de saúde leva travestis e transexuais a recorrerem a meios clandestinos, expondo-as aos riscos desses procedimentos. Mais do que uma questão biopolítica, a exigência de laudos torna-se também um mecanismo necropolítico.

De acordo com Achille Mbembe (2018), a *necropolítica* é o exercício da soberania por meio do controle da morte, ditando quem deve viver e quem deve morrer. Assim, as normativas que limitam o acesso ao Processo Transexualizador assumem esse caráter à medida que incentivam a busca por mudanças corporais por vias não seguras, diminuindo a qualidade de vida e aumentando a mortalidade.

Os movimentos ativistas na Europa iniciaram as primeiras manifestações organizadas contra a patologização das identidades dissidentes no ano de 2007, o que deu origem ao movimento *Stop Trans Pathologization*. Essa mobilização começou a ganhar contornos internacionais em 2009 e, no Brasil, ganhou força a partir de 2010 (Nascimento, 2022).

As pautas das reivindicações incluíam a retirada da classificação dessas identidades dos manuais psiquiátricos, mudanças no paradigma de atendimentos de saúde voltados a esse público, acesso a serviços no sistema público de saúde sem necessidade de diagnósticos, reconhecimento legal do gênero sem requisitos biomédicos, a despatologização da diversidade de gênero na infância e o fim de procedimentos que visavam à normalização binária de pessoas intersexo. Além disso, a discussão sobre gênero nas Ciências Humanas trouxe questionamentos aos modelos biomédicos de compreensão desse fenômeno (Nascimento, 2022).

Atualmente, as identidades travesti e transexual ainda figuram nas versões mais recentes dos manuais: no DSM-5, como Disforia de Gênero, e no CID-11, como Incongruência de Gênero. No entanto, no CID-11, essa categoria foi retirada do capítulo de “Transtornos Mentais e Comportamentais” e inserida em um novo capítulo intitulado “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”, em meio a discursos que sugerem um engajamento em estratégias de despatologização dessas identidades. Segundo Favero e Machado (2019), “ou seja, tanto o DSM-5 quanto o CID-11 afirmam estar despatologizando as identidades travesti e trans conforme fazem mudanças gramaticais” (p. 105), mas os critérios diagnósticos permanecem.

Outra pauta levantada é o questionamento dos diagnósticos de “incongruência de gênero na infância” e “disforia de gênero na infância”. Além de seguirem na contramão do movimento de despatologização da infância, esses diagnósticos consideram como sinalizadores as inversões de papéis normativos de gênero, como a preferência por

brincadeiras socialmente atribuídas ao gênero oposto (Nascimento, 2022; Favero e Machado, 2019).

Conforme Letícia Nascimento (2022), a própria ideia de um manual com critérios diagnósticos de alcance global é problemática ao lidarmos com o debate sobre gênero. Apenas 12 pesquisadores de cinco países foram consultados para a construção de todo o debate acerca das identidades travesti e transexual, ignorando contextos locais. Qualquer tentativa de universalizar produções subjetivas dissidentes torna-se um limite que precisa ser superado.

Ainda que a Psicologia tenha sido um campo que contribuiu para a patologização e institucionalização de travestis e transexuais, novos movimentos dentro da área vêm surgindo recentemente, buscando promover outras perspectivas sobre essas identidades. Segundo Sales, Lopes e Peres (2016), mesmo com a grande diversidade de perspectivas teórico-metodológicas na Psicologia, ainda persistem vieses em certas linhas teóricas baseados em verdades reducionistas, com versões universalizantes da subjetividade que moldam intervenções psicológicas fundamentadas em pressupostos normativos. As práticas psicossociais que seguem esses vieses acabam sendo responsáveis por produzir violências existenciais, ignorando a multiplicidade das experiências humanas. Essas Psicologias normativas promovem a manutenção de expressões tidas como "normais", inclusive no que diz respeito a gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que reforçam a exclusão e o apagamento de existências dissidentes.

Em 2014, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) passou a apoiar a luta pela despatologização das identidades transexual e travesti (Sales, Lopes e Peres, 2016). Em 2018, a publicação da Resolução CFP nº 01/2018 estabeleceu normas voltadas à atuação dos psicólogos, reforçando o princípio de autodeterminação, o uso da cisgeneridade como categoria analítica e o reconhecimento de violências estruturais como fatores que devem ser considerados (Nascimento, 2022; Cavalcanti, 2019).

Por mais que o CFP tenha apresentado posicionamentos favoráveis, no sentido de implicar a classe dos psicólogos em atuações que, de fato, promovam uma atenção em saúde mental e não apenas reproduzam opressões impregnadas na sociedade, a norma em si não se traduziu em mudanças efetivas na grade curricular dos cursos de graduação que formam futuros psicólogos. Fernanda Cabral Bonato e colaboradores/as (2021), após a aplicação de um questionário online com 133 (cento e trinta e três) profissionais da Psicologia a respeito do ensino das especificidades relacionadas às questões de gênero e sexualidade no atendimento à população de travestis e transexuais, concluíram que a abordagem dessas temáticas nas formações em Psicologia ainda é escassa, tanto em ambiente curricular quanto

extracurricular. A falta de contato com esse assunto durante a graduação contribui para a formação de profissionais despreparados para acolher adequadamente essa população.

Céu Cavalcanti (2019), travesti psicóloga e a primeira presidenta travesti de um conselho de classe no Brasil, relata vivências ao longo de sua graduação que evidenciam que a formação de psicólogos no Brasil ainda é incipiente no que tange às questões de gênero e sexualidade. Em um dos relatos, ela conta como uma psicóloga cisgênera afirmava que, quando uma mulher transexual chegava ao seu consultório vestindo calças, ela questionava a autenticidade da identidade gênero da cliente, afirmando que desconfiava que ela, na verdade, não “queria ser mulher” por conta de sua vestimenta. A ironia estava no fato de que a própria psicóloga usava calças jeans (p. 34).

Em outro momento, Céu Cavalcanti (2019) narra uma palestra de um psicanalista renomado, supostamente conhecedor do papel da Psicologia no atendimento a pessoas trans. Entretanto, sua fala reforçava a ideia de um sofrimento compulsório em relação ao próprio corpo para que um diagnóstico correto pudesse ser dado. Quando questionado por um homem trans da plateia, que afirmou não ter uma relação de sofrimento com sua vagina e outras partes de sua anatomia, o psicanalista disse que ele seria um “confuso de gênero” e não um homem trans. Com isso, deslegitimou a autoidentificação de seu crítico e sugeriu que ele realizasse psicoterapia para que “se decidisse” (p. 35).

Deixo aqui meu próprio relato: a ausência de discussões sobre gênero e sexualidade foi uma constante ao longo de minha formação. A falta desses debates na grade curricular motivou os próprios estudantes a fundarem um coletivo, buscando tanto criar um espaço de estudo sobre essas temáticas quanto lutar por essas pautas no cotidiano do Instituto de Psicologia da UFU. Esse coletivo se tornou um espaço de resistência, surgido diretamente da demanda legítima e espontânea de estudantes que reconheciam a importância dessa discussão para a formação. Destaco essa vivência porque acredito no potencial desses espaços de coletividade para transformar a formação em saúde mental.

Dessa forma, mesmo com as dificuldades encontradas dentro da própria classe, a Psicologia atualmente tem avançando no sentido de não criar diagnósticos e nomenclaturas que subalternizem, mas, sim, acolher da melhor forma possível as vivências da pessoa atendida acerca de suas experiências de gênero. Isso implica questionar o modelo binário e universalizante de feminino ou masculino. Do mesmo modo, a autodeterminação coloca as pessoas travestis e trans no centro do protagonismo de suas vidas, fora da tutela de instituições que historicamente subalternizam essas identidades. Nas palavras de Nascimento

(2022), “as necessidades e os desejos produzidos pelas subjetividades trans precisam ser reconhecidos e respeitados como determinantes sociais da saúde” (p. 117-118).

1.3 ASPECTOS A RESPEITO DO TRABALHO SEXUAL

O trabalho sexual existiu em diversos contextos ao longo da história. O livro de Nickie Roberts, *As Prostitutas na História* (1992), mostra a adaptabilidade dessa atividade, desde os tempos dos cultos sagrados na Pré-História e Antiguidade até as discussões contemporâneas. Assim como atualmente, observa-se que, em diversas épocas, pessoas que divergiam das normas de gênero também encontraram no trabalho sexual sua fonte de renda.

Um exemplo são os relatos na cidade de Atenas, na época de Sólon, que incentivou a prostituição como forma de gerar lucro, via impostos, ao Estado, mencionando “rapazes jovens que desfilavam como suas contrapartes mulheres, vestindo roupas coloridas e maquiagem espalhafatosa” (Roberts, 1992, p. 37). Além disso, embora as *hijras* tradicionalmente sofram um processo de emasculação e trabalhem em celebrações como portadoras de bênçãos, elas também estão associadas ao trabalho sexual (Reddy, 2005).

No Brasil, o trabalho sexual também é uma alternativa recorrente para travestis e mulheres transexuais⁶, visto que elas enfrentam severas barreiras para se inserirem no mercado de trabalho formal. De acordo com dados da ANTRA (2021), apenas 4% conseguem ocupar espaços no mercado formal. Mesmo quando isso ocorre, há uma série de empecilhos no caminho. Ferraz, Addor e Villatore (2020) apontam que problemas relacionados à formação, ao acesso e à permanência no ambiente de trabalho geram exclusão ou dificultam a adaptação dessa população a determinadas ocupações.

Segundo Letícia Nascimento (2022), é importante que o trabalho sexual não seja analisado sob uma perspectiva moralizante, defendendo que ele se legitima como profissão e deve ser contemplado por leis trabalhistas. Contudo, considerando que empregos formais produzem exclusão de travestis e transexuais — tanto por transfobia estrutural quanto pela falta de acesso aos requisitos mínimos, como níveis de ensino exigidos — o trabalho sexual muitas vezes se torna a única alternativa possível. Assim, “a vulnerabilização da classe é um

⁶ Ainda que existam também a presença de homens transexuais e homens cisgênero atuando como profissionais do sexo, utilizarei os termos no feminino pela pesquisa se tratar exclusivamente de travestis e mulheres transexuais.

componente importante que empurra travestis e transexuais para um aniquilamento social anterior ao extermínio físico” (p. 178).

A travesti e advogada Clarisse Campos e o jurista Jailton de Araújo (2023) afirmam que existe um regime de prostituição compulsória imposto às vidas de travestis e mulheres transexuais. As opções de trabalho são sistematicamente minadas ao longo da vida dessa população, uma vez que processos de violência persistentes as afastam da escola, impedindo-as de acessar o mercado de trabalho e impactando diretamente sua saúde. Na prostituição, tornam-se ainda mais vulneráveis à violência. Assim, sem acesso aos direitos básicos, para não morrerem de fome, são compelidas à prostituição como forma de sobrevivência. Esse fenômeno é produzido por meio de uma lógica que os autores denominam *necrotransfobia cisnormativa*:

Compreendemos a necrotransfobia como um conceito que remete ao poder de vida e morte sobre as corporalidades transgêneras, incluindo uma política de mortandade que atravessa essas existências. A morte aqui não é apenas a física, mas a simbólica, a psicológica, a da dignidade, a dos direitos. (p. 13)

Os autores não condenam o trabalho sexual em enquanto prática, mas, sim, o fato de ele constituir, para uma parcela significativa dessa população, praticamente a única alternativa de sobrevivência. Dessa forma, a lógica *necrotransfóbica* conduz travestis a uma morte simbólica, negando-lhes o acesso à pluralidade de possibilidades e aos direitos que lhes pertencem. A prostituição compulsória, nesse contexto, torna-se um instrumento que gera invisibilização, reiteração da abjeção e fetichização. Além disso, pelo fato de o espaço da noite ser o único socialmente permitido para pessoas trans e travestis, há uma negação do convívio social em outros momentos e locais (Campos e Araújo, 2023).

1.3.1 Diferentes modelos de regulamentação legal da prostituição

Segundo a socióloga holandesa Marjan Wijers (2004), os modelos de regulamentação do trabalho sexual — em especial a prostituição — são tradicionalmente classificados em quatro categorias globalmente: o modelo proibicionista, o abolicionista, o regulamentarista e, mais recentemente, a abordagem trabalhista ou laboral. Ainda que essas classificações ajudem a esclarecer o debate sobre o tema, podem ocorrer variações nas práticas legais e em suas aplicações. Dessas categorias, a maioria possui um viés de condenação moral, com o intuito

de controle e supressão do mercado sexual, sendo apenas a última baseada em um debate que vai além de questões moralizantes.

O primeiro modelo, o proibicionista, propõe a total proibição da prostituição, colocando-a como uma infração penal. Nele, toda e qualquer atividade ligada ao trabalho sexual é criminalizada — principalmente a profissional do sexo, que é taxada como desviante ou delinquente. Em determinados países, o cliente é ignorado como parte envolvida no processo. Assim, as profissionais do sexo passam a ser vistas como criminosas que precisam passar por reeducações forçadas ou punições. Por exemplo, 49 dos 50 estados dos Estados Unidos seguem esse modelo, com a exceção do estado de Nevada. Este é o modelo mais repressivo, buscando eliminar a prostituição do território (Wijers, 2004).

Conforme Wijers (2004), o que ocorre nesse modelo é que a falta de proteção legal acaba gerando a necessidade de proteção por terceiros, colocando as profissionais sob o poder dos donos dos espaços onde conseguem clientes (como bordéis e bares) ou de intermediários. Ao mesmo tempo, essas trabalhadoras permanecem à mercê de policiais e funcionários judiciários que, em troca de dinheiro e/ou serviços sexuais gratuitos, permitem que elas continuem seu ofício sem serem denunciadas. Esse modelo, portanto, não é eficiente em seu objetivo de eliminar a prostituição, fazendo com que mais pessoas lucrem com o trabalho sexual — com exceção das próprias profissionais do sexo.

O segundo modelo, o abolicionista, faz referência ao movimento pela abolição da escravidão, uma vez que os adeptos dessa vertente enxergavam a prostituição como “escravidão sexual”. Nesse contexto, as profissionais do sexo são vistas como escravas inconscientes de sua opressão, que precisam ser libertadas. Esse modelo teve origem na Inglaterra do século XIX, liderado pela ativista Josephine Butler, que protestava pelo fim da regulamentação estatal de bordéis que legitimava os abusos cometidos pelos donos contra as profissionais do sexo. Contudo, o movimento acabou se transformando em uma ferramenta de higiene moral contra o trabalho sexual (Wijers, 2004).

Nesse modelo, a prostituição não é, em si, considerada uma infração. O que passa a ser criminalizada é a exploração da prostituição por terceiros, ou seja, os verdadeiros agentes da perpetuação do trabalho sexual — como cafetões e agenciadores. Eles são vistos como os principais fomentadores, enquanto as profissionais do sexo são retratadas como vítimas induzidas por esses intermediários a participar do mercado sexual. As penalizações contra aqueles que organizam, lucram ou recrutam são colocadas como uma forma de proteção às mulheres, retirando-as da posição de criminosas ou desviantes e colocando-as como vítimas (Wijers, 2004).

Um dos problemas do modelo abolicionista é a exclusão das mulheres do debate. As profissionais do sexo que lutam por direitos trabalhistas são frequentemente vistas como portadoras de uma falsa consciência, que precisam ser "conscientizadas" sobre sua própria opressão. O fato de serem pessoas com agência individual e integrantes de uma categoria é ignorado, retirando-lhes o direito de falar por si mesmas e de debater sua própria situação. Quando tentam defender a não abolição de seu trabalho, são frequentemente desqualificadas como tendo sua saúde mental comprometida pelos abusos ou acusadas de serem manipuladas e pagas por cafetões para sustentarem tais opiniões (Wijers, 2004).

Ainda que, no ideal do modelo abolicionista, a profissional do sexo possa continuar exercendo seu trabalho sem o intermédio de terceiros, na prática, o trabalho como profissional do sexo torna-se inviável, pois, como qualquer outra atividade, requer uma organização mínima. Assim, as profissionais do sexo enfrentam dificuldades para alugar espaços de trabalho, organizar-se com colegas, entre outras necessidades. Como consequência prática, aumentam o estigma, o isolamento, a marginalização e a exclusão social. Tentativas de organização, inclusive para melhorar condições de trabalho, como a distribuição de preservativos, são frequentemente vistas como associação com o crime organizado, o que reforça a criminalização e a precariedade (Wijers, 2004).

A terceira abordagem, regulamentarista, classifica o trabalho sexual em termos morais, mas reconhece que sua total erradicação é impossível, tratando-o como um "mal necessário". Nesse modelo, a prostituição é vista como uma ameaça à saúde pública e à ordem social. Assim, o Estado introduz regulamentações para controlar as profissionais do sexo, mas sem garantir a elas direitos trabalhistas plenos ou assegurar condições adequadas de trabalho. Entre essas regulamentações estão medidas obrigatórias, como registro, exames médicos e outras exigências (Wijers, 2004).

Essas medidas são baseadas não apenas na tentativa de preservar uma suposta ordem, saúde, moralidade e decência no âmbito público, mas também em atender às "necessidades masculinas", permitindo que homens desfrutem de serviços sexuais e protegendo as mulheres que não são profissionais do sexo. Entre outras formas de regulamentação, surgem proibições de trabalho em determinados locais ou, ao contrário, a imposição de zonas restritas para o exercício da prostituição. Imigrantes, por exemplo, podem perder sua permanência caso violem tais regras. Além disso, países como a Áustria, que adotam esse modelo, impõem impostos sobre a prostituição (Wijers, 2004).

No modelo regulamentarista, as pessoas envolvidas no trabalho sexual enfrentam um agravamento dos efeitos do estigma e da marginalização. O registro compulsório na polícia,

por exemplo, pode futuramente prejudicar oportunidades de emprego em outras áreas e ser utilizado como justificativa para impedir que a pessoa entre ou saia do país, devido à sua atuação no mercado sexual. Outro efeito negativo do registro é a criação de uma prostituição "legal" e outra "ilegal". As profissionais não registradas — seja por medo do estigma ou, no caso de imigrantes, por barreiras legais — acabam empurradas para o mercado sexual ilegal, enfrentando mais consequências negativas e vulnerabilidades (Wijers, 2004).

O último modelo proposto por Wijers (2004) é o modelo trabalhista ou laboral. Esse modelo leva em conta a participação das profissionais do sexo, partindo do ponto de vista delas, sendo a colaboração com essas profissionais essencial para o desenvolvimento de políticas voltadas ao tema. Essa abordagem vem acompanhada de críticas às intervenções do Estado, bem como da própria organização política em busca de direitos entre as próprias profissionais do sexo, defendendo o reconhecimento de seu trabalho como legítimo e a descriminalização dos negócios envolvendo a prostituição. Assim, a regulamentação do trabalho sexual deixa de estar na esfera da criminalização e dos debates morais, passando a ser discutida no âmbito da lei civil e trabalhista, com o objetivo de assegurar direitos e promover melhores condições de trabalho.

Ao considerar o trabalho sexual verdadeiramente como um trabalho, o modelo trabalhista permite questionar com maior propriedade as opressões sofridas, como é o caso de proprietários de bordéis e empregadores que ocupam posições de poder superiores às das profissionais. Essa dinâmica se alteraria caso as elas pudessem, legalmente, estabelecer contratos civis e trabalhistas, processar empregadores e clientes, contar com segurança contra desemprego ou doença, além de acesso a benefícios e pensões (Wijers, 2004).

A atual legislação brasileira apresenta os seguintes artigos relacionados à prostituição:

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º - Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009 (BRASIL, 2009).

Dessa forma, podemos observar que as punições não são voltadas para quem exerce o trabalho sexual, mas, sim, para terceiros envolvidos que possam lucrar de algum modo com o trabalho sexual de outras pessoas. Legalmente, o termo para tal prática é *lenocínio*. Dadas as características da legislação, podemos classificá-la dentro do modelo abolicionista (Afonso, 2017). Como Marjan Wijers (2004) discute, os sistemas legais de caráter abolicionista partem do pressuposto de que todas as profissionais do sexo são vítimas e, como tal, devem ser protegidas, desconsiderando as reivindicações de movimentos sociais e, ainda mais, as próprias ideias e pensamentos de quem vivencia o trabalho sexual.

Assim como Spivak (2023) elabora na provocativa frase “homens brancos salvando mulheres marrons de homens marrons” (p. 33), ao tratar da proibição do sistema penal britânico à autoimolação de viúvas — evidenciando como as principais interessadas no assunto se tornam reféns de ambos os lados masculinos —, as políticas de caráter abolicionista também mostram como as profissionais do sexo ocupam uma posição de subalternidade em sociedades que adotam essas medidas. Nessas sociedades, as profissionais do sexo não têm voz nas discussões sobre legislações que as afetam diretamente; outros falam por elas, colocando-as em posições definidas pelos próprios criadores das leis e excluindo possibilidades de debates com participação ativa dessas mulheres.

Como consequência, na sociedade brasileira, a prostituição ocupa uma fronteira entre a criminalidade e o trabalho formal. Embora não seja criminalizada, também não é reconhecida como uma ocupação com legislação específica que ampare as profissionais do sexo. Por conta disso, elas desenvolvem estratégias típicas da malandragem, como apontado por Garcia (2009), para encontrar formas de não permanecerem submissas nesse contexto.

Mesmo sem uma legislação específica, o movimento organizado Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), tendo Gabriela Leite como uma de suas ativistas mais destacadas, alcançou

algumas conquistas na luta por direitos das profissionais do sexo. A principal vitória do movimento foi a inclusão da categoria “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002, promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Barreto e Mayorga, 2016).

Ao longo dos anos, alguns políticos também propuseram projetos de lei em parceria com a RBP. O ex-deputado Fernando Gabeira, por exemplo, apresentou o PL 98/2003, atualmente arquivado, que visava garantir o pagamento por serviços de natureza sexual e descriminalizar casas e agenciadores de prostituição. O argumento do projeto era que providências sanitárias e políticas urbanas seriam necessárias para mitigar os efeitos indesejáveis da prostituição (Barreto e Mayorga, 2016).

Baseando-se no projeto de Gabeira, o ex-deputado Jean Wyllys propôs o PL 4211/2011, intitulado Lei Gabriela Leite. O objetivo da proposta era formalizar o trabalho sexual, diferenciando-o da exploração sexual, que continuaria penalizada e proibida. O trabalho sexual, segundo o projeto, não poderia ser de origem forçada, deveria garantir o devido pagamento e impedir que agenciadores lucrassem mais de 50% do valor do programa. Além disso, a proposta previa a possibilidade de que profissionais do sexo atuassem de forma autônoma, organizadas em cooperativas (Barreto e Mayorga, 2016).

1.3.2 Trabalho sexual e o saber médico

De forma semelhante ao que ocorreu com a diversidade sexual e de gênero, o saber médico e jurídico também se apropriou, por um longo período, da definição do que seria a prostituição e da figura da prostituta. A historiadora Magali Engel (1989) aponta como, na segunda metade do século XIX, a sexualidade passou a ser vista pela medicina como uma perversão, incluindo a prostituição como uma manifestação de sexualidade pervertida.

A profissional do sexo foi, então, considerada uma pessoa com comportamento sexual desviante, sendo colocada no mesmo grupo que outras figuras da época consideradas correspondentes, como o libertino, o pederasta, o onanista, o sodomita, a lésbica e a ninfomaníaca. Mais do que apenas uma figura desviante nesse pensamento, a prostituta era vista como uma agente responsável pela disseminação da sexualidade pervertida.

O corpo da prostituta passou, então, a ser analisado sob a ótica de exames. Atos do cotidiano passaram a servir como parâmetro para a criação de um padrão comportamental para essa classe. Assim, tentava-se descrever detalhadamente suas atividades sexuais,

alimentação, hábitos de sono e asseio, com o objetivo de criar um padrão diagnóstico que invariavelmente atribuía a essas características um nível de desregulamento (Engel, 1989).

De acordo com a historiadora e ativista feminista Luzia Margaret Rago (1990), definições como "mulher anormal" e "delinquente nata" foram amplamente usadas para se referir às profissionais do sexo entre 1890 e 1930. Grande parte desse pensamento se baseava na busca por padrões biológicos de normalidade entre os gêneros, especialmente ligados à reprodução humana.

Argumentava-se que as mulheres supostamente teriam uma necessidade sexual inferior à dos homens, alegando que o instinto materno se sobrepunha ao sexual. Com um físico considerado débil e temperamento frágil, essas características passaram a ser utilizadas como justificativa para colocá-las sob maior vigilância. Assim, tornava-se aceitável que um homem buscasse relações extraconjugais em bordéis ou com amantes, visto que isso era interpretado como parte de sua natureza. Àquelas que se envolviam na prostituição, eram atribuídos motivos como vaidade, motivação financeira, deficiência mental, desejo de vingança contra o marido, entre outras razões (Rago, 1990).

Essas análises também visavam promover uma espécie de controle sobre as demais mulheres, criando uma profilaxia com o intuito de evitar que elas chegassem ao trabalho sexual. Desse modo, em um período em que as mulheres começavam a participar da vida pública, existia uma ordem médica de vigilância que monitorava o que elas liam, conversavam ou até as companhias consideradas perigosas a ponto de serem interditadas (Rago, 1990).

A mais influente escola a moldar o olhar sobre o trabalho sexual nesse período foi a da Antropologia Criminal. Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, em *A Prostituta e a Mulher Normal* (1893), buscaram traçar um perfil-tipo das prostitutas, relegando a segundo plano as teorias ligadas à necessidade financeira causada pela miséria ou pelo meio social em que estavam inseridas. Esses autores tentaram encontrar explicações em tendências inatas, de caráter hereditário e irreversíveis, para a formação do caráter das pessoas. Conforme os autores, essas mulheres não tinham outra opção senão a de se tornarem o que eram, equivalendo a prostituição feminina à criminalidade masculina (Rago, 1990).

As formulações de Lombroso permitiram que, pela ideia de uma predisposição biológica, prostituição e loucura fossem associadas, um argumento que também se misturava às teses de degenerescência racial. Ao equivaler o criminoso à prostituta nata, ambos taxados como "loucos morais", dizia-se que ambos compartilhavam “o mesmo gosto precoce pelo mal, nenhum senso moral e total indiferença diante da infâmia social” (Rago, 1990, p. 247).

Comparando-as às esposas, Lombroso não poupava termos para descrever as prostitutas, tratando-as como “seres geneticamente deficientes, como mulheres devoradoras, decaídas, em outras palavras, como monstros” (p. 249), ou ainda como harpias disfarçadas de humanas — animalizando-as ao compará-las às criaturas da mitologia grega, metade mulheres e metade abutres (Engel, 1989, p. 76).

É importante destacar que essa visão não ficou restrita ao círculo de intelectuais e acadêmicos, mas também adentrou a cultura como um todo. Muitos romances da época retratavam as prostitutas sob uma ótica de anormalidade. Segundo Rago (1990), nas artes, elas eram frequentemente representadas como *femme fatales* ou como jovens vítimas, levadas ao trabalho sexual por conta de sua suposta debilidade orgânica.

Magali Engel (1990) relata que, além de serem associadas ao campo da perversão, as prostitutas também eram colocadas no lugar da depravação — uma área cinzenta onde se fundiam a irracionalidade e a imoralidade — e vinculadas à loucura, junto a outros comportamentos sexuais considerados desviantes na época, como a homossexualidade e outras sexualidades dissidentes, em contraponto às imagens que seriam o padrão normativo inventado de mulher-mãe e homem-pai.

A loucura, segundo Engel (1990), era concebida como a manifestação de um instinto fora de controle, um estado primitivo e selvagem que indicava a fragilidade da formação tanto espiritual quanto intelectual. Ou seja, a prostituição ocupava, simultaneamente, os espaços de desarranjo das faculdades mentais, fraqueza do espírito e ignorância. Dessa forma, o saber médico interpretava que, na prostituta, o instinto prevalecia sobre a razão, em uma mistura de delírio (loucura) e degradação moral (pecado) — esta última ainda amplamente presente na medicina da época.

Não é de se espantar, portanto, que as prostitutas fizessem parte da grande massa de pessoas levadas às internações em manicômios. A jornalista Daniela Arbex, em seu livro *Holocausto Brasileiro* (2013), ao estudar o Hospital Colônia de Barbacena, relata que 70% dos internos não apresentavam diagnósticos relativos a doenças mentais, mas existia, entre os confinados, a presença de prostitutas e homossexuais. Sobre as primeiras, muitas ocupavam o pavilhão feminino Arthur Bernardes, a maioria oriunda da cidade de São João del-Rei, internadas após usarem lâminas de barbear contra homens que as haviam contratado para a realização de programas, mas se recusaram a pagar a remuneração previamente combinada.

Assim, podemos ver como o saber médico e psicológico se consolidou em uma direção contrária à de compreender a saúde mental das profissionais do sexo. De modo oposto, o que se buscou foi rotular e explicar o que levaria a estarem fora do que era

estabelecido socialmente, criando todo tipo de estigmas a esse respeito, com o intuito de prevenir que a “perversão”, “devassidão” ou “loucura” se propagassem pela sociedade. Isso posicionou as profissionais do sexo, assim como as travestis e transexuais, em uma área limítrofe entre a criminalização e a intervenção médica e psiquiátrica.

1.3.3 Trabalho sexual e saúde mental

As mudanças nos paradigmas de compreensão da saúde mental também impactaram o modo como o bem-estar psicológico das profissionais do sexo passou a ser estudado. De forma semelhante à população LGBTQIAPN+, a tendência atual é compreender os determinantes sociais que podem afetar, positiva ou negativamente, esse aspecto da saúde dessa população.

Por exemplo, Jaqueline Gomes de Jesus e colaboradores/as (2020) fazem uma comparação entre a saúde mental de travestis no Rio de Janeiro e a das *hijras* na Índia. Embora essa pesquisa não tenha um foco específico na prostituição, apresenta falas que evidenciam como o trabalho sexual também se manifesta como uma fonte de sofrimento psíquico para as travestis entrevistadas:

Toda noite, quando saio com um 'bofe' [cliente sexual], eu meio que me pergunto: Eu vou ser a próxima? Tipo, você realmente não sabe se está entrando no carro de um assassino, um cara louco que só quer te matar... Quando termino a noite, volto para casa devagar... E quase toda manhã, eu choro. Até dormir, exausta... para acordar e trabalhar na próxima noite novamente... (Jesus e colaboradores/as, 2020, p. 8, tradução nossa)

Os discursos das travestis brasileiras entrevistadas por Jesus e colaboradores/as (2020) mostram a desesperança e a falta de expectativa para o futuro, com 41,7% delas já tendo atentado contra a própria vida. Além disso, 40% das travestis entrevistadas relataram estar muito propensas a procurar ajuda para questões relacionadas à saúde mental.

Muitas pesquisas em outros países que estudam a relação da saúde mental com a prostituição não fazem diferenciação entre profissionais do sexo cisgênero e transgênero. Wulf Rössler e colaboradores (2010), em pesquisa realizada em Zurique, Suíça, concluíram que existe uma clara relação entre a saúde mental de profissionais do sexo e suas condições de trabalho. O sofrimento psíquico maior recai sobre aquelas de outras nacionalidades, especialmente não europeias, que vivenciam a maior parte das violências.

Nitasha Puri e colaboradores/as (2017), em estudo realizado em Vancouver, Canadá, concluíram que as profissionais do sexo apresentam um desproporcional sofrimento psíquico, especialmente entre aquelas que fazem uso de drogas, possuem identidade de gênero ou orientação sexual minoritária e têm históricos de traumas na infância. Os autores também apontaram um forte aumento do sofrimento psíquico entre trabalhadores do sexo que atuam em ambientes informais e ao ar livre.

O estudo australiano de Carla Treloar e colaboradores/as (2021) adota uma posição problematizadora a respeito das relações entre traumas prévios ou doenças mentais e o trabalho sexual, sugerindo que o estigma tem um impacto muito significativo na saúde mental, exacerbando os sintomas de doenças mentais. Entretanto, o artigo afirma que as profissionais do sexo podem utilizar as habilidades desenvolvidas na prostituição para manejar esses riscos.

Os artigos internacionais citados apontam dados semelhantes sobre o impacto da prostituição na saúde mental de profissionais do sexo. Porém, foram realizados em países com menor desigualdade social que o Brasil. Com o objetivo de acessar estudos em território brasileiro que abordem a saúde mental de travestis e mulheres transexuais em contexto de prostituição, foi realizada uma revisão sistemática sobre o tema.

1.4 REVISÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE SAÚDE MENTAL E TRABALHO SEXUAL

Seguindo uma proposta de revisão sistemática, os bancos de dados escolhidos foram a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Utilizamos descritores na busca, bem como os operadores lógicos "AND" e "OR" para encontrar artigos que abordassem a temática desejada. Dessa forma, os seguintes descritores foram selecionados para a busca, apenas na língua portuguesa: "transexuais" (ou) "transgêneros" (ou) "travestis", (e) "saúde mental" (ou) "bem-estar psicológico" (e) "prostituição" (ou) "profissionais do sexo". Também foi realizada uma segunda busca sem os termos "prostituição" e "profissionais do sexo".

Utilizando esses marcadores, na primeira base de dados, a SciELO, foi encontrado apenas um trabalho que correspondia aos critérios iniciais. Na segunda base de dados, o Periódicos CAPES, foram localizados dois trabalhos que atendiam aos descritores utilizados. Na última base consultada, a BDTD, também foram encontrados dois manuscritos que atenderam à seleção inicial.

Em um segundo momento, os trabalhos encontrados foram analisados conforme os seguintes critérios: primeiramente, o ano de publicação. Foram selecionados os textos publicados nos últimos dez anos, no período compreendido entre 2013 e 2023. Após a seleção pela data, os títulos dos trabalhos foram lidos para verificar quais eram relevantes aos objetivos desta pesquisa. Uma nova triagem foi feita após a leitura dos resumos de cada um dos trabalhos selecionados. Na etapa final, os manuscritos foram completamente lidos, com o objetivo de identificar aqueles que mais se alinhavam ao escopo da revisão.

Dada a pequena quantidade de trabalhos localizados que atendiam ao primeiro critério da busca, foram incluídas publicações no formato de artigo e monografia. Além disso, foram consideradas publicações tanto da área de Ciências Humanas quanto da área da Saúde, levando em conta que pesquisas relacionadas à saúde mental são publicadas em ambas as áreas.

Os cinco textos iniciais encontrados nas bases de dados utilizadas foram submetidos às etapas posteriores de análise. Após a averiguação do ano de publicação, do título e do resumo, apenas dois foram selecionados para a etapa final de leitura integral, a fim de realizar uma análise mais criteriosa do conteúdo dos trabalhos.

Como resultados, os textos considerados adequados à temática da pesquisa foram: a monografia *“Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à ideação suicida em pessoas transgêneros”* (2016), de Glauber Weder dos Santos Silva, apresentada para a obtenção do título de mestre em Enfermagem na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e o artigo intitulado *“Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil”* (2019), de Eliana Miura Zucchi, Claudia Renata dos Santos Barros, Bruna Robba Lara Redoschi, Luiz Fábio Alves de Deus e Maria Amélia de Sousa Mascena Veras, publicado no periódico *Cadernos de Saúde Pública*, editado pela Fiocruz.

a. *“Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à ideação suicida em pessoas transgêneros”*

Na monografia, o autor enfoca a questão da ideação suicida, que define como:

Por Ideação Suicida (IS), a qual se detém a presente investigação, entende-se todo processo de idealização e construção de morte que seja provocada por uma ação da própria vítima com a percepção do seu resultado como o fim de sua existência, seja por sentimentos de onipotência, fracasso diante do limite da

realidade e surgimento de quadros depressivos, que tem sido evidenciado na literatura como forte fator de propensão ao suicídio. (Silva, 2016, p.18)

Ao longo do texto, Silva (2016) argumenta que, além de fatores relacionados a quadros psiquiátricos, como casos de depressão, os determinantes sociais também são importantes para a compreensão desse fenômeno. Ele evidencia a necessidade de observar as raízes sociais, reconhecendo que o suicídio não é unívoco, mas possui diversas interpretações e leituras, dependendo da época e do local. Citando Durkheim⁷ (2003), Silva afirma que o suicídio não deve ser visto apenas como um sofrimento psíquico individual, mas como um fenômeno que envolve toda a sociedade, com seus valores, crenças e costumes.

Considerando o contexto social de grupos vulneráveis em nossa sociedade, é possível observar como a população LGBTQIAPN+ é impactada pelo preconceito oriundo de uma sociedade heteronormativa, que classifica essa população como transgressora, afastando-a da aceitação social comum e, portanto, estigmatizando-a. A vivência desse estigma interioriza-se em suas vítimas, originando sentimentos de autodepreciação “como algo que se conforma internamente e sorrateiramente, silenciosa e silenciada a partir das diferenças de sentir o corpo e ao jugo das comparações conscientes e inconscientes dos modelos sexuais presentes no cotidiano dos lares” (Silva, 2016, p. 20). Todos esses fatores, segundo o autor, tornam travestis e transexuais mais propensas a desenvolver algum grau de isolamento social e psicológico, tornando-as, portanto, mais vulneráveis.

Em uma revisão de literatura, Silva (2016) sumarizou alguns fatores considerados importantes para compreender a ideação suicida em pessoas transgênero, travestis e transexuais. De acordo com ele, os estudos apontam elementos como: aspectos da saúde mental, escolaridade, discriminação e preconceito, empregabilidade, idade, sorologia positiva para hiv, processo de transição de gênero, raça/cor/etnia e violência. A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, utilizando as Escalas de Beck (*Inventário de Depressão de Beck* e *Escala de Ideação Suicida de Beck*), com uma amostra de 58 pessoas do estado do Rio Grande do Norte. Os resultados foram transformados em porcentagens e, posteriormente, comparados com a bibliografia científica publicada, para analisar se a população do estudo também se encaixava nos fatores elencados anteriormente.

A conclusão do autor, após todos os procedimentos, é que “os índices de ideação suicida estavam associados a níveis depressivos, violência escolar, expulsão do núcleo

⁷ DURKHEIM, E. O suicídio. Lisboa: Presença, 2003.

familiar, tentativa pregressa de suicídio e com a intensidade da vontade de morrer na última tentativa” (Silva, 2016, p. 65). Dessa forma, o autor conclui afirmando que, dados os índices apresentados, é necessária a implementação urgente de intervenções para lidar com a ideação suicida nessa população, bem como com seus fatores agravantes.

b. "Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no estado de São Paulo"

O segundo texto, um artigo, é um estudo transversal oriundo do *Projeto Muriel: Vulnerabilidades, Demandas de Saúde e Acesso a Serviços da População de Travestis e Transexuais do Estado de São Paulo*. A pesquisa foi realizada nas cidades de São Paulo, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, Santos, São José do Rio Preto e Piracicaba, entre 2014 e 2015. O estudo, focado nas identidades travesti e mulher transexual ou transgênero, teve uma amostra de 602 entrevistas.

O objetivo foi estudar o bem-estar psicológico das participantes, utilizando a escala *WHOQOL-BREF (World Health Organization Quality of Life)*, que emprega um escore de 0 a 100. Além do bem-estar psicológico, esse teste considerou outras variáveis dependentes relacionadas aos aspectos socioeconômicos das entrevistadas.

Os dados foram analisados estatisticamente, e concluiu-se que diversos fatores foram determinantes para o bem-estar psicológico entre as participantes. Conforme o estudo, estão incluídos, entre os fatores associados ao mal-estar psicológico:

não ter endereço fixo; ter menor escolaridade; estar insatisfeita com as relações pessoais, suporte de amigos ou procedimentos transexualizadores realizados; e ter sofrido violência verbal ou sexual. Somente “ter algum trabalho” manteve associação positiva ao bem-estar psicológico. (Zucchi e colaboradores/as, 2019, p.6)

c. Análise Dos Textos

É importante destacar que, em ambos os textos, a prostituição não se configura como o foco do estudo, sendo apenas um dos diversos fatores considerados influenciadores na saúde mental de travestis e mulheres transexuais.

A temática da prostituição, no texto de Silva (2016), aparece como um complicador para a construção de ideações suicidas. Segundo o autor, a questão da prostituição se

enquadra dentro da categoria "Empregabilidade", sendo identificada como um fator que aumenta a possibilidade de ideação suicida. A respeito dessa categoria, ele explica:

A história de tentativas de suicídio entre pessoas transgênero esteve, significativamente, associado às situações de desemprego (Clements-Nolle; Marx; Katz, 2006)⁸. Outro fator evidenciado, sobre a presente questão, remeteu as tentativas de suicídio entre pessoas travestis e transexuais recrutadas em locais de trabalho de sexo, ou seja, sujeitos trabalhando em atividade de prostituição. Aproximadamente um terço dos participantes envolvidos nesse estudo relatou, no mínimo, uma tentativa de suicídio durante o período de sua vida (Marshall et al., 2015)⁹. (Silva, 2016, p. 31)

O autor realizou uma revisão para recolher dados para a monografia. Em uma breve análise do texto *“Prevalence and Correlates of Lifetime Suicide Attempts Among Transgender Persons in Argentina”*, de Marshall e colaboradores/as. (2015), o autor destaca a influência do trabalho na prostituição como um complicador para a saúde mental da amostra da pesquisa, demonstrando que estudos realizados em outros países e idiomas também identificam a prostituição como um fator que impacta a saúde mental de travestis e mulheres transexuais.

No segundo texto, para Zucchi e colaboradores/as (2019), o contexto de vida das travestis e mulheres transexuais apresenta particularidades no que diz respeito às formas como a violência urbana e de gênero causam impacto, assim como às estratégias de enfrentamento. Uma em cada três já sofreu pelo menos uma forma de violência devido à sua identidade e expressão de gênero, incluindo violência policial, chantagens e extorsões, que afetam negativamente seu bem-estar psicológico. Essas experiências frequentemente estão associadas ao contexto da prostituição e/ou ao uso de drogas.

É interessante também pontuar que, segundo essa pesquisa, existem diferenças em termos de vulnerabilidade entre mulheres que se identificam como travestis ou transexuais:

⁸ Clements-Nolle, K.; Marx, R.; Katz, M. Attempted suicide among transgender persons: The influence of gender-based discrimination and victimization. *J Homosex*, v. 51, n. 3, p. 53-69, 2006. Disponível em: Acesso em: 19 nov. 2016

⁹ Marshall, B. D., et al. Prevalence and Correlates of Lifetime Suicide Attempts Among Transgender Persons in Argentina. *J Homosex*, v. 63, n. 7, p. 955-67, 2015. Disponível em: . Acesso em: 19 nov. 2016.

Em nossa amostra, comparativamente às pessoas que se auto identificam como mulheres transexuais, as que se identificam como travestis apresentam marcadores de maior vulnerabilidade social, tais como menor escolaridade, cor da pele preta ou parda, piores condições de moradia e maior envolvimento com prostituição (...). Possivelmente o que separa os dois grupos em relação ao bem-estar é a maior vulnerabilidade social experimentada pelas travestis. (Zucchi e colaboradores/as, 2010, p. 9)

No mesmo trabalho, também é levado em conta que, por um lado, o contexto da prostituição possui efeitos negativos; por outro, o reconhecimento da atividade exercida como trabalho apresenta um impacto positivo no bem-estar psicológico de travestis e mulheres transexuais. No caso das profissionais do sexo, mesmo com diversos fatores de risco associados a esse contexto (infecção por hiv; uso prejudicial de drogas; transtornos mentais e maior probabilidade de vivenciar situações de violência física; sexual e prisões arbitrárias, entre outros), a prostituição ser reconhecida como uma identidade profissional apresenta características particulares. A pessoa que significa a prostituição como um trabalho reconhece o sexo comercial com legitimidade, podendo até mesmo assumir um local de ativismo, reivindicação de protagonismo e defesa dos direitos humanos, como a criação da Rede Brasileira de Prostitutas (Zucchi e colaboradores/as., 2019).

Observa-se que ambos os trabalhos apontam a prostituição como algo que vulnerabiliza travestis e mulheres transexuais em relação a agravos em sua saúde mental, especialmente quando essa atividade é sua principal fonte de renda. A questão da baixa empregabilidade, que leva muitas dessas mulheres à prostituição, também as torna alvos mais vulneráveis à violência urbana e a outros tipos de violência, o que afeta diretamente a saúde mental e o bem-estar desse grupo. Paralelamente, o reconhecimento da prostituição como um trabalho e ocupação revela-se um fator positivo para a saúde mental, podendo se transformar em movimentos que buscam a conquista de direitos.

É importante notar que ambas as pesquisas utilizadas na revisão estão ligadas à área da saúde, utilizando escalas como instrumento para gerar dados quantitativos. É interessante considerar a produção de pesquisas nessa área que se aproximem de abordagens qualitativas, permitindo a escuta das especificidades do sofrimento psíquico desse grupo e aproximando-se das Ciências Humanas. Isso possibilitaria um aprofundamento das questões psicossociais relacionadas à temática.

A presença de poucos trabalhos encontrados sobre a saúde mental de travestis e transexuais no contexto do trabalho sexual revela a necessidade de mais pesquisas sobre o

tema. Além disso, a questão da prostituição aparece diluída nesses poucos estudos, em relação a vários outros temas, sem um enfoque específico sobre ela.

1.5 CISHETERONORMATIVIDADE E A CONDIÇÃO HUMANA: QUEM É RECONHECIDO COMO HUMANO?

Ao falarmos da condição humana, nos deparamos com a questão: afinal, o que é humano? Quando buscamos no pensamento europeu o entendimento dessa categoria, notamos que a complexidade do que seria o humano foi reduzida a um termo universal — *Homem*. Como aponta a pensadora Rosi Braidotti (2013), não podemos ignorar a parcialidade ao eleger esse termo como representante universal de nossa espécie. “O Homem universal, na verdade, é implicitamente assumido como sendo masculino, branco, urbanizado, falando uma língua padrão, inscrito heterossexualmente em uma unidade reprodutiva e cidadão pleno de uma entidade política reconhecida” (p. 65, tradução nossa). Assim, podemos refletir sobre como a própria ideia de heterossexualidade — principalmente ligada à reprodução — também separa aqueles que são considerados humanos daqueles que não são.

A pensadora lésbica e feminista Monique Wittig (2022), no ensaio *O Pensamento Hétero*, originalmente publicado em 1992, afirma que os discursos responsáveis por oprimir pessoas que não se adequam às normas de gênero são os que pressupõem que o fundamento de qualquer sociedade é a heterossexualidade, estabelecendo-a como parâmetro universal para o humano. Esses discursos se autodeclaram apolíticos, apartados do contexto histórico e social em que são criados, o que impede que pessoas fora da norma heterossexual falem, a não ser dentro dos termos estabelecidos por eles.

Para além de uma “violência no domínio das ideias irreais” (p. 41), Wittig afirma que esses discursos também exercem violências materiais e físicas sobre os oprimidos, violência esta produzida por discursos abstratos que se declaram científicos, bem como pelo discurso da mídia de massa. Wittig (2022) passou a chamar esse conglomerado de ideias, teorias e disciplinas que ainda reverberam nas ciências de *pensamento hétero*:

o pensamento hétero desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos ao mesmo tempo. Só tenho a sublinhar o caráter opressor de que o pensamento hétero se reveste em sua tendência de universalizar imediatamente sua produção de conceitos e torná-los leis gerais que seriam verdadeiras para todas as sociedades, todas as épocas, todos os indivíduos. A consequência dessa tendência à

universalidade é que o pensamento hétero não consegue conceber uma cultura, uma sociedade em que a heterossexualidade não ordene não só todas as relações humanas, mas também sua própria produção de conceitos e todos os processos que fogem do consciente. (Wittig, 2022, p.43)

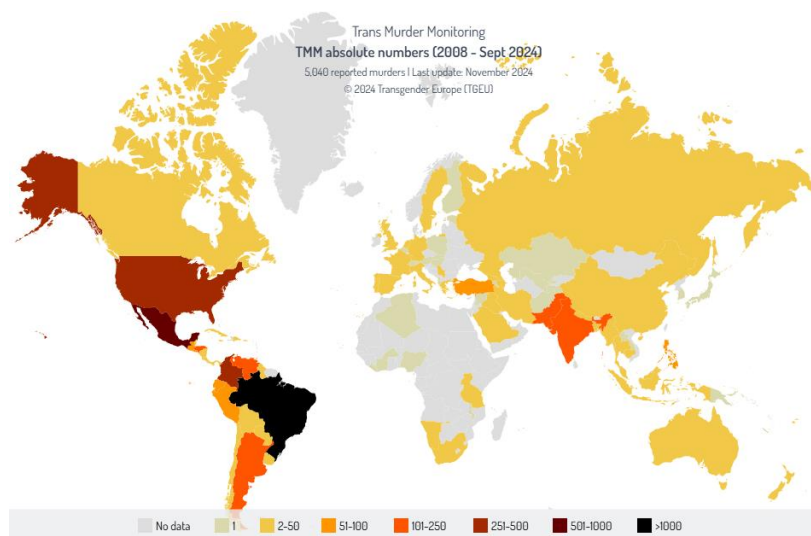
A necessidade do diferente/outro é uma característica constituinte do conglomerado de pensamentos e disciplinas que formam o pensamento hétero. “Mas o que é o diferente/outro senão o dominado?” (Wittig, 2022, p. 43).

O conceito de cisgeneridade surge historicamente após o texto de Monique Wittig. Entretanto, acredito que não seja exagero acrescentar o termo "cis" ao pensamento hétero. Afinal, além da questão da heterossexualidade, também existe, nas ciências, a ideia de uma cisgeneridade que se apresenta como um padrão ao se falar do humano. Ao discutirmos um pensamento (cis)hétero, nos deparamos com uma matriz que coloca a cisgeneridade como o parâmetro universal para o humano. Aqueles que não correspondem a essa norma tornam-se diferentes/Outros: um experimento de interesse para a ciência, um meliante para o (cis)tema jurídico, um desvirtuado para a Igreja.

São diversas as formas pelas quais a cisgeneridade expulsa travestis e transexuais da categoria de humano, tentando empurrá-las para as margens da sociedade devido à sua expressão de gênero. Jaqueline Gomes de Jesus (2013) lista alguns dos principais problemas enfrentados por essa população: preconceito, desatendimento de direitos fundamentais, exclusão estrutural e diversas formas de violência, agressões e homicídios.

De acordo com a mais recente atualização do *Trans Murder Monitoring*, no período de 1º de outubro de 2023 a 30 de setembro de 2024, foram reportados 350 assassinatos de travestis e transexuais globalmente. O Brasil se destaca nesse índice, registrando o maior número de casos, com 106 assassinatos. A América Latina aparece como a principal região do mundo em notificações, somando 255. Na totalidade das ocorrências registradas globalmente, o maior índice em termos de profissões era de profissionais do sexo, totalizando 70 pessoas.

Figura 1: Assassinatos de pessoas travestis, transexuais e outras identidades de gênero



Fonte: *Trans Murder Monitoring*

Jesus (2013) propõe considerar que esse tipo de assassinato, motivado pela identidade de gênero, corresponde a um genocídio, levando em conta os critérios estabelecidos pelas Nações Unidas em 2012 para caracterizar crimes dessa natureza: assassinato de membros do grupo; atentados graves à integridade física e mental de membros do grupo; submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretam sua destruição física, total ou parcial; e medidas para impedir o nascimento no seio do grupo.

Portanto, em um nível micro, observamos um crime de ódio e, em um nível macro, uma tentativa de genocídio. Ao elevar os crimes a esse patamar, Jesus (2013) busca expor que os assassinatos não são casos isolados, mas que guardam, em seu cerne, um “mecanismo de intolerância generalizada, que encerra a ideia da impossibilidade de conviver com esse outro porque sua vivência de gênero é diferente da minha” (p. 119).

Além dos próprios assassinatos, o modo como essas vidas são retiradas é marcado por uma violência que evidencia como a população de travestis e transexuais é colocada fora da esfera da humanidade em uma sociedade cisheteronormativa. Uma rápida busca em portais de notícias sobre assassinatos de travestis e transexuais revela, com espanto, uma lista de crimes cometidos que parecem saídos de relatos de condenações por bruxaria na época da Inquisição, mas que ocorrem aqui e agora, em nosso território: morte por apedrejamento (G1 BA e TV São Francisco, 2024), pauladas (Estadão, 2002), decapitação (CNN, 2024) e até mesmo a abertura do tórax e retirada do coração da vítima (G1 Campinas, 2019).

A brutalidade com que esses assassinos cometem seus crimes parece retratar que as vítimas não são vistas como humanas — com vidas, relações, familiares, amizades, amores —, em suma, como pessoas em sua totalidade. Tornam-se alvos propícios a serem aniquilados

simplesmente pelo modo como vivenciam e expressam seu gênero. Até mesmo o direito de serem dignamente enlutadas por seus entes queridos é negado às vítimas desses crimes.

Segundo Judith Butler (2019), “certas vidas humanas provocam mais luto do que outras” (p. 35). Butler (2015) afirma que a existência da possibilidade de ser enlutada é um pressuposto de uma vida que importa. Quando ocorre a celebração de uma vida ao nascimento, também ocorre, implicitamente, o reconhecimento de que essa vida é passível de ser enlutada. Assim, pela possibilidade do luto, sabemos que essa vida será considerada, de fato, uma vida e deverá ser preservada. Caso não seja passível de ser enlutada, será apenas algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Dessa forma, “será uma vida que nunca terá sido vivida” (p. 33) e que não será preservada nem lamentada quando perdida. Compreender se uma vida pode ou não ser enlutada também permite identificar que essa vida é precária.

Desse modo, certas vidas não são consideradas vidas e, além disso, não podem ser humanizadas, permanecendo fora dos enquadramentos do que seria o ser humano. Esses enquadramentos, conforme a autora, criam diferenciações sobre o que são vidas e o que não são, com base na repetição de valores normativos. A desumanização, então, dá origem à violência, transmitindo a mensagem de desumanização presente na cultura. As vidas que seriam consideradas perdidas, ou que nunca foram vidas, são vistas como passíveis de extermínio, afinal, insistem em viver de forma teimosa dentro do que seria essa não vida (Butler, 2015).

Ainda tendo como base o pensamento de Butler (2015), a vida não digna de luto não se classifica nem ao menos como digna de nota, desaparecendo nas reticências do discurso público. Se o Brasil é o país com o maior número de notificações de assassinatos de travestis e pessoas trans, em que momento podemos ver o luto por essas vidas, os nomes e rostos, para além das estatísticas ou matérias vagas em jornais regionais? “Se existe um discurso, ele é silencioso e melancólico, e, nesse discurso, não existiram vidas, ou perdas” (p. 39).

A perpetuação da exclusão e da violência contra travestis e pessoas transexuais ocorre justamente porque elas são colocadas fora da categoria de humanos, excluídas a ponto de não serem reconhecidas como tal. Como resultado, observamos a violência e a barbaridade contra essa população, tendo, nos assassinatos, sua expressão máxima: crimes que ressaltam a ideia de que esses corpos não seriam humanizados e, conseqüentemente, não passíveis de luto. O modelo cisheteronormativo, ao excluir outras possibilidades de vivência, perpetua esse ciclo de violência e vulnerabilidade.

1.3.1 Outras possibilidades de humanismos

A ecofeminista indiana Vandana Shiva (2003) denomina a implementação do pensamento ocidental (europeu e branco) como “monoculturas da mente”. Discutindo o uso do solo em terras colonizadas, em que apenas uma espécie de interesse comercial era cultivada, enquanto a biodiversidade local era exterminada, Shiva (2003) entende que o mesmo processo ocorreu na colonização das mentalidades dos povos subjugados. Esse processo resultou em um sistemático apagamento de saberes que não interessavam aos europeus, privilegiando apenas um único modo de entender o mundo: o do próprio colonizador.

Segundo Simakawa (2023), embora a ideia de colonialismo esteja associada ao processo de estabelecimento de colônias por uma nação em outros territórios, atualmente esse conceito não se restringe apenas às relações entre colônias e metrópoles. Os estudos pós-coloniais se desenvolveram em outros contextos, incluindo o questionamento da própria história das descolonizações e a subsequente contestação de definições dominantes — como raça e cultura —, bem como reflexões críticas sobre o que seria a tradição ocidental de pensamento (p. 55).

Shiva (2003) explica que, embora o saber ocidental seja elevado à posição de universalidade, ele também é uma tradição local com características dominadoras e colonizadoras, herdadas de uma cultura com esses mesmos atributos. Por consequência, o saber produzido pelo pensamento ocidental é, ele próprio, colonizador. Assim, “a forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado, e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade” (p. 21).

De forma semelhante, Geni Núñez, indígena com formação em Psicologia, denomina de monocultura a lógica da colonialidade, cuja característica marcante é a imposição de apenas um caminho possível. Núñez identifica alguns dos principais eixos pelos quais o sistema de monoculturas opera em nossa sociedade: a monocultura da fé, por meio do monoteísmo cristão; a monocultura dos afetos, pela imposição da monogamia; a monocultura da sexualidade, pelo monossexismo; e a monocultura da terra, que determina nossa relação com a produção de alimentos e o manejo do solo (Núñez e Lessa, 2021).

Na monocultura, não há espaço para o concomitante, ou seja, para a coexistência de múltiplas possibilidades (Núñez, 2021). Em uma fala para o coletivo O Lugar, Núñez (2022) afirma que um dos antídotos para o sistema de monocultura é justamente a concomitância,

utilizando o princípio da floresta como uma alternativa aos discursos que permitem apenas uma forma de ser e existir. Na floresta, a diversidade é possível justamente porque diferentes espécies vegetais e animais convivem simultaneamente, cada uma com suas especificidades.

Dessa forma, ao acolhermos as infinitas possibilidades de ser humano em suas diversas condições, abrimos espaço para a concomitância e provocamos fissuras em um sistema colonial que prega justamente o oposto. Se, como afirma Vandana Shiva (2003), o sistema de saber ocidental é apenas um sistema local universalizado por meio da violência e da colonização, expandir a visão para outras formas de ser humano que não se enquadrem nos parâmetros por ele estabelecidos também se torna uma forma de resistência — ou um antídoto — contra pensamentos que segregam e eliminam aqueles que não se conformam às normas impostas.

O processo de colonização também influenciou as relações de gênero e sexualidade. Assim, ao observarmos essas questões sob uma perspectiva decolonial, denunciemos os obstáculos, institucionais e não institucionais, que impedem uma existência digna para travestis e pessoas trans. De acordo com Simakawa (2023), entre esses obstáculos está a exclusão de espaços reservados à produção de conhecimento e à tomada de decisões (p. 56).

No sistema colonial, a perspectiva sobre toda a diversidade possível de corpos e gêneros é colocada em posições de inferioridade e desumanização em relação ao que é elevado como modelo de norma cisgênera. O projeto colonial tem como objetivo justamente a “desumanização, brutalização e simplificação das pessoas, culturas e sociedades colonizadas” (Simakawa, 2023, p. 299).

Dessa forma, o próprio conceito de "humano" produzido por uma lógica ocidental e europeia, também possui suas monoculturas ao excluir, como ervas daninhas, aqueles que não se enquadram em seus parâmetros de humanidade. Assim, torna-se necessário ultrapassar as fronteiras estabelecidas para essa categoria, a fim de incluir as populações que foram deliberadamente excluídas. Como afirma o pensador indígena Ailton Krenak (2020):

Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade — que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições —, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. (p.8)

Podem ser incluídas, nas sub-humanidades elencadas pelo pensamento ocidental, também travestis e transexuais, bem como outras formas de expressões de gênero e sexualidade que divergem do que é estabelecido como norma.

Se a própria ideia de "humano" exclui determinadas pessoas de uma pretensa humanidade, há alternativas que buscam ampliar esse conceito. No final da década de 1990, a teoria do pós-humanismo começou a se desenvolver por meio de análises nas áreas da crítica literária, cultural e filosófica. Esta última, em particular, dedicou-se a debater campos da investigação filosófica sob a perspectiva dos conhecimentos adquiridos recentemente sobre os limites dos conceitos antropocêntricos e humanistas, que até então eram predominantes (Ferrando, 2019).

Os questionamentos do pós-humanismo são realizados a partir de críticas aos pressupostos hierárquicos que colocam o humano no centro, em detrimento de outras espécies (especismo), e às hierarquias dentro do próprio reino humano, como o sexismo, racismo, classismo, LGBTfobia e etnocentrismo (Ferrando, 2019). O pós-humanismo é

uma filosofia empírica de mediação que oferece uma reconciliação da existência em suas significações mais amplas. O pós-humanismo não emprega nenhum dualismo frontal ou antítese, desmistificando qualquer polarização ontológica através da prática pós-moderna de desconstrução. (Ferrando, 2019, p. 962)

Dessa forma, com sua característica ampliadora e de confronto aos dualismos, o pós-humanismo pode ser uma ferramenta útil para reconstruir, desmontar ou retraçar as rotas do que seria a humanidade. Nos questionamentos sobre o especismo presente no conceito de humano, os pós-humanistas acabam por se aproximar das epistemologias e cosmologias indígenas, que propõem que o humano se veja como parte da natureza e não apartado dela (Krenak, 2019).

Se, como teorizou Butler (2015), são os enquadramentos que determinam o que são vidas e o que não são, definindo, por consequência, quem pode ser visto como humano e quem será desumanizado, acredito que o potencial desses olhares — advindos de saberes indígenas, quilombolas, lésbicos, homossexuais e travestis, ou de qualquer pessoa relegada à posição de sub-humana — reside em criar rupturas nesses enquadramentos. Tais rupturas desafiam as definições de quem não é humano e de quais vidas devem ser preservadas ou extintas. Elas expõem como os dualismos do pensamento ocidental são apenas uma entre muitas formas de pensar o humano e o mundo.

A pensadora de origem chicana Gloria Anzaldúa (2005) nos provoca ao conceber uma consciência de origem mestiça, nascida das diferentes misturas genéticas e existenciais. Essa consciência passa por uma submersão nas fronteiras psicológicas, descobrindo que fronteiras rígidas não contemplam ideias e conceitos, uma vez que a rigidez significa morte. *La mestiza*, então, move-se verticalmente, rompendo com formações cristalizadas, até alcançar uma perspectiva mais ampla, que promove inclusão no lugar da exclusão — o oposto das epistemologias ocidentais e colonizadoras. Anzaldúa (2005) rompe com os dualismos, unindo o que está separado e considerado contraditório, oposto ou ambíguo, para criar uma terceira coisa — nova e potente — resultante dessa colisão. Assim, surge uma nova consciência que transcende as delimitações.

Se, na lógica colonial, o humano é a negação do animal, o civilizado é a negação do selvagem e as concomitâncias não podem coexistir — nunca o rosa e o azul, o feminino e o masculino, o humano e o animal ao mesmo tempo (Núñez, 2021) —, nessa nova consciência existe espaço para o concomitante, para a floresta no lugar das monoculturas. Planta-se e colhe-se outros modos de olhar para o humano e o pós-humano, talvez em uma tentativa de abarcar o que foi enquadrado fora de seus limites e explorar possibilidades que ainda desconhecemos.

2 OBJETIVOS

A partir do exposto anteriormente, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral: Compreender os possíveis efeitos que o trabalho sexual pode causar na saúde mental de travestis e mulheres transexuais.

Objetivos Específicos:

- Analisar o contexto da prostituição e as relações poder que permeiam essa profissão;
- Entender as principais demandas dessa população na área da saúde mental no contexto do trabalho sexual.

3 METODOLOGIA

3.1 CONTEXTO LOCAL

Ao adentrar a cidade de Sorocaba, mesmo o olhar mais desatento nota uma placa assim que a rodovia começa a se aproximar da porção urbana — seja pelo tom amarelo intenso ou pelas letras em caixa alta e garrafais, os dizeres “SOROCABA É DO SENHOR JESUS CRISTO” acabaram se tornando um curioso e polêmico símbolo da cidade. Em um primeiro momento, é possível perceber como isso reflete o caráter conservador da cidade, que possui uma longa história de prefeitos afiliados a partidos de direita, além de uma afinidade com a onda bolsonarista que ganhou força em outras regiões do interior de São Paulo.

Não é surpreendente, portanto, que os vieses cristãos ocupem uma posição de privilégio quando se pensa nas políticas públicas da cidade, especialmente nas questões que envolvem a comunidade LGBTQIAPN+. São inúmeras as batalhas decorrentes dos embates entre políticos conservadores e militantes de movimentos sociais.

A narrativa oficial sobre origem da cidade relata que Sorocaba foi fundada pelo bandeirante Baltazar Fernandes, em 1654, que se estabeleceu na região junto de sua família e pessoas escravizadas. A região, habitada pelos povos originários, era chamada de Sorocaba, termo que significa "Terra Rasgada", em referência ao rio que corta a cidade ao meio.

O crescimento da cidade está associado ao tropeirismo, com destaque para a famosa Feira de Muare, cuja sede era Sorocaba. Esse intenso fluxo de pessoas transformou a cidade em um polo comercial, especialmente na produção artesanal de objetos como facões, peças de couro e redes. No século XVIII, Sorocaba recebeu as primeiras plantações de algodão e, posteriormente, tornou-se um importante centro industrial com a implantação das primeiras fábricas têxteis e da Estrada de Ferro Sorocabana. Esses fatores consolidaram Sorocaba como um polo industrial na época.

Essa história, amplamente divulgada pela prefeitura¹⁰ e ensinada nas escolas, omite referências aos povos originários, assim como outras possíveis narrativas de comunidades da região.

Como afirma Donna Haraway (1995), a História é “uma estória que os entusiastas da cultura ‘ocidental’ contam uns aos outros” (p. 11). Em outras palavras, o que é repetido continuamente não é neutro, mas reflete escolhas sobre quem deve ser destacado e quem deve ser ocultado, constituindo-se como uma construção narrativa. Em diálogo com Haraway (1995), Megg Rayara Gomes de Oliveira afirma:

¹⁰ História contada na página oficial da cidade de Sorocaba. Disponível em: <https://turismo.sorocaba.sp.gov.br/visite/historia-de-sorocaba/> Acesso em 12/11/2024

De acordo com a autora, a História pode ser definida como uma tecnologia do olhar. Um olhar esmerilhado à perfeição do capitalismo, do colonialismo e da supremacia masculina. Um saber localizado a partir dos corpos que importam e, portanto, merecem ser lembrados. (2022, p.158)

Ao considerarmos o olhar como uma tecnologia que deixa, intencionalmente, pontos cegos em seu registro, torna-se evidente que a trajetória da população LGBTQIAPN+ em Sorocaba foi sistematicamente excluída da História oficial da cidade. Assim como aquelas pessoas que não se enquadravam nas normas de gênero vigentes, as profissionais do sexo também foram apagadas, restando apenas suposições sobre sua presença em um município que recebia diversos tropeiros ao longo do ano.

Magali Engel (1989), contudo, resgatou uma breve recomendação de 1771, feita por Dom Luiz Antônio de Souza ao Capitão-Mor José de Almeida Leme. No texto, o remetente menciona a presença de “mulheres fadistas” — termo usado para se referir à prostituição — em Sorocaba, afirmando que elas estariam perturbando o sossego público. Ele encerra o documento com a ordem de mandá-las para Iguatemi, “onde podem casar e viver como Deus manda” (p. 28).

Ao analisarmos o passado, podemos identificar as raízes do conservadorismo presente na cidade e perceber como as medidas que visam minar a população LGBTQIAPN+ de Sorocaba são fruto de uma longa construção histórica enraizada na *Terra Rasgada*.

Em tempos recentes, diversos vereadores têm se oposto aos movimentos de militância LGBTQIAPN+ na cidade de Sorocaba, reagindo com hostilidade. Durante a primeira Parada LGBT da cidade, quatro vereadores da bancada evangélica negaram apoio a um voto de congratulações à organização do evento. Em 2010, quando foi proposta uma moção para apoiar a 14ª Parada LGBT de São Paulo, uma vereadora afirmou que o apoio “colocaria mais orgias nas ruas”, além de proferir discursos que alegavam uma “anormalidade” na homossexualidade. As falas geraram repercussão nacional e foram amplamente repudiadas por grupos LGBT de outras regiões do país. Em 2011, novamente, a bancada evangélica de Sorocaba se posicionou contra discussões relacionadas à temática da Parada LGBT de São Paulo daquele ano (Sonetti e Garcia, 2020).

Em 2015, ocorreu um ataque direto à população trans de Sorocaba: um vereador vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus redigiu o projeto de lei municipal nº 11.185, que visava proibir o uso de banheiros e vestiários em escolas de acordo com a identidade de gênero. O projeto foi aprovado na Câmara Municipal de Sorocaba, mesmo com as pressões contrárias dos movimentos LGBT+ da cidade e a oposição da Defensoria Pública de São

Paulo. Em 2017, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão encaminhou um pedido de inconstitucionalidade dessa lei (Sonetti e Garcia, 2020).

Ainda no contexto escolar, após pressão de grupos religiosos contrários à chamada “ideologia de gênero”, os termos “gênero”, “diversidade sexual” e “LGBT” foram excluídos do Plano Municipal de Educação (Sonetti e Garcia, 2020).

Embora os desafios enfrentados pela população LGBTQIAPN+ em Sorocaba sejam numerosos, também existem diversas frentes de resistência contra esses atos. Assim como a placa na entrada da cidade, com os dizeres “Sorocaba é do Senhor Jesus Cristo”, aponta para o viés conservador local, ela também foi pichada diversas vezes ao longo dos anos, com diferentes mensagens que desafiam o discurso normativo dominante na cidade.

Entre as várias frases registradas, destaco uma em particular: uma pichação que alterava a frase para “Sorocaba é do Senhor Jesus Cristo [e de] Exu também.” Destaco esses dizeres porque Exu, o orixá iorubá que habita as encruzilhadas, simboliza o encontro de caminhos — opostos, mas que se cruzam no território.

Foto 2: Totem na entrada de Sorocaba



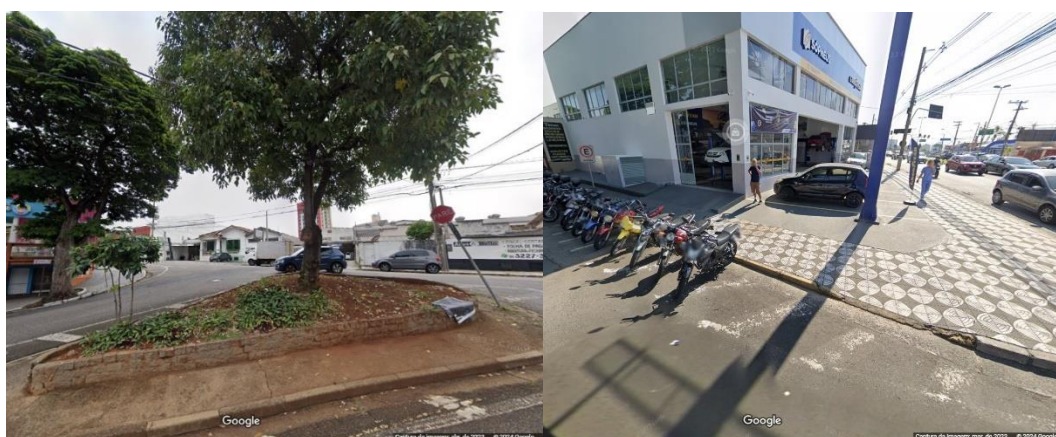
Fonte: G1 Sorocaba e Jundiaí

Se, por um lado, o conservadorismo tenta erguer suas leis e proibições, a comunidade LGBTQIAPN+ de Sorocaba cria suas próprias formas de resistência. Tranquilin-Silva (2020) relata que o primeiro ato organizado enquanto movimento social das travestis e pessoas trans de Sorocaba ocorreu em 2003, com uma manifestação que incluiu uma carreata composta por três carros e um caminhão de som. A mobilização foi motivada pela forte repressão policial e

política enfrentada pelas profissionais do sexo na época. A ONG Girassol, com o apoio da deputada federal Iara Bernardes, organizou o protesto. A principal pauta era a oposição a uma proposta que pretendia implementar uma medida higienista, removendo as profissionais do sexo da cidade para uma área industrial, criando ali uma "zona" afastada do olhar da população. Após a mobilização e um protesto no dia da votação, o projeto foi arquivado.

Em Sorocaba, as profissionais do sexo ocupam pontos nas áreas centrais da cidade. Entretanto, há uma demarcação que separa as travestis e transexuais das mulheres cisgênero, que não se misturam nesses espaços. Os principais pontos ocupados pelas travestis e mulheres transexuais incluem a Avenida General Carneiro e a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, locais com grande fluxo de pessoas e comércio. Outro ponto é a pequena praça formada pelas ruas Gustavo Teixeira, Guaiacus e Almirante Barroso.

Imagens 3 e 4: Regiões em que costumam ser os pontos de travestis em Sorocaba



Fonte:

Google Street View

O fato de os pontos de prostituição estarem situados em áreas centrais da cidade é motivo de conflito com os comerciantes. Segundo Afonso (2017), ao entrevistar um comerciante e presidente do CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança) da região considerada o principal ponto de concentração da prostituição em Sorocaba, ficou evidente que os comerciantes não se sentiam confortáveis com a presença das profissionais do sexo naquela área, especialmente durante o período diurno.

A principal solução que os comerciantes buscam para o que consideram um problema é solicitar intervenção policial. Entretanto, como a prostituição em si não é crime, essa abordagem tem poucos resultados práticos. As falas registradas por Afonso (2017) revelam um pânico moral significativo, com declarações de que as praças da região estão se tornando um “feirão do sexo”. Além disso, fica claro que o incômodo não é com a existência da

prostituição em si, mas com o fato de ela ser visível aos olhos de todos, especialmente em um espaço com grande circulação de pessoas. No trabalho, Afonso registra que o entrevistado defende a ideia de expulsar as profissionais do sexo das áreas centrais da cidade, sugerindo a criação de “zonas de meretrício”, desde que localizadas em bairros afastados” (Afonso, 2017, p. 109).

Outra medida hostil em relação às profissionais do sexo é a instalação de pequenas “lanças” nas entradas dos edifícios comerciais, especialmente em locais onde há grande concentração de profissionais do sexo. Esses objetos são colocados para impedir que elas se sentem nas calçadas em frente às lojas, sob a justificativa de que a presença delas afastaria os clientes (Afonso, 2017).

Além dos conflitos com lojistas, Afonso (2017) também registra a presença de grupos religiosos promovendo a evangelização durante a noite. Esses grupos abordam as profissionais do sexo e mulheres em situação de rua, oferecendo um “caminho”. A proposta inclui levá-las a uma casa de triagem, onde permanecem por um período de 20 a 30 dias, sem acesso a telefone, televisão ou possibilidade de sair. Durante esse período, devem seguir uma rotina rígida, composta por trabalho e orações. Posteriormente, é prometida uma “reinserção social”, com a busca de emprego. Em entrevista com a coordenadora da casa, Afonso (2017) relata que ela compara a prostituição a uma deficiência, mas afirma que ainda haveria “solução e perdão” (p. 117).

As condições vividas por travestis, pessoas trans e profissionais do sexo levaram à organização dessas populações. De acordo com Thara Wells Côrrea, mulher transexual, assistente social e figura importante na militância local, que mais tarde se tornou uma das fundadoras da Associação de Transgêneros de Sorocaba:

O movimento trans, pelo menos por aqui, nunca foi uníssono. As travestis consideradas não femininas sempre estiveram à frente das lutas, carregando bandeiras e reivindicando direitos e dignidade. “As bonitas”, por conta da passabilidade, acreditando serem inatingíveis pela transfobia, se furtavam da luta. O sentimento de sermos só um “puxadinho” dentro da sigla LGBT nos fez pensar na necessidade de termos um movimento só nosso, que se debruçasse sobre nossas reais questões, sem romantizá-las, entendendo toda a especificidade que tangenciava nossas vidas, nossas sobrevivências. (Côrrea, 2023, p.12)

Em 2017, após a Parada LGBTQ+ do ano anterior ter como tema “Por mais ativismos Trans”, foi fundada a Associação de Transgêneros de Sorocaba, que definiu como eixos centrais: a educação, o acesso à saúde humanizada e a empregabilidade (Côrrea, 2023). Entre

as ações promovidas pela instituição para melhorar a qualidade de vida das populações de travestis e transexuais da cidade, destacam-se o lançamento do aplicativo *TransForma* e a organização, em 2018, da 1ª Marcha da Visibilidade Trans de Sorocaba. Esse evento, que ocorre anualmente, conta com a participação de diversas artistas travestis e transexuais da região (Tranquilin-Silva, 2020). A importância da marcha se evidencia ao ocupar as ruas mais movimentadas de Sorocaba com a presença de travestis e trans, que, muitas vezes, sequer são bem-vindas nesses espaços durante o restante do ano.

Uma conquista recente foi a abertura do Ambulatório Trans na cidade de Sorocaba. O processo para garantir um espaço adequado e uma equipe especializada para a realização do processo transexualizador de forma segura e acessível no SUS foi extremamente tortuoso. Após três fechamentos consecutivos em menos de um ano, mudanças de local e diversas manifestações — tanto presenciais quanto digitais —, a população de travestis e transexuais de Sorocaba conseguiu assegurar esse direito. Esse marco reforça o poder da coletividade em enfrentar um (cis)tema que, frequentemente, tenta negar a existência e os direitos desses corpos.

3.2 ENTREVISTAS

As participantes das entrevistas são travestis e mulheres transexuais da cidade de Sorocaba que estão ou já estiveram atuando como profissionais do sexo por, no mínimo, um ano.

Esta pesquisa configura-se como qualitativa. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa não se baseia em um único conceito teórico ou metodológico. Seu ponto de partida ocorre por meio da compreensão dos pontos de vista subjetivos. O diferencial da pesquisa qualitativa está em considerar a comunicação do pesquisador em campo como parte integrante e explícita do conhecimento produzido. Assim, a subjetividade, tanto do pesquisador quanto das participantes, não é desconsiderada durante o processo de pesquisa; pelo contrário, torna-se parte dele. Tornam-se dados as impressões, sentimentos, irritações e reflexões dos pesquisadores sobre suas próprias atitudes.

Para acessar as participantes deste estudo, foi utilizada a técnica de amostragem bola de neve. Nas palavras de Vinuto (2019):

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção

de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. (p. 203)

Nesse tipo de amostragem, inicia-se o processo com a seleção de documentos e/ou informantes-chave (chamados de sementes) com o objetivo de localizar pessoas que correspondam ao perfil adequado para o estudo. Dessa forma, as sementes formam uma rede de comunicação entre o público e o pesquisador. O pesquisador, por sua vez, começa a identificar pessoas com o perfil desejado. Em uma etapa subsequente, os interlocutores indicam novos contatos a partir de suas redes pessoais, ampliando o quadro da amostragem a cada nova entrevista (Vinuto, 2019).

Nesta pesquisa, as sementes foram encontradas entre movimentos de militância e ativismo do município, bem como em outros espaços de resistência da população LGBTQIAPN+ de Sorocaba, como a cena *ballroom*.

O método de entrevistas não-diretivas proposto por Michelat (1982) foi adotado, com o entrevistador atuando como facilitador, enquanto o entrevistado assumia um papel mais ativo, partindo do pressuposto de que o participante é considerado a pessoa mais apta a explorar o problema de pesquisa que lhe é apresentado, com seus pensamentos e sentimentos sendo validados ao longo das entrevistas. As entrevistas foram gravadas com a autorização das participantes. O material coletado nas entrevistas foi transcrito e submetido à análise.

A análise, conforme proposto por Michelat (1982), inicia-se preliminarmente por meio da impregnação. Segundo o autor, nesse primeiro momento, ocorre através da leitura e releitura das entrevistas, sendo esse processo repetitivo responsável por ocasionar interpretações, à medida que surgem relações de diferentes tipos com os elementos presentes ao longo do discurso das participantes.

A interpretação, por sua vez, como outra parte do processo de análise, aproxima-se do pensamento psicanalítico ao separar o conteúdo latente — ou seja, aquilo que está subjacente ou implícito — do conteúdo manifesto, que é o que é dito explicitamente.

A partir das produções verbais das entrevistas, é possível identificar também informações sintomáticas. Para Michelat (1982), essas informações são consideradas reveladoras “ao mesmo tempo da cultura e das subculturas próprias a cada indivíduo e de certos mecanismos que presidem a sua constituição” (p. 195). As análises foram realizadas tanto individualmente quanto em comparação entre si, buscando identificar elementos complementares.

Após o processo de repetidas leituras, foram selecionados elementos que se repetem nas falas de cada participante da pesquisa, a fim de organizar melhor cada tema encontrado nas entrevistas. Além da própria interpretação das falas, como proposto por Michelat (1982), também foi realizada uma comparação entre as entrevistas das participantes e produções acadêmicas que dialogam com seus relatos.

3.3 APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Esta seção tem como objetivo apresentar as participantes que, por meio das entrevistas, ofereceram suas perspectivas e vivências enquanto travestis ou mulheres transexuais que tiveram ou têm o trabalho sexual como principal fonte de renda. Com a intenção de manter as identidades em confidencialidade, foram criados nomes fictícios para cada uma delas, bem como para terceiros, instituições e outras informações que pudessem revelar suas identidades, como empregos e áreas de atuação. Considerando que o trabalho sexual é visto como um tabu em nossa sociedade, esse cuidado ético torna-se essencial.

Inicialmente, foram abordadas pessoas já conhecidas devido ao seu engajamento em movimentos sociais, figuras frequentes também em coletivos dos quais participo e em outras mobilizações que visam garantir os direitos de pessoas LGBTQIAPN+, especialmente no que diz respeito às pautas travesti e transexual. Seguindo a técnica de amostragem bola de neve, esses contatos, conhecidos como "sementes" (Vinuto, 2014), indicaram outras pessoas. Dessa forma, mais participantes, que não estavam diretamente envolvidas com ativismo e militância, foram alcançadas.

No início, não foi estipulada uma quantidade exata de entrevistas a serem realizadas. Entretanto, durante o processo de impregnação, como proposto por Michelat (1982), considerou-se que as cinco entrevistas apresentavam material adequado para a análise, uma vez que esse tipo de metodologia preza mais pela profundidade dos elementos trazidos nas falas do que pela quantidade de participantes.

Em relação ao trabalho sexual em si, todas as entrevistadas relataram ter atuado tanto na prostituição de rua quanto em atendimentos a clientes em ambientes privados, utilizando um site como forma de divulgar seus serviços.

3.3.1 Rafaela

Rafaela tem por volta de cinquenta anos, negra, esteve na prostituição por trinta anos, preferindo se identificar com o termo *profissional do sexo*¹¹ devido à ênfase que esse termo dá ao reconhecimento da atividade como uma profissão.

Ela foi a primeira entrevistada, justamente por ser uma figura presente na militância das travestis e transexuais de Sorocaba. O convite para a entrevista ocorreu pessoalmente, após nos encontrarmos em um evento no qual contei sobre minha pesquisa de mestrado. Ela aceitou participar imediatamente. Após combinarmos uma data e um horário para a entrevista, nos encontramos em sua casa.

Rafaela compartilhou que sua mãe a levou ao psicólogo algumas vezes durante a infância. Apesar de não se recordar exatamente das sessões, descreveu suas lembranças de atividades com desenhos e de algumas perguntas feitas pela psicóloga, às quais nem sempre respondia. Após o término das sessões, e com Rafaela já fora da sala, a psicóloga chamava sua mãe para conversar.

Já na adolescência, enquanto ainda estava na escola, Rafaela contou que se identificava como um gay afeminado, sendo vista como um corpo não desejável. Durante esse período, enfrentou violências na escola, um ambiente que ela considerava tóxico. Ainda assim, desenvolveu estratégias para permanecer naquele espaço. Compartilhou que, mesmo sendo de baixa estatura, tornou-se armadora do time de basquete da escola. Nesse mesmo time estavam os meninos que costumavam hostilizá-la. Quando se tornou uma integrante essencial da equipe, exigiu que seus colegas a protegessem das violências que sofria. Rafaela destacou que, naquela época, ainda acreditava que poderia ter um relacionamento amoroso com um homem, casar-se e constituir uma família.

Entretanto, com a morte da mãe aos dezessete anos, foi expulsa de casa pela família. Acolhida por outras travestis e transexuais, Rafaela iniciou sua trajetória como profissional do sexo em 1994. A partir desse momento, mencionou uma mudança em suas perspectivas sobre relacionamentos e no que chamava de ser sonhadora, especialmente em relação aos homens. Adotou uma postura de sobrevivência diante das violências que enfrentava. Rafaela contou como as vivências consecutivas de violência a tornaram mais resistente, a ponto de se impor e conquistar respeito entre as outras profissionais que dividiam o espaço da rua com ela.

Aos 32 anos, numa tentativa de juntar dinheiro para sair da prostituição, Rafaela foi para a Europa, onde enfrentou uma competitividade ainda maior com outras profissionais do

¹¹ Ao longo da discussão das entrevistas, utilizarei o termo indicado por cada participante de como elas se identificam enquanto profissionais do sexo, demarcando em *itálico*.

sexo. Esse novo contexto exigiu que desenvolvesse novamente estratégias de sobrevivência para se adaptar. Durante seu período na Europa, Rafaela começou a usar drogas, algo que descreveu como um processo de anestesia, incentivada por clientes que pagavam altos valores para que ela os acompanhasse durante o consumo. Nessa fase, também cogitou o suicídio.

Em um momento particular, numa boate, Rafaela narrou uma experiência que chamou de ‘desdobramento’ — uma espécie de ruptura consigo mesma. Enquanto retocava o batom diante do espelho, ao ver seu reflexo, pensou: “*Meu, você não é isso. Você não é assim, você não é essa pessoa. Onde você está?*”. Depois desse momento, decidiu interromper o uso de drogas e retornar ao Brasil. No entanto, ainda fez uso por alguns meses após sua volta, antes de abandonar definitivamente o consumo.

De volta ao Brasil, Rafaela retomou os estudos e conseguiu um emprego formal, deixando de atuar como profissional do sexo. Contudo, contou muitas dificuldades para se adaptar a esse novo contexto. Mencionou a necessidade de procurar ajuda psicoterapêutica para lidar com os sentimentos gerados ao vivenciar situações em que era a única pessoa transexual presente em seu ambiente de trabalho.

3.3.2 Mia

Mia tinha cerca de 25 anos, branca e realizava programas há três anos. Quando questionada sobre qual palavra acreditava que a define melhor nessa ocupação, afirmou que *puta* seria a mais adequada, considerando o sentido pejorativo da palavra. Ela explicou que esse é o modo como acreditava que a sociedade a enxergava enquanto realiza programas.

Conheci a segunda entrevistada também na ATS, como uma das atendidas que procuraram o serviço jurídico oferecido pela ONG. Aceitando de imediato o convite para a entrevista, combinamos um encontro presencial para conversarmos melhor. Apesar de ter procurado a ATS para utilizar os serviços oferecidos, Mia não participava dos movimentos sociais da cidade.

Ela compartilhou que começou a se prostituir enquanto ainda era casada com seu parceiro anterior, que fazia uso de drogas. Após o término do relacionamento, voltou a morar com a família, que a acolheu e aceitou enquanto mulher transexual. Embora a família a ajudasse com moradia e alimentação, Mia recorria aos programas como forma de conseguir dinheiro para comprar os itens que desejava, como maquiagens ou *laces*.

Mia era relativamente conhecida em suas redes sociais, tanto nas contas pessoais quanto naquelas que utilizava para produzir conteúdo erótico e divulgar seus serviços. A

internet era seu principal meio de divulgação e acesso a clientes, inclusive para aqueles que viviam em outros estados e regiões. Contudo, relatou que sua página foi derrubada por uma cafetina da cidade, que não desejava que ela continuasse trabalhando sem pagar a taxa exigida. A cafetina chegou até a enviar mensagens, passando-se por um suposto cliente, numa tentativa de marcar um encontro com Mia.

Entretanto, no momento da entrevista, Mia relatou que o site já não rendia tanto financeiramente e, por isso, passou também a *fazer rua*, termo utilizado para indicar a prostituição em lugares públicos. Ela destacou que a internet garantia alguma segurança na escolha dos clientes, em oposição aos riscos de violência e à exposição às vulnerabilidades que o trabalho em ambientes abertos trazia. Mia disse que o principal problema da rua era o acesso às drogas, que a fez passar a usá-las com mais frequência. Além da cocaína, que utilizava de forma recorrente, afirmou que o uso de álcool a deixava mais apta para lidar com os desafios que enfrentava quando *fazia rua*.

Durante a entrevista, Mia também compartilhou suas tentativas de sair da prostituição e se estabilizar em empregos formais regidos pela CLT. O principal desafio, segundo ela, era o fato de as empresas não aceitarem sua identidade como travesti, o que a levava a se apresentar como um menino por um período de tempo. Quando começava a se sentir infeliz e percebia que não iria se adaptar às exigências das empresas, retomava sua expressão de gênero feminina e acabava sendo demitida algum tempo depois. Além disso, contou como a vivência na rua também influenciava sua forma de lidar com trabalhos formais, dizendo que perdia a paciência rapidamente com os clientes e, frequentemente, expressava sua irritação de forma violenta.

3.3.3 Paula

Paula tinha cerca de 35 anos, negra e atuou no trabalho sexual por 15 anos. Na época da entrevista, ela estava trabalhando no comércio formal em sua cidade de origem. Quando perguntada sobre qual termo achava mais adequado para se referir ao trabalho sexual que exerceu, disse que prefere a expressão *garota de programa*.

O contato com Paula ocorreu através de uma conhecida em comum, também travesti, que não participou das entrevistas. Após confirmar, através do nosso contato, que tinha interesse em participar da pesquisa, recebi seu número de telefone e, por meio de mensagens, combinamos a entrevista. Por ela estar morando em outra cidade, embora próxima, tivemos

algumas tentativas frustradas de nos encontrarmos presencialmente e, por isso, optamos por realizar a entrevista remotamente.

Paula nasceu em uma pequena cidade da região e descreveu sua infância e adolescência como marcadas por uma visão romantizada dos relacionamentos, algo que acabou sendo confrontado posteriormente com sua experiência no mercado sexual. Mudou-se de sua cidade natal para Sorocaba, onde começou a atuar como *garota de programa*. Esse período, segundo ela, foi um momento em que se sentia mais saudável e tinha mais facilidade em interagir com as pessoas.

Uma das problemáticas enfrentadas durante seu período no mercado sexual foi o uso de drogas, geralmente oferecidas pelos clientes. Isso a levou a utilizar substâncias durante o sexo, hábito que acabou se estendendo para sua vida íntima.

Paula afirmou que, durante o trabalho sexual, sua rotina de horários mudou significativamente. Passou a trocar o dia pela noite, escolhendo horários cada vez mais tardios para evitar encontros com pessoas que não fossem seus clientes. Também compartilhou como foi se desiludindo com as relações humanas, especialmente devido às experiências negativas vividas como *garota de programa*.

Ela conta que percebeu um julgamento constante por parte de amigos e familiares. As relações que mantinha pareciam não acolher seus sofrimentos, o que a levou a se isolar cada vez mais. Posteriormente, Paula disse que retornou à sua cidade natal e se inseriu no comércio formal, deixando de lado os programas como sua fonte de renda. Como parte de sua estratégia de saída, decidiu se afastar de antigas colegas e amigas com quem dividia o espaço na rua onde fazia ponto. Sua convivência com outras travestis e mulheres transexuais ficou limitada às poucas que conhecia em sua cidade, de população menor, e a uma única pessoa com quem mantinha proximidade em Sorocaba. Além de seu trabalho formal, Paula desenvolveu um forte engajamento na militância de travestis e mulheres transexuais na cidade em que reside. Entretanto, mesmo tendo deixado o mercado sexual, ela comentou que ainda sentia o que entendia como sequelas desse período, especialmente no que dizia respeito aos relacionamentos com homens e às dificuldades na área sexual.

3.3.4 Isabela

Isabela, branca, não revelou sua idade exata, afirmando apenas que estava “quase chegando aos cinquenta”. Ela começou a realizar programas aos doze anos de idade. Quando perguntada sobre qual termo utilizava enquanto profissional do sexo, disse que preferia a

expressão *profissional do fetiche*, uma vez que geralmente aceitava trabalhos de clientes com preferências sexuais específicas — como aqueles que gostavam de se vestir com roupas femininas ou casais que buscavam uma terceira pessoa para suas relações. Ela observava que suas colegas geralmente evitavam esses programas por serem mais cansativos, mas via vantagem no retorno financeiro que ofereciam.

Assim como Rafaela, Isabela teve uma atuação significativa na militância em Sorocaba, embora seu foco principal estivesse na área cultural e na promoção de eventos voltados para a população de travestis e transexuais da cidade. Meu contato inicial com ela ocorreu durante uma dessas organizações.

Isabela contou que se iniciou no trabalho sexual muito jovem, aos doze anos, sendo uma das primeiras, na pequena cidade do interior onde nasceu, a ocupar a rua como ponto para programas. Mais tarde, mudou-se para Sorocaba, onde residia. Após sua mudança, embora tenha trabalhado exclusivamente com prostituição por um curto período, sempre buscou outras ocupações e formas de renda como estratégia para garantir alguma estabilidade financeira, que muitas vezes o trabalho sexual não oferecia.

As vivências na prostituição de rua relatadas por Isabela incluíam diversas situações que a colocaram em perigo. Ela destacou, em especial, a questão da competição entre as colegas que também atuavam na rua, além da possibilidade de violências vindas tanto de clientes quanto de transeuntes. Entre suas experiências, contou episódios em que foi atingida por ovos e espuma de extintor de incêndio lançados de carros que passavam pela avenida onde trabalhava à noite.

Mais tarde, Isabela passou a divulgar seus serviços por meio de anúncios. Embora relatasse essas agressões, Isabela também destacou o lado positivo de atuar na rua: o contato com as colegas, os momentos de troca de vivências e as histórias compartilhadas. Ela ressaltou como esses momentos permitiam enxergar um lado humano nas travestis. Por conta disso, sempre teve amigas com quem podia compartilhar suas experiências e as adversidades enfrentadas durante o trabalho sexual, especialmente porque o acesso ao atendimento psicológico era limitado para elas.

3.3.5 Valentina

Valentina tinha cerca de 25 anos, branca e realizava programas havia treze anos. Quando questionada sobre qual terminologia prefere para se definir enquanto trabalhadora

sexual, Valentina disse que prefere o termo *acompanhante*, pois, muitas vezes, era contratada não para realizar atos sexuais, mas para conversas e para fazer companhia aos clientes.

O primeiro contato com ela ocorreu por intermédio de Isabela, que a indicou como alguém que poderia aceitar participar da pesquisa. Após conversarmos, Valentina mostrou-se animada em conceder a entrevista. Entrei em contato com ela e marcamos uma entrevista remota, devido à incompatibilidade com seus horários de trabalho.

Valentina contou que se compreendeu como mulher transexual aos doze anos de idade, quando também começou sua transição de gênero. Entretanto, sua família não aceitava sua identidade, reprimindo sua expressão de gênero e condenando as roupas que usava. Aos treze anos, começou a se prostituir e, devido às dificuldades enfrentadas com sua família na época, saiu de casa e passou um período morando na rua.

Nesse período, Valentina contou que começou a fazer uso de drogas, o que posteriormente evoluiu para um uso prejudicial, levando-a a ser internada. Aos dezessete anos, conheceu seu primeiro marido e deixou de trabalhar como acompanhante, mas retornou à atividade após o término do relacionamento.

Durante essa fase, Valentina disse que se via sem esperança e sem a autoestima que possui atualmente, vivendo em condições precárias. Com o tempo, começou a se sentir mais forte e independente, passando a enxergar a prostituição como um meio de conquista de independência, e não como sua única opção. Ela destacou que sua espiritualidade desempenhou um papel importante nesse amadurecimento.

Na época da entrevista, Valentina estava há um ano casada com outro parceiro. Além disso, trabalhava em um estabelecimento formal, realizava serviços autônomos no ramo da música e continuava atuando como acompanhante para complementar sua renda.

3.4 INTERSECCIONALIDADES POSSÍVEIS

As entrevistadas, mesmo tendo vivências que se aproximam, apresentavam características distintas que acrescentam outras camadas às suas histórias e vidas. Desse modo, é importante pontuar algumas interseccionalidades encontradas nas narrativas das participantes.

Conforme a feminista negra Carla Akotirene (2019), o termo *interseccionalidade* foi elaborado pela pensadora estadunidense Kimberlé Crenshaw e ganhou posteriormente notoriedade no ambiente acadêmico das Ciências Humanas. Ainda que esse conceito tenha se

expandido para outras esferas, “é da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (p. 17).

Originalmente, a interseccionalidade questiona como o feminismo, ao não abarcar as pautas das mulheres negras, também reproduz o racismo. Dessa forma, o conceito nos convida a observar como estruturas aparentemente distintas colidem em uma “interação simultânea de avenidas identitárias” (p. 14).

Akotirene (2019) destaca a importância de não entender a interseccionalidade como uma conta matemática, uma somatória de opressões que promove hierarquias e comparações. Em vez disso, propõe uma análise de quais opressões atravessam diferentes corpos e, assim, reorientam significados subjetivos, por serem “experiências modeladas por e durante a interação das estruturas” (p. 27). A interseccionalidade também recusa a hierarquização das opressões e sofrimentos, negando a centralidade de uma única categoria.

Duas das entrevistadas, Rafaela e Paula, são negras, pessoas atravessadas tanto pelas opressões do cisheteropatriarcado quanto pelo racismo. As falas de Rafaela destacaram a questão racial e como ela se entrecruzava com as questões de gênero e do trabalho sexual.

No caso de Rafaela, por ser uma mulher negra de pele clara, muitos clientes a procuravam afirmando que ela não era negra, mas sim morena, mesmo que sua autoidentificação não fosse nesse sentido. Nesse episódio, podemos identificar a questão do *colorismo*. Segundo Alessandra Devulsky (2021), o colorismo ocorre pela tendência de estabelecer uma escala de cores de pele, em que as mais claras são colocadas em uma posição hierarquicamente superior às mais escuras. A aproximação de traços semelhantes aos do colonizador branco serve como critério para determinar quem merece tratamento diferenciado.

Ao contrapor pessoas racializadas de pele clara às de pele mais escura, o colorismo cria uma divisão dentro da própria população negra, opondo-as entre si. Rafaela relatou um episódio em que a questão racial se mostrou como uma interseccionalidade que promove diferenciações, mesmo em situações de vulnerabilidade.

(...) tinha outra trans aqui na cidade, que ela era negra de pele retinta, e ela tinha um corpo lindíssimo, assim, um corpo bem escultural, e ela tava pelada na rua, enquanto uma outra branca tava assim, de roupa até o pé; o cliente passava e pegava a branca, ignorando totalmente a presença dela na rua. E ela praticamente, assim, não ganhava dinheiro, de jeito nenhum, na rua, tanto que ela sucumbiu às drogas e faleceu.

De acordo com Oliveira (2023), a raça contribui para a estruturação das experiências de travestis e mulheres transexuais, indo além da identidade de gênero. No episódio contado

por de Rafaela, isso fica evidente, uma vez que sua atuação no mercado de trabalho também foi influenciada por sua cor de pele, com o racismo sendo mais um fator que aprofundava sua vulnerabilidade.

Em relação às questões raciais, Rafaela apontou que travestis e transexuais negras, enquanto profissionais do sexo, eram procuradas majoritariamente por clientes passivos.

Só que era diferente: quando os clientes eram passivos, aí eles procuravam a negra, negra de pele retinta, na ilusão do negro reprodutor e bem dotado. Aí a travesti negra retinta era a primeira a ser escolhida, tanto que, se tivesse mil brancas ali no meio, mas tivesse uma negra retinta, o cliente passivo, extremamente passivo, (...) ele já procurava a negra de pele retinta...

Segundo Daniel Amâncio de Oliveira (2024), entre os vários estereótipos negativos que aproximavam o corpo negro do animal, estava a associação do pênis negro como maior do que o branco, criada pelos colonizadores europeus. Essa associação estava vinculada a uma suposta tendência animalesca e hipersexualizada. Dessa forma, podemos afirmar que o corpo da travesti ou transexual negra também carrega esse estereótipo, originado de uma matriz colonial e racista.

Outra categoria que se intersecciona com as vivências das entrevistadas é a questão etária. O fato de Isabela ocultar sua idade é um dado importante, indicando como isso era significativo para ela. De acordo com Thara Wells Côrrea (2024), que pesquisou os sentidos do envelhecimento para travestis e mulheres transexuais de Sorocaba através da história oral, o envelhecimento para esse grupo é marcado por inseguranças, medos, solidão afetiva e violências institucionais que se intensificam nesse período. Destaca-se, especialmente, a insegurança em relação ao trabalho, uma vez que muitas não conseguem mais obter renda por meio dos programas e precisam encontrar novas formas de sustento.

Conforme a ATS, 95% das pessoas trans de Sorocaba não conseguirão se aposentar, um dado que evidencia o desamparo financeiro enfrentado por essa população. Assim, além das questões de gênero, o envelhecimento torna-se outro fator que causa a estigmatização (Côrrea, 2024).

Entre as entrevistadas, também havia diferenças em relação à classe social. Valentina declarou que sua família possuía recursos financeiros e que sua saída de casa ocorreu devido aos conflitos relacionados à sua identidade de gênero. Mia, por sua vez, possuía uma família que a auxiliava financeiramente de forma ativa, arcando com moradia, alimentação e contas básicas. O dinheiro obtido nos programas, segundo ela, era usado para adquirir outros itens que desejava.

Rafaela, por outro lado, contou que veio de uma família com dificuldades financeiras e que enfrentou situações de insegurança alimentar. O dinheiro que obteve na prostituição, além de garantir sua própria subsistência, foi usado para ajudar sua família, cuja renda era menor do que a dela.

... eu vindo de uma família pobre, extremamente vulnerável, onde a gente já tinha passado fome — eu já passei fome, também, assim, de ficar três dias sem ter nada o que comer, abrir o armário, ver só uns grãosinhos de farinha, de milho assim, e os grãosinhos que estavam ali a barata tava comendo. Então, assim, desde o momento que eu comecei a fazer rua, nunca mais eu passei dificuldade de comida, nem vontade de comer alguma coisa que eu não pudesse comprar. Então pra mim nunca foi considerado um dinheiro sujo, sempre foi um dinheiro que... e tanto que, assim, eu ajudei minha família, que sempre teve muito menos do que eu, sempre ajudei minha família com o dinheiro da prostituição.

Dessa forma, por meio de um olhar interseccional, podemos observar como as opressões se cruzam em determinadas vivências, adicionando maior complexidade à discussão. Essas vivências, muito além de serem marcadas apenas por questões de gênero, são atravessadas por diversos outros fatores que influenciam suas trajetórias.

4 RESULTADOS

4.1 PERCEPÇÕES ACERCA DA SAÚDE MENTAL

As participantes da pesquisa relataram suas percepções acerca da saúde mental, levando em consideração questões relacionadas ao trabalho sexual. No que diz respeito à familiaridade com os serviços de saúde mental, Rafaela, a mais velha entre elas, compartilhou sua vivência de infância ao entrar em contato com o que parecia ter sido uma avaliação psicológica.

É interessante notar que, para as entrevistadas, a ideia de saúde mental estava fortemente associada à realização de algum tipo de processo psicoterapêutico.

Mas eu já tinha a experiência de psicólogo, porque ainda quando eu era criança, aí eu fui no psicólogo algumas vezes, fiz até uma sequência, mas, assim, até onde eu me recordo, era aquela coisa: fazer desenho, de ficar pintando, ficar... é, eu lembro mais de ficar desenhando mesmo, enquanto ela perguntava algumas coisas... não lembro as perguntas, mas algumas coisas eu respondia, outras não, e depois ela analisava os desenhos e chamava minha mãe para conversar. (Rafaela)

Não é raro ouvirmos relatos de travestis e trans já adultas sobre o primeiro contato com serviços de saúde mental — especialmente a Psicologia — ainda na infância, geralmente em contextos onde se tentava “reverter” traços que indicavam uma discordância entre a criança e o gênero atribuído a ela no nascimento.

Um exemplo cinematográfico nesse sentido é o filme franco-belga *Ma Vie en Rose* (1997), em que a criança Ludovic se identifica como uma garota, mas os pais passam a forçá-la a se enquadrar no que entendem como masculinidade. Assim, incentivam a prática de futebol, o uso de roupas consideradas masculinas e o corte de cabelo bem curto (Elia e Barbosa, 2015). Uma das soluções pensadas pelos pais foi levar Ludovic para consultas com uma psicóloga.

Conforme Elia e Barbosa (2015), a associação da transexualidade à patologia promove também a fantasia de que supostamente existiria uma cura. Segundo o antropólogo Marcos Benedetti (2000), relatos de idas a médicos e aplicações de medicações para um suposto tratamento de diferenças percebidas em relação a outras crianças são uma presença marcante na infância de travestis (p. 93). Benedetti destaca que o processo de construção de um sujeito feminino, realizado pelas travestis ainda na infância, com a rejeição da socialização e educação masculinas impostas anteriormente, é frequentemente um processo duro e solitário, sendo fonte de grande sofrimento (p. 95).

Ainda que a Psicologia no Brasil hoje se oponha a tais práticas, é importante refletir sobre como esse primeiro contato, ainda na infância, pode criar uma visão da Psicologia não como aliada, mas como uma instituição que promove a norma cisgênera sobre os corpos de travestis e transexuais. Também podemos pensar na existência de uma tentativa de subalternizar essa população à medida que tentam explicá-la e interpretá-la no lugar de promover uma escuta genuína do sofrimento.

Mas a rua, ela exerce um poder, assim, de... de te despir mesmo, assim, psicologicamente, porque você fica refém dessa... como fala? Desse desgaste emocional que a rua te dá. (Rafaela)

A gente não passa ilesa da prostituição, cada uma vai somatizar de alguma maneira, mas a gente não passa ilesa. Porque a prostituição, ela causa essa depreciação física e psicológica da gente, com certeza, com certeza. Nenhuma passa ilesa, por mais que diga que não, mas eu acho que quando deita a cabeça no travesseiro... (Rafaela)

Rafaela confirmou perceber uma relutância por parte de suas amigas em acessar serviços de saúde mental — especialmente processos psicoterapêuticos — devido à associação que ainda se fazia entre esses serviços e a ideia de "loucura". Mesmo assim, ela destacou que sentia a necessidade de alinhar o trabalho sexual ao suporte oferecido pelos serviços de saúde mental.

Nota-se que o termo *rua* é central nas falas de Rafaela. Nas palavras da antropóloga Cristina de Oliveira Fiorentino (1998), “na rua os sujeitos se inscrevem socialmente. Na rua o

amor, a dor, o horror, a solidariedade, a violência, a vida e a morte deixam de ser entidades imaginárias e se concretizam” (p. 41). Esse é o cenário onde o desgaste emocional se manifestava para Rafaela, um desgaste que a tornava refém da própria rua. Observa-se como a rua surge tanto como local de sobrevivência após sua expulsão de casa quanto como um espaço onde, posteriormente, ela precisou investir tempo e estudo para conseguir sair.

Dessa forma, podemos refletir sobre como o caráter compulsório da prostituição para algumas travestis e pessoas trans torna aquele ambiente subjetivamente difícil de se habitar. Isabela apresentou uma fala semelhante à de Rafaela e, assim como ela, utilizou a palavra *refém* para descrever sua relação com a rua.

Eu acho assim, eu acho que afeta no ponto de vista de quando você fica refém desse trabalho sexual. Porque ele é um comércio, um trabalho que você faz, você não deixa de ser um comerciante, e é um trabalho que tem seus altos e baixos. (Isabela)

É interessante observar como a palavra *refém* se repete diversas vezes ao longo da entrevista de Isabela. *Refém* — estar cativa, presa. O oposto da liberdade. Isabela sempre destacou essa posição ao falar dos efeitos negativos do trabalho sexual na prostituição. Como veremos mais adiante, ela sempre teve outros trabalhos concomitantemente aos programas, de modo que sua fonte de renda não provinha única e exclusivamente dos programas que realizava. Isso lhe proporcionava maior autonomia financeira, permitindo que não dependesse exclusivamente do trabalho sexual.

As falas de Mia, por sua vez, afirmaram categoricamente que o trabalho sexual afeta sua saúde mental, explicitando, sem rodeios, de que forma isso ocorre. Ela descreveu, de maneira enfática, uma sensação de medo em relação a outras pessoas e sua tendência a evitar o convívio social. Mia descreveu sintomas que passou a associar diretamente à sua vivência no mercado sexual. Como resposta às situações de vulnerabilidade que enfrentou, ela descreveu um sentimento de medo e a vontade de se isolar, especialmente no contato com homens. Sobre esse sentimento de raiva direcionado ao masculino, Mia o relacionou diretamente à convivência com os clientes com quem precisa lidar durante os programas.

Afeta. Afeta... e afetou muito, porque... eu comecei a ter medo das pessoas, a evitar convívio social, porque, em quatro paredes a gente não é tratada como um ser humano normal, né? Já quase tentaram me matar com chave de braço, já tive surpresa de ver pessoas, acender a luz e ver que a pessoa, obviamente, tava doente. (Mia)

Ao ouvir as falas de Mia, recordo-me do relato de Krenak (2019) sobre o Rio Doce após o rompimento da barragem que o expôs aos contaminantes da mineradora Samarco.

Segundo o pensador indígena, para se proteger das violências sofridas em sua superfície, o rio mergulhou em si mesmo, com suas águas limpas correndo abaixo de uma estrutura de granito localizada sob mais três camadas de solo. “Ele continua seguindo para o oceano Atlântico, mas não quer mais se expor ao abuso constante desse pensamento absurdo que acha que os corpos existem para serem explorados. Ele se nega a sofrer esse tipo de bullying e, diante da ofensa, desaparece” (p. 13).

Assim como o Rio Doce mergulha em si para não sofrer mais violências contra seu corpo, Mia também pareceu utilizar-se de mecanismos semelhantes para se proteger das agressões vivenciadas enquanto *puta*. O medo e a raiva — e sua consequente exteriorização em forma de agressividade — tornam-se as camadas de solo e granito que a resguardavam, permitindo que ela continuasse fluindo com vida em busca de águas menos poluídas e mais vivas.

E mexe muito com a minha cabeça, e mexeu com a minha cabeça, porque eu comecei a sentir medo das pessoas e eu peguei uma raiva de gente. Peguei raiva de gente, eu não consigo lidar com pessoas. Não sei, eu fico perto de pessoa e tenho que me isolar, porque eu peguei raiva. Eu vejo um senhor de idade, eu lembro de um senhor de idade que saiu comigo, já fico com raiva. Eu vejo um “travequeiro”, que a gente fala, já me dá raiva, porque eu não tive experiências boas. Eu tive experiência ruim. Então a minha cabeça, com o tempo, foi ficando deteriorada e eu acabei me perdendo no meio disso tudo. Eu falei “Ué, o que que eu sou?” (Mia)

As falas de Mia retrataram como as situações e vivências de violência a levaram a uma profunda crise de identidade, incluindo o questionamento de sua própria humanidade — se ainda era, de fato, um ser humano ou se pertencia a alguma outra categoria fora dessa classificação. Nesse contexto, ela escolheu o termo *bicho*, em uma oposição dicotômica entre humano e animal, conforme descrito por Geni Núñez (2019).

A rua é perigoso. Em nenhum momento, até pra passear, passeando, de noite, bebendo, sofri tanto... sofri coisas horríveis como se estivesse me prostituindo, mas eu nem tava. Então, tipo, a rua... pra você trabalhar na rua, fio, você tem que ter... você não pode ser humano [...] É o que eu falei pra um amigo esses dias, que eu não sou mais um humano. E eu sou isso, mas eu não sou um humano mais, por que... eu já tô nessa fase, não tô trabalhando mais nem no site, porque perdi a paciência de conversar. Porque eu sou mais um bicho mesmo. Tô na rua ‘Ah, então é, então vamos é isso e aquilo’, eu perdi a humanização, aquela coisa mais... não sou uma pessoa, não, eu sou um bicho mesmo, eu penso assim, porque eu não tenho mais aquela energia. Não sei dizer porque, mas eu não me considero um humano mais, por tudo que eu já passei. (Mia)

Se existe um enquadramento que define quais vidas importam, aquelas que se encontram fora dessas margens serão desumanizadas (Butler, 2015). Mia pareceu reconhecer em si essa desumanização, a tal ponto que se identificou com ela e passou a se perceber como uma criatura fora dos limites do humano. De acordo com seu relato, isso ocorreu devido às

inúmeras situações de violência que vivenciou enquanto realizava programas ou, mesmo fora deles, apenas pelo fato de saberem que ela era *puta* e a agredirem por isso. Como afirma Letícia Nascimento (2020), “não se sentir humana é, de certo modo, não ser digna de afeto” (p. 10).

Dessa forma, é possível dizer que as consecutivas experiências de desumanização também impactaram profundamente a saúde mental de Mia, que encontrou formas de se proteger por meio da raiva, do medo e do isolamento. De acordo com Cascalheira e Choi (2023), a desumanização de travestis e transexuais ocorre através de microagressões e da objetificação sexual por parte de terceiros. Esses processos podem ajudar a explicar a variabilidade na saúde mental dessa população.

Ainda que Mia relate uma série de eventos que a violentaram e a levaram a se colocar fora do que considera ser humano, há um relato que chama a atenção por destacar um momento em que ela foi reconhecida como uma vida que merecia ser vista como tal e protegida.

Teve um último caso que aconteceu porque eu falei não pro cara, aí ele queria me bater, aí veio uns carinhas que tava cheirando droga ali, bebendo, e me defendeu, bateu nesse cara e expulsou ele de lá. Eu não preciso que as pessoas me defendam, sabe? Que eu não sou indefesa. Não gosto também que os caras falam: “Ah, vamos defender a travesti...” ou “Ah, vamos defender a fulana...” Eu não gosto disso porque eu me sinto incapaz de me defender. Não sei... uma princesinha que precisa de ajuda. Eu sei que tem momentos que realmente vem a calhar. (Mia)

Ainda que não goste de ser defendida, o que chama a atenção no relato de Mia sobre esse episódio é o fato de ser um evento extraordinário em meio a relatos de prostituição que, segundo ela, são sempre iguais. De acordo com Brito e Germano (2013), “um evento extraordinário pode ser compreendido como um acontecimento que foge do padrão das narrativas dominantes, pondo em xeque suas ‘verdades’ e possibilitando a construção de narrativas alternativas” (p. 65).

Enquanto a narrativa recorrente na entrevista de Mia a conduzia sempre para a questão da desumanização, nesta curta passagem observamos um momento em que ela foi reconhecida como humana, a ponto de ser vista como uma vida digna de ser defendida pelas pessoas que estavam presentes. Reconhece-se, então, a humanidade naquele corpo e naquela vida.

Ao serem questionadas sobre saúde mental, nota-se uma predominância em destacar os efeitos negativos. Atualmente, com a predominância do discurso psiquiátrico, em que as reverberações emocionais das vivências são frequentemente enquadradas como sintomas ou

quadros psicopatológicos, a concepção de saúde mental acaba se associando quase exclusivamente a efeitos negativos e indesejados. As potências e formas de produzir saúde mental permanecem em uma posição de latência, manifestando-se nas falas das entrevistadas de maneira menos explícita em comparação aos efeitos indesejados.

4.2 “SUPERTRANS”: BLINDAGENS CONSTRUÍDAS, ILUSÕES PERDIDAS

Nas entrevistas, ficou evidente que várias participantes relataram a sensação de que, antes de começarem a atuar como profissionais do sexo, havia um sentimento de ilusão, especialmente em relação à ideia de família cisheteronormativa, com destaque para o papel do homem enquanto figura de marido e pai de família.

E aí eu ainda, assim, já tinha brigado na escola por conta do ambiente tóxico da escola, mas... ainda acreditava no amor, acreditava que eu ia, um dia, ter um relacionamento com um cara, e a gente ia construir uma casa, uma família... (Rafaela)

Apesar das violências sofridas no período escolar, Rafaela ainda se projetava dentro do modelo normativo de família, incluindo o sonho de ter filhos. Contudo, após a expulsão de casa e o contato com a prostituição, passou a vivenciar violências até então desconhecidas, o que resultou no que ela denominou de *desgaste emocional*. O termo *refém* reaparece em seu discurso, evidenciando como, em sua percepção, a violência era intrínseca à experiência de estar na rua enquanto *profissional do sexo*.

É relevante observar que Rafaela contrapôs duas identidades: a do *gay afeminado*, como se percebia na época da escola até a expulsão de casa, e a pessoa que se tornou após as vivências na prostituição, quando passou a se identificar como mulher transexual. Em sua fala, nota-se uma progressão gradual que sugere um processo de insensibilização diante das violências vivenciadas nesse período.

Aí eu acho que tem um desgaste emocional da gente, tem um desgaste e também, quando você é refém da violência, por exemplo: você sai com um cliente um dia, faz tudo o que ele quer, e, na hora de te pagar, ele tira uma arma, aponta pra sua cara e fala: “Desce do meu carro. Não vou te pagar, desce do meu carro”. No primeiro dia você desce chorando. No segundo você já segura a arma e aí, de medo de morrer, você desce. No terceiro você segura a arma, toma a arma dele e fala: “Você me vai me pagar de qualquer jeito”. Entende? Porque eu acho que vai tendo essa graduação que você vai perdendo um pouco o medo de morrer. Você vai perdendo o medo de morrer, você vai dizendo pra você que você ser emotiva, ser uma pessoa sensível, não vai te levar a lugar nenhum. E eu acho que aí é que vai tendo um desgaste emocional, mas, ao mesmo tempo, eu fui sentindo que eu fui que

aquela pessoa, aquele gay afeminado que foi deixando é... o lugar — e talvez até vai morrendo, se transformando, enfim, que hoje em dia não vejo mais nada dessa pessoa, assim. Mas é... você vai se transformando numa pessoa muito mais forte, numa pessoa com superpoderes que tipo nada vai te abalar, nada vai te fazer... é... nada vai te fazer mal. (Rafaela)

O relato de Paula apresentou muitos elementos em comum com os de Rafaela, especialmente ao evidenciar um processo de desilusão gradual. Contudo, Paula descreveu essa desilusão como uma experiência traumática para travestis e mulheres transexuais, diferenciando-se daquela vivenciada por pessoas cis. Isso ocorre porque essa desilusão está associada ao reconhecimento do perigo que enfrentam devido à sua identidade de gênero.

Assim como Rafaela, Paula relacionou esse processo de perda de ilusões, especialmente, à figura masculina e à idealização de relacionamentos baseada em referências culturais amplamente difundidas, nas quais o modelo de relacionamento ideal é sempre apresentado entre uma mulher e um homem cisgêneros. Como exemplo, mencionou desenhos animados de sua infância e novelas.

Realmente, acho que ela desconstrói do que a gente aprende na infância, né, quando você vê um afeto entre um homem e uma mulher, que você tenta ver que é um parceiro, e aí depois você se depara com agressões, com violência, com a droga, com a bebida. Então constrói um outro cenário, né, acho que acaba o tratamento de infância onde vê nos desenhos, nas novelas, que tudo é amor, que tudo é bonito, tudo é romantizado, e aí a gente entra com o lado mais... perigoso, né, um lado mais triste. Que o amor do sexo, ele não é bonito, que não é romântico. Então ficou sim essas sequelas de você também sair, tentar viver aquela cena de desenhos, aquele conto de fadas, e aí vem sua primeira decepção, então acho que, pra um adolescente normal ou pra uma pessoa, um heteronormativo, onde consegue ter uma decepção saudável, a nossa decepção é traumática. Traumática porque, tipo, se a gente for perceber, quantas sofreram violências, foram agredidas, esfaqueadas, apanharam, então... fica uma coisa bem assim... desconstrói tudo aquilo que a gente sonhava. [...] Acho que a pessoa tá tão assim... desiludida com o contato que ela teve com os homens, com os clientes que ela se envolve, que acho que falta, assim, de confiar nas pessoas, nos seres humanos, né. Quando você acaba saindo com um pai de família, ou com um homem, e depois no outro dia você acaba vendo tudo lindo, tudo bonito, aquela coisa falsa, aí você percebe que nada daquilo existe, porque... é uma ilusão. Então, eu acho que as pessoas acabam querendo se afastar e... a ilusão delas não é dolorosa, né? (Paula)

Paula compartilhou que a demonstração de afetos e sentimentos ligados ao amor romântico passa a ser vista como uma fraqueza entre as pessoas inseridas no mercado sexual, como se a pessoa ainda estivesse em um estado de ilusões, algo considerado indesejado nesse meio.

De forma semelhante a Rafaela — que contrapôs o *gay afeminado*, que ainda acreditava no amor e na construção de um relacionamento e família, à figura da pessoa trans —, no discurso de Paula, o *viadinho*, ou seja, a figura que se apaixona e se permite

vulnerabilizar, foi colocado em oposição à mulher trans, representada como alguém forte, que não se permite acreditar em sentimentalismos. Paula associou essas tentativas consecutivas de demonstração de força e aversão à vulnerabilidade a uma forma de indicar que estavam emocionalmente abaladas.

A [ilusão] de uma mulher trans, ela é... o comércio sexual, ele é doloroso. Ai, não, mas daí se ilude, aí não por isso..., mas não. A maioria, se você falar com uma mulher trans e falar “Ah, me apaixonei”, “Ah, porque eu gostei”, então você acaba sendo rotulada, né. “Ai, você é iludida”, “Você não é uma mulher trans, você é viadinho”. Então, no próprio grupo existe isso, né. Elas tentam ser fortes umas pras outras, ninguém quer ser fraco, né, a gente não tem que ser fraco, a gente tem que ser forte. Aí você percebe o quanto elas tão abaladas psicologicamente. (Paula)

Tanto Paula quanto Rafaela utilizaram termos bélicos para se referirem às defesas construídas contra as violências e vulnerabilidades enfrentadas em suas vivências enquanto profissionais do sexo: *blindagem*, *campo de guerra*, *escudo*. Rafaela também recorreu a termos do imaginário de super-heróis, como as expressões *uma pessoa com superpoderes* e *supertrans*, evocando a imagem de invulnerabilidade associada a esses personagens.

Ao mesmo tempo em que Rafaela se colocava nesse papel de heroína — liderando outras pessoas e apontando violências antes não percebidas —, também se via como vilã, reconhecendo que, em certos momentos, reproduziu o ciclo de violência pelo qual passou. De acordo com Florentino (1998), um termo comum entre as travestis participantes de seu estudo era *batalha*, utilizado para se referir à prostituição.

Entre as palavras empregadas para descrever o estágio final do processo de insensibilização diante das violências, o termo *blindagem* parece particularmente adequado, pois remete à imagem de um tanque de guerra: uma estrutura projetada para ser imparável em um campo de batalha, blindada por todos os lados, e protegendo o soldado em seu interior. Essa *blindagem* foi descrita como algo de ferro, pedra, frio e rígido — em contraste com a imagem da seda, que Paula utilizou para descrever aquelas que não vivenciaram a prostituição, representando maleabilidade e suavidade.

Então, a gente consegue ver que a blindagem é diferente, a blindagem, que você estava ali no campo de guerra, ela tem que ser de ferro, tem que ser de pedra, tem que ser... agora, de uma mulher que ela teve a oportunidade de viver dentro da sociedade, ela vem uma coisa mais seda, mais maleável, né? E aí ela vai acabando tendo que se acostumar, ficar fria, ficar rígida, ficar cada vez mais... [mas] ser uma profissional do sexo quente, né? (Paula)

(...) se eu fiquei 30 anos na prostituição e nunca levei um tapa na cara de nenhuma menina — já briguei com cliente, já apanhei, já bati — mas, das meninas mesmo, e com isso eu fui alçada ao patamar de respeito centre elas, foi por conta dessas atitudes mesmo, de me transformar numa supertrans assim, e nesse meio tempo eu

fui me coisas que elas não tinham parado pra ver, comecei a apontar coisas que talvez elas nunca pensaram que aquilo era uma violência [...] Você vai se transformando numa pessoa muito mais forte, numa pessoa com superpoderes, que tipo nada vai te abalar, nada vai te fazer... é... nada vai te fazer mal. Entende? E é por isso que muitas vezes eu fui vilã também, porque... nem sempre eu fui mocinha. Porque teve horas que eu também fiz mal. Mas também por uma coisa que você vai não justificando, mas você vai usando essa linguagem como escudo também, aquela vivência (Rafaela)

Christophe Dejours (1992), ao estudar o sofrimento de trabalhadores em subempregos na França, observou uma tendência, especialmente entre as mulheres, de domesticar a dor, contê-la, controlá-la e aprender a conviver com ela. O médico e psicanalista destaca que *sarar*, para essa população, não significava eliminar completamente o processo patológico, mas apenas evitar o sofrimento por meio dessa estratégia de domesticação da dor.

Ao abordar a saúde do trabalhador, Dejours (1992) sugere a criação de ideologias defensivas para mitigar o sofrimento oriundo do trabalho. Essas ideologias consistem em crenças ou valores que ajudam as pessoas a lidar com as adversidades encontradas em seus ambientes de trabalho.

Essas ideologias possuem as seguintes características: “Mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave” (p. 35); ser um “mecanismo de defesa elaborado por um grupo social ou familiar, no qual devemos procurar uma especificidade” (p. 36); “Ser dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intrapsíquicos de natureza mental, mas destinada a lutar contra um perigo e um risco reais” (p. 36); obter a participação de todos os envolvidos, sendo que aqueles que não participam tendem a ser excluídos do grupo; ser dotada de coerência, possuindo arranjos rígidos com a realidade; ter sempre um caráter vital e indispensável, tornando-se obrigatória (Dejours, 1992).

As *blindagens* construídas por travestis e mulheres transexuais que encontram na prostituição seu espaço de trabalho parecem obedecer à lógica dessas ideologias defensivas. Criam-se estratégias para domesticar os sofrimentos, tornando viável conviver com as dores causadas pelas adversidades. Essas estratégias são essenciais para ocupar esses espaços, nos quais os riscos e perigos são reais. Aquelas que não aderem às *blindagens* são frequentemente vistas como fracas e inferiorizadas, já que expressar sofrimento não é permitido.

Mia também relatou um processo de desilusão, desta vez relacionado ao próprio trabalho sexual. Em seu relato, há um lado positivo em ser *puta*, pois isso permitia a liberdade de ser quem deseja, além de oferecer flexibilidade de horários. É interessante notar que Mia associou os programas, de forma esporádica, a um *bico* ou *freelance*. Em outras palavras, ela via o trabalho sexual como uma atividade informal, que não exigia os compromissos de um trabalho formalizado e lhe dava a liberdade de criar sua própria rotina.

Então eu quando tô no PG¹², por exemplo, posso ser bonita, ser bela, o que quiser. É isso que eu gosto, da beleza, e aí, como é bom você dormir na hora que você quer e fazer um bico, freelance, e tá bonita assim. Só que é a ilusão. Eu faço a ilusão pros cara e eu caio na ilusão também. Porque é um mundo de ilusão. Tem hora que eu falo: “Ai, tá muito legal”, tem hora que eu vejo... não é tão legal assim. É perigoso. É sombrio. (Mia)

Contudo, Mia associou os aspectos positivos do trabalho sexual a uma ilusão: a mesma ilusão que utilizava para vender seus serviços aos clientes, de acordo com ela, tomou para si mesma. Pode-se considerar que essa ilusão foi criada como uma estratégia para lidar com os aspectos negativos do trabalho, que ela descreveu como perigosos e sombrios.

4.3 DEMÔNIAS: MEDOS E ANSIEDADES

Ao longo das entrevistas, as participantes relataram diversos medos e ansiedades relacionados ao trabalho sexual. A questão do medo no trabalho é discutida por Dejours (1992), para quem o medo responde a aspectos concretos da realidade, presentes em todos os tipos de ocupações, especialmente naquelas diretamente relacionadas ao corpo físico e à ameaça de sua integridade. “O medo (...) destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável” (p. 74).

Dejours (1992) também aponta como as condições de trabalho são prejudiciais ao corpo. No entanto, critica a falta de atenção dada aos prejuízos que essas condições podem causar à saúde mental. Nas palavras do autor, “a ansiedade é a seqüela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo” (p. 78). A vivência do medo no contexto do trabalho, mesmo quando presente, raramente chega à superfície devido à contenção proporcionada pelos mecanismos de defesa. Esses mecanismos desempenham um papel fundamental ao tornar as partes negativas do trabalho suportáveis (Dejours, 1992).

Nos relatos, é possível identificar diversos modos e estratégias de defesa diante desses efeitos negativos. Rafaela, por exemplo, narrou que seria necessário adotar uma lógica de *presa* ou *caçador* para sobreviver às situações de violência que podem ocorrer na rua.

Então, você tem que começar a pensar que ou você é presa ou você é caçador. E você, ali, porque você tem que sobreviver de alguma reação violenta dos clientes, dos munícipes que passam pelas ruas ou das próprias travestis, que elas também te acolhem, desde que você não seja uma afronta, que você seja submissa a elas. Quando você não é, aí você já está contra elas e aí você começa a sentir que você vai ter que se defender daquilo e sobreviver, porque aquela, a partir do momento

¹² Gíria utilizada para se referir aos programas.

que você entra, é o seu meio de sobrevivência, então... aí onde vai o seu psicológico aí. (Rafaela)

Rafaela concluiu afirmando que as tensões geradas pelas constantes chances de ser violentada — seja por clientes, munícipes ou outras travestis e mulheres transexuais que dividiam o espaço urbano com ela — também afetavam negativamente sua saúde mental. Rafaela descreveu um estado de constante alerta diante de ameaças à sua integridade, vindas de qualquer pessoa com quem pudesse ter contato na rua.

Contudo, Rafaela compartilhou que o principal momento em que, segundo suas próprias palavras, sucumbiu psicologicamente foi durante o período em que se mudou para a Europa com o objetivo de ganhar mais dinheiro por meio de programas, para então planejar sua saída da prostituição. Nesse contexto, havia uma ansiedade constante alimentada pelo desejo de sobreviver em um ambiente estrangeiro e inóspito, compartilhado com diversas travestis e mulheres transexuais de diferentes partes do mundo. Além disso, a barreira linguística representava um desafio significativo, já que a língua falada ali não era a mesma à qual Rafaela estava acostumada no Brasil.

E aí eu vi que, assim, se aqui no Brasil tinham cobras, ali elas eram anacondas, fazendo, né, uma analogia. E aí eu tive que recalcular a rota novamente, de sobreviver novamente, mas com um oceano separando a minha vida, a minha segurança. Daí eu acho que sucumbi emocionalmente nessa época, porque aí, além de ter que aprender um idioma muito rápido, porque, se eu queria sobreviver ali, eu tinha que aprender o idioma. (Rafaela)

Rafaela narrou um episódio em que, ainda como imigrante, uma travesti de outra nacionalidade tentou provocá-la para iniciar uma briga, instigada também pelas demais presentes na rua onde faziam ponto. Percebendo que, se recuasse, seria vista como inferior pelas outras e, portanto, também agredida, Rafaela reagiu segurando um pedaço de madeira com pregos e disse à sua rival:

“Eu vou beber seu sangue se você relar sua mão em mim!” E, de uma forma, eu acho que falei tão violenta, acho que até ela se assustou, sabe? Da forma que eu falei pra ela, e ela viu que eu realmente eu faria... aí ela pegou, virou as coisas e foi embora. E, depois de um tempo, nós viramos amigas, depois, de boate, assim, depois... e conversando um dia sobre o negócio, ela disse assim “Nossa, eu vi o demônio na sua cara nesse dia”. (Rafaela)

Como demonstrado no relato, não lhe foi permitido, durante essa vivência, demonstrar medo; caso contrário, seria rebaixada pelo grupo e se tornaria uma possível vítima de outras violências praticadas por suas colegas de rua.

Conforme Dejours (1992), a eficácia de uma estratégia coletiva para se proteger do medo só se assegura quando há a participação de todos no grupo: “Ninguém pode ter medo. Ninguém deve demonstrá-lo. Ninguém pode ficar à margem desse código profissional. Ninguém pode recusar sua contribuição individual para o sistema de defesa. Ninguém nunca deve falar de perigo, risco, acidente e nem do medo. E estas instruções implícitas são respeitadas” (p. 70-71). Dejours ainda afirma que aqueles que não conseguem suportar os riscos são eliminados, pois sua fragilidade se torna um risco para os outros (p. 72).

Na entrevista de Mia, a associação com momentos em que a violência toma conta como uma estratégia de sobrevivência também apareceu, mas em relação à figura do demônio no feminino: *a demônia*.

Então, o álcool libera essa demônia que eu tenho dentro de mim pra lidar com a rua, pra lidar com as pessoas... Nossa, quantas vezes quase apanhei na rua e não apanhei porque o cara ficou com medo de mim e da minha postura, só que eu tava com o álcool na cabeça. (Mia)

Ambos os termos, *diabo* e *demônia*, aparecem em momentos em que é necessário sobreviver a qualquer custo, despindo-se de traços considerados civilizados e adotando uma postura combativa. A figura da *demônia* surge quando não é possível recorrer às características que permitiriam uma postura pacífica. Nesse contexto, é preciso agir apenas para sobreviver, operando em um modo de sobrevivência intenso, sem possibilidade de recuo.

Os relatos de Mia sugerem que ela se tornou uma pessoa constantemente em alerta. Qualquer indício, por menor que fosse, de que poderia ser perturbada em seus momentos de tranquilidade parecia acionar esse lado furioso. Mia chegou a afirmar que tinha medo de si mesma, uma vez que a agressividade se tornou uma resposta recorrente às violências que sofreu ao longo de seu trabalho sexual.

Conforme descreveu, suas experiências foram minando sua confiança nas pessoas, a ponto de fazê-la perder o gosto por realizar programas, uma atividade que anteriormente afirmava apreciar. Mia contou que, para mascarar esse sentimento de desconfiança e agressividade, recorria a um comportamento amoroso, mas admitiu que, na realidade, seu coração foi muito destruído ao longo do tempo.

Então, o cara chega pra mim, eu no programa... Por exemplo, ontem aconteceu isso. Tava bebendo lá Coca-Cola, aí chegou um cara já bêbado, um louco, e veio falar comigo. Aí eu tava ouvindo música, e eu odeio quem me atrapalha ouvindo música. “Aí, e aí, loira, que não sei o que e pá...”, “Aí, sai daqui, menino, sai daqui, sai daqui. Tô ouvindo minha música, tô tomando minha Coca, sem paciência!” e ele ficou me irritando. Aí eu peguei uma garrafinha que tava do lado e falei “Venha”. Eu já não tô com paciência, eu já parto pra agressão. Agressão

verbal, agressão física, porque... mano, cê tá me irritando! Já te passei a visão, eu não quero! Ai ele insiste? Ai, é garrafada. [...] Inclusive, eu falo que eu tenho medo de mim mesma, porque eu sou muito agressiva, eu virei muito agressiva por conta de tudo. Então, nossa, uma pessoa levantou o dedo e eu já: “Abaixa! Abaixa esse dedo!” Eu já vejo alguma coisa pra fazer de arma, porque eu tô assim. Então, eu tenho que aprender a voltar... porque eu não sou bicho, né, é o que falam, “Você não é bicho”, mas eu tô agindo como um bicho. Vivendo como um, entendeu? Perdi aquela confiança nas pessoas que eu tinha. Mas finjo: “Vou atuar aqui... também gosto de você, te amo”. Entendeu? Porque o meu coração já foi tão destruído por tudo que eu... até isso que eu gostava de fazer, o programa, perdi a vontade das coisas. Faço, assim, quando eu tô com vontade, eu vou fazer. (Mia)

No relato de Paula, a desconfiança em relação a relacionamentos com outras pessoas também está presente. Ela afirmou que as questões relacionadas à violência e à agressividade frequentemente atribuídas a travestis e mulheres transexuais são, na verdade, formas de autodefesa diante do trauma vivenciado de forma contínua.

Paula relatou uma desconfiança que permeia diversas situações cotidianas, que poderiam ser vividas de maneira corriqueira, mas são prejudicadas por esse sentimento.

Ela destacou a alta fetichização que travestis e mulheres transexuais enfrentam como um possível motivo para essa desconfiança em relação ao outro, especialmente em relação a pessoas por quem poderia demonstrar interesse em um envolvimento amoroso.

Hoje eu percebo, assim, que a parte da confiança, realmente, de se relacionar com uma pessoa, pelas experiências que já teve, vai ter as mesmas consequências, né, acaba ficando aquela... tudo aquilo que já foi vivenciado, que já teve a experiência. Porque a sociedade tem uma imagem de achar que a mulher trans, ela é violenta, agressiva, já é por causa disso, né, é uma defesa, uma autodefesa, é um escudo que ela tem pra se proteger. Então eu acho que nessa violência, nesse trauma, a gente acaba vivenciando isso 24 horas. Então, é difícil acreditar numa conversa no Messenger, uma conversa no WhatsApp, uma conversa em uma porta de bar. Então, nós não vamos vivenciar, hoje, né, tipo, o café da tarde com uma pessoa que você queria se relacionar, o lanche, você não vai vivenciar um cinema, você não vai vivenciar... “Ah, não, mas é porque você não escolhe, porque você não quer...”, não, ainda ela é vista como objeto sexual. Então, já também tem essa característica que também nos leva o resto da vida. Então, até dentro do velório você é considerada como objeto sexual, dentro do cemitério, dentro de uma igreja, em qualquer lugar. (Paula)

A sensação de ansiedade apareceu de forma bastante evidente nas falas de Isabela. Entre as manifestações, ela destacou crises de pânico e insônia, frequentemente relacionadas a preocupações, especialmente com problemas financeiros. Ela comparou o trabalho sexual ao trabalho formal, regido pela CLT, no qual o salário era depositado regularmente, garantindo uma quantia previsível que permitia o planejamento ao longo do mês.

Por outro lado, os pagamentos provenientes dos programas eram incertos e imprevisíveis, tornando difícil saber quanto seria recebido ao longo do mês e se seria possível

pagar as contas e atender às necessidades básicas. Essa instabilidade financeira, segundo Isabela, afetava diretamente sua saúde mental.

Como se manifesta? Ai, como ansiedade, né? Eu acho que, quando eu fazia, também teve uma época que eu já tive crise do pânico, à noite, assim, eu tinha. Dificuldade pra dormir, insônia, porque você fica com preocupação, com aquilo. Porque, tipo assim, eu faço um comparativo diferente agora que eu trabalho em um trabalho CLT, que tipo assim, fazendo sol, fazendo chuva, eu tenho meu orçamento certinho daquele mês. Aí, tipo, eu sei que minhas contas básicas são garantidas. Então, assim, eu tô exausta, cansada fisicamente, mas eu apago, durmo tantas horas que eu puder, me recupero e acordo bem para ir trabalhar novamente. Mas, assim, eu não tenho aquela preocupação com dinheiro no final do mês pra pagar as contas, não tenho mais a ansiedade em relação a isso, se vou pagar minhas contas básicas ou não e de onde eu vou tirar esse dinheiro. Então, tipo, eu acho que é mais isso que te afeta em sua saúde. (Isabela)

Mia também relatou ansiedade em relação ao dinheiro, mas, diferentemente da instabilidade mencionada por Isabela, destacou a necessidade de economizar para comprar os itens de que gostava, como maquiagens e laces. Ao contrário das outras entrevistadas, Mia morava com a família, que oferecia o básico para sua subsistência, de modo que ela não tinha gastos com moradia e alimentação.

Na verdade, eu sinto que tenho que guardar mais dinheiro. Não é uma pressão, é uma questão de que, quando começa a faltar dinheiro eu começo a entrar em desespero. É algo que já começou a acontecer de novo. É a falta dele que me deixa desesperada. Porque eu não pago aluguel, graças a Deus, né, não pago aluguel, já paguei aluguel uma vez, não pago aluguel, minha família me ajuda com essa questão de ter um lugar para estar, eles me aceitam da forma que eu sou, então eu não tenho uma... não tenho uma preocupação disso no momento, né. Mas, sim, é aquela coisa, básico, minha mãe me ajuda com o básico, mas se eu não tiver dinheiro pra ir no cinema, pra comer alguma coisa que eu gosto, comprar uma base que acabou, que tem que comprar... aí que entra a pressão, porque ó, preciso de dinheiro. (Mia)

Entre outras ansiedades, Isabela revelou uma, em particular, relacionada à prostituição de rua, devido à comparação negativa com outras travestis e mulheres transexuais que também faziam programa no mesmo espaço. De acordo com o que compartilhou, havia momentos em que suas colegas eram levadas pelos clientes para realizarem programas, enquanto ela permanecia sozinha na rua, sem conseguir trabalhar. Isabela mencionou que isso a fazia questionar sua própria aparência, levando-a a se sentir feia por não atrair clientes naquela noite.

Além dessa dificuldade, Isabela também mencionou questões relacionadas à exposição nas ruas e, conseqüentemente, às condições climáticas durante a noite. Ela descreveu o desconforto de usar roupas curtas que expunham o corpo, mesmo em noites frias, com o

objetivo de atrair clientes. Compartilhou que essa exposição às intempéries climáticas também gerava sofrimento.

o cliente que te quer, ele vem, sai com você, ele marca, e você não sente que tem essa comparação, que na rua é muito exacerbada. Tipo assim, você tá ali parada, e de repente, tá todo mundo saindo e você tá ficando, sabe? Isso gera uma ansiedade, gera tipo: “Aí, eu tô feia? Ninguém tá me querendo...”. (Isabela)

Eu acho que fora isso, é o os estresses normais de um trabalho, um cansaço, assim, também de você ali, a roupa que você tem que pôr. Às vezes, você tá com frio, você tem que estar com uma roupa mais sexy, mais pelada. No inverno, acho que é meio sofrido no inverno. Eu acho que é isso. (Isabela)

4.4 ANESTESIAS: EFEITOS NA RELAÇÃO COM O CORPO

Em diversos momentos das entrevistas, as participantes relataram os efeitos do trabalho sexual em seus corpos, alterando seus funcionamentos. O primeiro efeito de que Rafaela se recordou foi a alteração em seu horário de sono. Devido ao trabalho noturno, sua rotina era adaptada a esses horários, enquanto passava as manhãs e parte da tarde dormindo.

Contudo, Rafaela descreveu uma sensação de extrema sonolência, dormindo cerca de quinze horas por dia. Afirmou que a impressão era a de viver em uma eterna noite consecutiva, já que mal via o dia.

Muito sono. Eu dormia muito, dormia quinze horas por dia, praticamente. Porque, assim, você vai entrando nesse... nesse mundo, assim, você fica a noite inteira na rua, e daí você vai pra casa e dorme. Dorme, dorme, dorme. Não vê o dia. Daí você acorda, tipo, seis e pouco da noite, toma banho, se arruma... rua de novo. Sabe? E parece que você ia vivendo uma noite só.

Paula apresentou um relato semelhante sobre como o funcionamento de seu organismo também se alterava devido ao horário de trabalho durante o período noturno. Descreveu que ocorria uma espécie de adaptação à noite, que passou a ser o parâmetro para estabelecer sua rotina.

Além do fato de seu trabalho sexual ocorrer à noite, Paula relatou que, aos poucos, foi postergando seus horários de trabalho para começar cada vez mais tarde. Essa mudança, segundo ela, era uma forma de evitar o contato com outras pessoas que não fossem os clientes dos programas.

Quando você percebia você já trocava, então era uma coisa meio que automática. Então... era rotina, né, então acaba percebendo que você, cada vez mais vai se acomodando na sua rotina. E algumas vezes, por exemplo, saía seis horas [da tarde] para trabalhar, então tava um pouco dia ainda, tarde, né, mas, de repente,

you se ve saindo duas horas da manha, tres horas da manha, ne. Sao horarios mais tarde ainda, porque nao queria ter contato com as pessoas, apenas com o cliente e voltar pra casa. (Paula)

Além de perceber a adaptação de seu organismo ao período noturno, Rafaela, ao ser questionada sobre o corpo, narrou um sentimento de angústia que a dominava sem razão aparente, frequentemente resultando em crises de choro.

Como estratégia para lidar com essa sensação, comentou que costumava frequentar baladas e se envolver casualmente com pessoas que, muitas vezes, nem eram de seu agrado, apenas para ter companhia, o que associou a um sentimento de carência.

Como isso somatizava em meu corpo? (...), mas, às vezes, eu percebia que eu tava parada, assim, de repente vinha uma vontade de chorar, assim... repentina, sem motivo. Ou, às vezes... aí você ia pra balada, sabe? Ficava com alguém que você não queria, mas só pra ter uma companhia que não fosse paga, sabe? E, às vezes você olhava e pensava: "Nossa, essa pessoa não tem nada a ver comigo..." Mas você tava ali só por uma carência mesmo, eu acho. (Rafaela)

O trabalho sexual também exigia muito do corpo de Rafaela, chegando a limites extremos. Durante seu período na Europa, onde mantinha uma rotina frenética devido ao número de clientes atendidos em um curto espaço de tempo, ela compartilhou que, mesmo com o corpo exausto, continuava realizando programas caso fosse solicitada por telefone. Rafaela utilizou a expressão *máquina sexual sem sentimento* para se descrever nesse período, revelando o caráter mecânico dessas relações. Contudo, mesmo se comparando a uma máquina, o desgaste causado pela alta demanda ainda a afetava profundamente.

Ela relacionou esse desgaste a situações em que era necessário manter relações com os clientes devido à exigência constante de ereção, independentemente de quem fossem. Esse tipo de situação estressante apareceu em seu relato como algo que, gradualmente, afetou sua saúde mental. Entre os exemplos citados estão: lidar com clientes que não a agradavam fisicamente, manter relações com clientes que não se apresentavam limpos ou enfrentar imposições de preferências sexuais que ultrapassavam os limites por ela estabelecidos.

E chegavam horas, assim, que meu corpo tava exausto já, e eu sabia que se o telefone tocasse, eu ia atender. Então vai tendo um desgaste também do seu corpo, sabe? E você vai virando essa máquina sexual sem sentimento. (...), mas aí chega uma hora que, você sendo essa máquina sexual, não é uma matemática que fecha. Né, porque tem um desgaste também. E o mais interessante é que você também acaba tendo que forçar, às vezes, o seu corpo a ter uma ereção, por exemplo, com uma pessoa que é totalmente desagradável aos seus olhos. É fácil quando uma pessoa é o seu tipo físico, por exemplo, mas quando uma pessoa é totalmente diferente do que te atrai, uma pessoa que não tá asseada, uma pessoa que, tipo ela quer que você faça coisas que ultrapassam o seu limite, do permitido, tudo isso vai minando a gente emocionalmente. (Rafaela)

Dejours (1992) teoriza que realizar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige um grande esforço de vontade, resultando em cansaço. Dessa forma, observa-se uma vivência caracterizada pela “sensação de adormecimento intelectual, de anquilose mental, de paralisia da imaginação, que marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo” (p. 49). O relato de Rafaela parece indicar uma dinâmica semelhante, pois ela atuava de forma automática, desrespeitando os limites de seu próprio corpo e agindo de maneira mecanizada.

Mia também explicou como as questões de saúde mental se refletiam em seu corpo. Após todas as violências vivenciadas, descreveu uma sensação de anestesia corporal — seja para a dor, para as emoções ou para o prazer. Assim como em uma briga, Mia afirmou que não sentia mais nada fisicamente, e essa mesma sensação se repetia durante relações sexuais, inclusive com pessoas de sua vida íntima fora do contexto dos programas.

Mia denominou essas dificuldades em manter relações como um *bloqueio*. Ela associou esse bloqueio diretamente às vivências negativas que teve em relações sexuais passadas, em programas, em que foi machucada pelos parceiros.

Anestesiada. Eu não sinto mais dor nenhuma. Seja na hora do sexo, seja emocionalmente, seja fisicamente numa briga, depois do que eu vivenciei... nada. Nada, nada, nada. Entendeu? E outra, questão de sexo mas que pega um pouco, porque isso afetou até minha relação pessoal com outra pessoa, de conhecer alguém e “Ai, vou... ai”. Já perdi já relacionamentos por não querer fazer sexo, por medo, por que já me machucaram demais no sexo, já aceitei muita coisa no sexo... e, olha, fiquei muito fria nessas questões. E, assim... eu tô num vai e volta com esse rapaz que cometi esse ato aí [socar], mas nem com ele vai, porque... não sei, tem um bloqueio, eu tenho um bloqueio. E eu falei pra ele que eu tenho um bloqueio, trabalhei muito com isso, fiz muito programa, tô num momento de paz, que quero paz, eu quero respirar quero ficar na minha! Ouvindo minha música, bebendo minha Coca e ficar de boa. (Mia)

Paula também disse a respeito de dificuldades em se relacionar com os parceiros que conheceu fora dos programas, associando essa dificuldade principalmente ao uso de substâncias durante as relações sexuais — o que ela denominou de sexo químico —, além das discussões e brigas em relacionamentos passados.

(...) hoje, eu defini, assim, que praticamente não tenho uma vida sexual, assim, perfeita. Acabou tendo algumas complicações devido ao sexo químico, né, às sequelas que ficaram dos transtornos que tive em relação a algumas discussões, brigas. Acho que hoje eu tô tentando realmente me consertar em relação ao relacionamento, ao sexo comercial. (Paula)

Rafaela percebeu mudanças em seu corpo após se estabelecer no mercado de trabalho formal, algo que descreveu como uma espécie de abstinência. Relatou que, durante esse período em que não realizava mais programas, seu corpo começou a estranhar o fato de não precisar manter relações sexuais com tantas pessoas em uma única noite, mencionando até mesmo sensações de tremores, o que se referiu como um *processo de abstinência*.

O horário em que costumava sair para ir à rua tornou-se especialmente marcado por pensamentos que remetiam à prostituição. Rafaela também contou como sua vivência no trabalho sexual afetou seus relacionamentos, gerando uma sensação recorrente de incômodo durante o sexo com parceiros, já fora da prostituição, por não estar lucrando financeiramente com essas relações.

(...) quando eu saí da prostituição, eu passei por um processo de abstinência também. De não ser mais um corpo desejado, não ser mais um corpo que vai estar ganhando dinheiro pra isso e ressignificar o prazer, porque... é, o prazer de você dominar também na área do sexo é uma coisa muito... muito presente quando você tá fazendo programa. E teve situações assim, de eu estar depois em relacionamento, que eu já não era mais prostituta, e eu ficar pensando, assim, ali no momento, e estar pensando assim: “Ai que saco, não vou ganhar nenhum real com isso? E tô aqui me dedicando a esse sexo, aí...” sabe? E meu corpo também ficava... logo que eu parei de ir pra rua, dava o horário que eu tinha que entrar no banho e que eu tinha que me arrumar, o meu cérebro ficava... sabe? Meio que me sabotando assim: “Você não vai tomar banho? Você não vai sair?” e começava a vir o cenário da rua à noite, assim... e muitas vezes eu me via assim, e muitas vezes eu me via, assim, sentindo uma tremedeira mesmo. Sintoma de abstinência mesmo. De... não fazer dez sexo, dez, quinze vezes por dia. Ó que loucura. Mas é, foi assim... uns dois anos isso. (Rafaela)

Paula apresentou outra questão em relação à maneira como suas relações sexuais acontecem agora que não realiza mais programas. Contou que o uso de substâncias durante o sexo a influenciou a buscar constantemente o uso de drogas ao manter relações.

Então... aí esse foi o pânico que eu criei com o sexo químico. Então, hoje, o meu relacionamento com elas, com o cliente, ou com uma pessoa que eu me relacione. É achar que qualquer um vou pegar uma doença, qualquer um achar que vou pegar alguma coisa. E também achar que ter relação com alguém tem que ter a droga, né? E que, se eu for fazer sem alguma coisa, eu já não tenho vontade. Então, assim, hoje eu tô numa batalha bem estressante pra me relacionar com alguém devido a essas sequelas. Então, não quero me relacionar com uma pessoa que use drogas e também não quero me relacionar com uma pessoa que não use! (Paula)

O termo *sexo químico*, derivado da expressão em inglês *chemsex* (*chemical sex*), é utilizado para definir a prática do uso de drogas e substâncias químicas com o objetivo de potencializar as experiências sexuais. Os efeitos podem durar horas ou até mesmo dias, levando os praticantes a realizarem sexo *nonstop*, ou seja, sem interrupções. A literatura indica que esse uso pode acarretar danos físicos e emocionais para os adeptos dessa prática (Silva e colaboradores/as, 2019).

O sexo químico parece ter influenciado a forma como Paula se relaciona, fazendo com que ela perceba essa questão como um problema atual em sua vida para encontrar novos parceiros.

4.5 USO PREJUDICIAL DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Os relatos das entrevistadas evidenciaram o uso de substâncias como fortemente associado ao trabalho sexual — tanto como uma forma de lidar com as situações negativas vivenciadas nesse contexto quanto como estímulo dos próprios clientes, que pagavam uma quantia maior para que elas os acompanhassem enquanto faziam uso.

De acordo com Garcia (2013), o uso de substâncias psicoativas entre homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais surge como uma forma de mitigar o sofrimento causado pela discriminação, bem como diminuir a autocensura. Em vez de propor uma postura proibicionista ao uso dessas substâncias, o autor destaca o entrelaçamento desse uso com suas vidas para a construção de redes de sociabilidade.

Rocha, Pereira e Dias (2013) pontuam que o uso de drogas frequentemente entrelaça-se às trajetórias de vida de travestis e transexuais, associando-se especialmente ao momento em que deixam a casa de seus familiares. O contato com drogas ocorre de forma integrada aos espaços onde a socialização acontece, em especial àqueles vinculados ao trabalho sexual.

Dejours (1992), por sua vez, ao observar a frequência de casos de alcoolismo entre operários, relacionou tal uso a uma estratégia de enfrentamento da ansiedade concreta da morte. Considerando que a exposição à violência é maior entre travestis e mulheres transexuais inseridas no mercado sexual, o uso de substâncias também pode atuar como estratégia para lidar com as ansiedades geradas por essa vulnerabilidade.

Rafaela contou que começou a fazer uso de substâncias enquanto estava no exterior, muito influenciada pelos clientes. Na Europa, o acesso às drogas era mais fácil, bastando apenas uma ligação para que alguém entregasse o produto na porta do hotel onde ela estava realizando o programa. Ela mencionou que, para acompanhar o cliente no uso de drogas, o valor do programa excedia em muito o que seria cobrado normalmente.

Ai eu peguei... ah, e lá na Europa é muito assim, tipo, você tá com o cliente, o cliente tá usando, daí você pega..., na época, né, 2007, ligava pro cara que vendia, que a gente tinha contato, em dois minutos ele tava embaixo da sua porta, já trazia o que você queria, ia embora, você usava, enfim. Isso dava muito dinheiro, porque os clientes também, eles pagavam você pela companhia pra usar. Então, assim, um exemplo, tipo, tinha cliente que pegava e falava assim, você tinha cobrado um programa tipo 100 euros, 150 euros uma hora, ele falava: “Te dou 1500 pra você usar comigo”. (Rafaela)

Paula apresentou uma história semelhante a respeito de como começou a usar drogas com mais intensidade, envolvendo também um cliente que pagava um valor adicional para que ela o acompanhasse durante o uso. Segundo Paula, em determinado momento, realizar programas tornou-se algo impossível de desassociar do consumo de alguma substância, seja álcool ou outras drogas.

E aí, depois de uma experiência que eu tive, né, com uma pessoa, que foi dentro do comércio sexual, onde foi ofertado dinheiro para usar a droga junto com o cliente, aí foi virando rotina. Aí, sempre que eu deparava tinha um cliente: “Ah não, você usa? Você vai usar? Vou te pagar mais tanto, vou pagar isso, vou pagar aquilo...” eles acabam proporcionando, tipo assim, que você tenha que usar, que você tenha que consumir pra você fazer um bom serviço. Essa é a noção, né, que a gente recebe no começo. Aí, depois, quando você percebe, já tá num caminho sem volta, né. Você já criou o hábito daquilo. Aí você não precisa, tipo, ter a consciência que, pra você, quanto estiver com um cliente, você também vai ter que comprar um entorpecente, usar uma bebida. Então, acaba que o final é triste, porque a gente não... tivesse escutado isso no começo, né. É... não teria essas consequências mais tarde, né. (Paula)

Para além da relação com os clientes e os programas, Rafaela afirmou que, no meio da prostituição e da noite, o uso de drogas transcendia a esfera do trabalho ou do lazer, tornando-se uma espécie de marcador social que proporcionava um sentimento de pertencimento ao grupo. As pessoas que não utilizavam substâncias psicoativas eram vistas como *caretas* e *chatas*.

Cheguei lá na boate... e o duro é que, quando você começa a entrar no meio da droga, né, da prostituição e tudo, você acaba sendo uma pessoa bem-vinda para as outras, porque elas falavam: “Ah, você era muito careta, você era muito chata, agora você é legal, você é isso e aquilo” ... Eu falei: “Nossa, que tudo, né”. (Rafaela)

Conforme o relato de Mia, mesmo após vivenciar uma situação ruim com um ex-marido adicto, ela acabou se envolvendo com substâncias, especialmente cocaína e bebidas alcoólicas. Afirmou que, em um primeiro momento, teve uma experiência positiva, descrevendo uma sensação extraordinária. Posteriormente, percebeu que o uso de cocaína lhe provocava uma sensação de medo. Além disso, o consumo de bebidas alcoólicas aumentava durante os momentos em que fazia uso da droga.

Mia descreveu situações de violência e agressão enquanto estava sob o efeito do álcool. Percebeu, após uma briga, que, embora o álcool lhe conferisse uma postura mais combativa para lidar com a prostituição de rua, também a tornava mais vulnerável. Isso poderia representar riscos dependendo das circunstâncias em que estivesse durante um programa.

Também comecei a ver os perigos, mas o que me fez desgostar mesmo foi a rotina. Foi as violências. A droga. Quando eu caí na droga. É isso o ponto chave: a droga. Quando me ofereceram droga pela primeira vez, e eu convivi com meu ex-marido, vi o que passei com ele, e a idiota, né... “Não, tô aqui com o cara, vamos ver o que isso faz”. No começo foi incrível. Nossa! Foi uma sensação assim, extraordinária, eu lembro... Nossa! Ficava louca! Adorava! Só que chegou um momento onde passou de um ponto onde não tava mais legal, onde a droga tava me fazendo ter medo, mais medo do que já tava, me fazendo beber pra caramba, e muito! [...] Depois eu vi ele lá fora, briguei com ele e tudo, mas... aí que eu falei: “Mano... esse negócio de bebida tá me ferrando, porque tá me fazendo ficar mais vulnerável. Então, imagina no programa, já sou vulnerável, bêbada ainda? O cara vai fazer tudo e não vai me pagar”. (Mia)

O uso de substâncias psicoativas por Valentina iniciou-se ainda na adolescência, quando ela começou a fazer programas, por volta dos 12 anos de idade. Sua família não aceitava o fato de ela ser uma mulher transexual e nem a sua transição. Nesse mesmo período, Valentina começou a usar drogas e chegou a viver em situação de rua. Sua família, então, recorreu à sua internação. Após esse período, ela iniciou um relacionamento afetivo e deixou de fazer uso de substâncias.

Tipo assim, mas eu consegui enxergar, hoje em dia, que a... que, na época, talvez, eu usasse drogas porque a minha família, eles não me respeitavam como uma mulher trans. Entendeu? Então, tipo assim, é eu comecei minha transição com 12, 13 anos de idade, e a minha família não me enxergava como uma mulher trans. (...) Daí, eu caí no mundo das drogas, acabei conhecendo o mundo das drogas, aí, foi terrível, né. Daí, eu fiquei lá, e daí eu acabei indo morar na rua e tals. Aí, na época que minha família me internou, que eu saí da minha internação e conheci o meu ex-marido, daí, automaticamente, as coisas foram acontecendo, né, aquela vontade de tá bem, aquela vontade de você ser uma pessoa... é cada dia melhor, porque daí você entende, você vai entendendo as coisas, né. (Valentina)

4.6 SENTIMENTO DE SOLIDÃO E FALTA DE AMPARO

A discussão sobre a solidão que travestis e transexuais sentem é um tema recorrente nos debates transfeministas. Letícia Nascimento (2020), ao refletir sobre sua própria solidão enquanto travesti, negra e gorda, separa essa vivência em dois aspectos: o afetivo e o afetivo-sexual. Usando como referência a travesti transfeminista pernambucana Sophia Rivera (2020), Nascimento entende que a solidão ocorre ao não ser procurada como companhia.

Esse sentimento de solidão também se manifestava mesmo na presença de pessoas que afirmavam admirá-la, ao perceber que era a única pessoa não cisgênera no espaço em que se encontrava, quando sentia que não era vista como digna de afeto em público e quando era reduzida a um fetiche por meio de um processo de hipersexualização. Sophia Rivera (2020), em sua página pessoal, distingue a solidão da solidão.

A solidão nos fortalece, acelera os nossos processos, nos amadurece. A solidão nos machuca, é o esquecimento, o não sentir-se amada, procurada, companhia possível, desejada, é ser objeto, sexo, corpo, fetiche. (Rivera, 2020)

A temática da solidão também surgiu em diversos relatos de campo. No caso de Rafaela, foi mencionada como a principal causa de sofrimento mental durante o período em que esteve na Europa, afastada de sua casa, de sua família, das pessoas que conhecia no Brasil e de suas redes de apoio. Morando sozinha em um apartamento, suas interações sociais eram basicamente limitadas aos diversos clientes que ocupavam sua rotina.

Novamente, o termo *máquina sexual* apareceu nesse trecho da entrevista. Percebe-se o tom de mecanicidade e frieza que Rafaela atribuiu à profissão durante sua experiência no exterior, descrevendo um processo de assujeitamento, como ela mesma apontou, ao ambiente desconhecido para conseguir sobreviver.

A solidão. Porque, pense, né. Uma pessoa que nasceu aqui em Sorocaba, de repente, estava morando sozinha num apartamento no Centro de Milão, aí, assim, recebendo clientes, assim, dez, quinze clientes por dia. E você vai levando esse corpo à exaustão mesmo. Porque... você se transforma numa máquina sexual mesmo, Victor. Porque, imagine, você vai sabendo que, quanto mais você se sujeita, quanto mais você ganha, quanto mais você é atraente, quanto mais você fica popular no meio dos clientes, mais você vai sobreviver ali. (Rafaela)

Em outro momento de sua fala, ao ser questionada sobre redes de apoio, Rafaela afirmou que nem mesmo entre outras travestis e transexuais da cidade conseguia encontrar amparo. Segundo ela, demonstrar fragilidades e fraquezas não é algo permitido nesse meio. Rafaela disse que costumava ser colocada em uma postura de autossuficiência e que, mesmo quando precisou de apoio, não o encontrou, enfrentando estranhamento por se mostrar em um estado de maior vulnerabilidade. No entanto, também reconheceu que talvez tenha contribuído para essa situação ao adotar esse papel de autossuficiência.

Isso não é permitido pra gente. Veja como é engraçado, assim. Teve uma vez que eu tinha acabado de descobrir uma traição de um relacionamento e, assim, eu sempre me coloquei naquele lugar de ouvir e aconselhar. E... durante muito tempo, eu acredito que, até hoje, as meninas, as minhas amigas, as mais íntimas, elas me colocaram num lugar de autossuficiência — talvez isso seja culpa minha também. E aí eu tive essa decepção e eu liquei pra essa amiga chorando, assim. Eu comecei a falar com ela o que tinha acontecido e comecei a chorar. Ela falou: “Que isso? Você chorando?” Ela falou assim: “Você não pode chorar! Eu tenho que chorar pra você, não você chorar pra mim.” Aí, na hora eu parei. Engoli o choro, como diria, e falei: “Caramba... não vai ser aqui”. Então, assim, raramente minhas amigas ouviram eu chorando, eu desabafando, tipo, eu expondo uma fragilidade minha, assim. Raramente. Raramente. (Rafaela)

Dejours (1992), ao estudar questões relativas à saúde mental de trabalhadores do subproletariado — ou seja, a massa trabalhadora que vivia em condições de subemprego —, observou uma tendência de não se falar sobre sofrimento ou doença, pois isso evoca um sentimento coletivo de vergonha dentro da comunidade, sendo frequentemente associado à preguiça, o que leva as pessoas a preferirem esconder tais questões. Entre as travestis e transexuais entrevistadas, foi possível observar algo semelhante, conforme registrado na entrevista de Rafaela. No entanto, em vez de a associação estar ligada à preguiça, o sofrimento parece relacionado ao sentimento de vulnerabilidade, algo que não é permitido nesse meio.

Mia também mencionou uma sensação de solidão ao ser questionada sobre amizades e redes de apoio entre outras travestis e mulheres transexuais.

Tentei, mas não rola. Não rola. Uma delas, me confundiram muito com ela, achavam que eu era ela e que ela era eu. (...) E falaram, inventaram que eu queria bater nela. Aí tava eu um dia, vi ela lá, vou conversar com ela (...) e a gente começou uma amizadinha ali. Aí a gente vai e vem, conversa vai, a gente começou a sair juntas, ir em rolê e estar juntas, coisas assim, a zoar juntas. Só que eu vi que ela tava comigo por interesse. E aí eu que vi que ela começou “Ah, você tem vestido?” (...) depois que eu vi que era só isso que ela queria e depois deu um foda-se pra mim, aí falei tchau. (Mia)

Paula corroborou a visão das outras duas entrevistadas sobre os suportes sociais no meio da prostituição. Destacou que há um forte julgamento e perseguição por parte das colegas quando é necessário recorrer a algum tipo de apoio ou suporte vindo delas. Por outro lado, ao buscar amparo fora desse meio, especialmente na família, também não encontrou acolhimento, restando apenas o silenciamento e a ausência de comunicação sobre seus sentimentos e angústias.

Ao sair do trabalho sexual e ingressar no mercado formal, retornando à sua cidade de origem e deixando Sorocaba, Paula decidiu se afastar das colegas da época de prostituição. Mantinha contato apenas com as poucas travestis e mulheres trans que também vivem em sua cidade natal. Em relação às demais, afirmou que, se mantivesse laços com elas, continuaria na *mesma vibe* das que ainda atuam como profissionais do sexo.

Não, não. A gente fala, quando você vai conversar com as amigas na rua, você já é julgada, você já é perseguida. Então, quando você já conversa com alguém mais próximo, familiar, você já é julgado também... “Tá nessa vida porque você quer, você não precisa disso”. Então, acaba tendo... não tendo, não sendo acolhida, não tendo, né... ser ouvida e a pessoa acaba, né, ficando cada vem sem comunicar, né. [...] Não, só com uma pessoa, e o resto, assim, não tenho nenhum contato. Até hoje, na minha cidade, temos seis aqui, tenho contato com elas, porque... percebo que, se

manter o contato, eu vou ficar com essa mesma... na mesma energia, na mesma vibe que elas tão vivendo, sabe? (Paula)

Em relação aos suportes sociais, Valentina afirmou que, enquanto *acompanhante*, encarava a rua apenas como um local de trabalho, preferindo manter-se afastada das demais que ocupavam o mesmo espaço. Optava por ficar mais calada e não construir muitas relações com as colegas, o que parece ser uma forma de defesa prévia contra frustrações por não conseguir estabelecer uma rede de apoio adequada nesse contexto.

Ah, então, eu vou ser bem sincera. Eu acho que a relação do mundo da prostituição, ela é a mesma relação que você tem com outras pessoas por fora, entendeu? Eu não me digo, assim, em que eu me blindei, mas pelo menos, enquanto acompanhante, eu sempre tive a cabeça bem assim. Eu acho que rua é um lugar de trabalho, não é um lugar onde você vai para farrear, que você vai para curtir, entendeu? Ainda mais porque tem cliente que ele não te pega quando você tá num monte de menina, assim, entendeu? Então, eu sempre gostei de ficar no meu cantinho, sempre ali quietinha, entendeu? Porque eu... e uma coisa que eu nunca gostei de beber trabalhando, entendeu? (Valentina)

4.7 DESAFIOS NA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Outro momento em que se manifesta o sofrimento psíquico é durante a transição do trabalho sexual para o mercado de trabalho formal. Esse aspecto foi particularmente destacado nas falas de Rafaela e Mia, que vivenciavam essas experiências com maior intensidade na época das entrevistas — Rafaela estava se estabilizando em sua área de atuação, enquanto Mia havia acabado de ser demitida de seu último emprego.

O primeiro sentimento que Rafaela mencionou em relação ao novo emprego foi a solidão. Ocupando um cargo de destaque em sua área, afirmou sentir orgulho de si mesma por ter alcançado esse patamar profissional. No entanto, ao olhar ao redor e perceber que era a única pessoa transexual naquele ambiente, em meio a tantas outras pessoas cisgênero, sentia-se sozinha — uma experiência que dialoga com a solidão descrita por Nascimento (2020).

Essa sensação de solidão era reforçada por pequenos gestos que indicavam que seus colegas acreditavam que aquele não era um espaço em que ela deveria estar. Por outro lado, na rua, sentia que aquele era um espaço legitimamente seu, mesmo com todas as situações desagradáveis que enfrentou ao longo dos anos naquele ambiente.

(...) quando você avança sendo a primeira, individualmente é muito legal, assim, eu sou muito orgulhosa de tudo que conseguir avançar, mas, coletivamente, você tá sozinha. Quando você olha pra trás, às vezes, ambientes que assim, você tá ali, você olha e não tem nenhuma outra, nenhum outro homem trans com você, assim. Então, é nesse lugar de eu estar sozinha. Mas, quando você acessa, entre acesso e permanência, você vê que todos os dias as pessoas, parecem que pelos olhares,

pelas atitudes, pelos... até menos pelo o que elas não falam, elas tão dizendo para você que ali não é o seu lugar. E você acaba... não sei se você já foi numa festa onde você não era convidado, mas é exatamente esse sentimento, sabe? Que as pessoas te olham e perguntam: “Por que você não vai embora? Por que você não sai daqui? Aqui não é o seu lugar. A gente não quer você aqui”. E tudo isso começou a fazer muito mal pra mim, sabe? Porque era diferente: na rua, eu chegava, ali era o meu lugar. E depois, quando eu me dei conta que ali não era o meu lugar e eu acessei o mercado formal de trabalho, aí eu comecei a sentir esse incômodo, sabe? (Rafaela)

Entre as pressões enfrentadas, Rafaela descreveu a sensação de que nunca poderia errar, pois, caso isso acontecesse, seria imediatamente colocada novamente no lugar de quem não pertence àquele espaço. Relatou que, em todos os anos em que atuou como *profissional do sexo*, mesmo com as inúmeras dificuldades enfrentadas, apenas desenvolveu sintomas de sofrimento psíquico mais intenso após a transição do mercado sexual para o mercado de trabalho formal.

Rafaela caracterizou essas sensações negativas como episódios de pânico, a impressão de estar sendo seguida ao sair do trabalho e retornar para casa, além de crises de insônia. Foi somente então que decidiu buscar ajuda psicológica profissional e iniciar um processo psicoterapêutico.

(...) fora a cobrança de você nunca errar. Porque se você errar, vai falar: “Ah, tá vendo? Se não fosse aquela travesti, né?”. Porque quando uma pessoa hetero cis erra, se é homem: “Ah, coitado, né? Tá cansado, estressado...” se é mulher, é porque é mulher. E se é travesti? “Ah, quem admitiu esse viado aqui?”, entende? Então, assim, são todas essas sensações que fazem trazer esse incômodo. Então, assim (...), comecei a ficar com pânico de que alguém seguisse do trabalho pra casa, comecei a ter insônia, coisa que nunca tive... daí eu falei “Bom, então eu acho que agora eu vou ter que procurar ajuda mesmo, porque não tá legal, não tá normal isso”. (Rafaela)

Mia descreveu outras vivências no ambiente de trabalho formal que associou diretamente às experiências que teve enquanto trabalhava na prostituição. As falas sobre agressividade e comportamentos violentos foram recorrentes ao longo de sua entrevista, referindo-se ao período em que atuava como *puta*. Essas mesmas reações agressivas, sobretudo em situações de contato interpessoal, também se manifestaram fora do contexto da rua ou dos programas, o que dificultou sua permanência em ambientes de trabalho que exigiam contato direto com o público.

Eu, na loja mesmo onde eu tava trabalhando, eu era caixa. Eu tô num modo onde eu não tô conseguindo filtrar. Aí vai um cara lá e você pergunta: “Você quer comprar itens assim e coisas assim”, “Não.”, Eu não gosto de grosseria, já “Não”, eu já fico meio assim, quando a pessoa fala com grosseria. Eu me controlo. “Pix, pra me ajudar a bater minha meta?” a pessoa fala “Não!”, só que não é um não assim, tá? Aí eu já explodo, soco as coisas mesmo, falo. Aí... teve uma cliente que eu me mandei se foder porque ela veio me xingar, falou que eu tava enrolando, sendo que era minha primeira vez no caixa, então eu não tava enrolando. (Mia)

Sobre a questão da impermanência no trabalho formal, Mia afirmou que, nas experiências profissionais que teve, precisou adequar sua expressão de gênero ao que era exigido pelas lojas, sendo obrigada a se vestir de forma masculina para conseguir permanecer nos empregos. Mesmo que, inicialmente, conseguisse lidar com essas exigências, era apenas uma questão de tempo até que o incômodo começasse a surgir.

Esse desconforto tornava a permanência nesses locais de trabalho mais difícil, levando, como consequência, ao retorno ao trabalho sexual, no qual podia se expressar livremente. Quando tentou adotar uma expressão de gênero feminina nos empregos, enfrentou acusações de caráter moralista.

Não paro em nenhum lugar profissional. Não paro. Não paro! Eu acho que eu sei o porquê eu não paro. Porque, nesses lugares, eu não trabalho como menina, eu tenho que ser um menino, e isso, chega um momento que me incomoda, que começo a lidar mais ou menos, aí eu vou lá lidando, aí chega um momento em que eu paro tudo e falo: “Ah não, não tô feliz. E agora, o que vou fazer? Se eu sair disso, como que eu vou ganhar dinheiro. Beleza?” [...] Eu quando eu tava na loja, eu falava: “Agora vai, agora vai...”, mas o que que acontece, eu tô trabalhando de boa, mas vem questões internas. Aí começo a me olhar no espelho e começo a ver, começam a me tratar de um jeito que não quero ser tratada, e aí... sabe? “Vou sair dessa porra”, porque sempre acontece. Tentei trabalhar como menina, tentei, mas não deu muito certo, até uma cliente falar que eu era uma ameaça para o filho dela e aí o cara falar que eu tinha que sair, porque... não dá. (Mia)

4.8 TECENDO REDES DE APOIO

Embora praticamente todas as entrevistadas tenham relatado um sentimento de solidão entre as travestis e transexuais que exercem o trabalho sexual, algumas falas também evidenciaram a presença de laços, afetos e partilhas entre elas, revelando a potência de uma rede de apoio que surge mesmo em meio às diferenças e competições presentes nesse contexto.

No caso de Rafaela, quando foi expulsa de casa e se encontrava em situação de rua, o acolhimento veio das travestis que ocupavam o mesmo espaço. Naquele momento, mesmo sem compreender plenamente como se identificava, ela foi vista como parte do grupo, recebendo apoio agora que era uma adolescente sem o amparo familiar após a morte da mãe.

teve um divisor de águas nesse meio tempo, que foi a morte de minha mãe. Daí a convivência com minha família ficou insustentável, porque, nisso, quem segurava as pontas e amenizava as tensões da minha família era minha mãe. Quando minha mãe morreu, não tinha mais esse agente pacificador e aí... rua. E fui acolhida pelas trans que, mesmo eu não tendo ainda feito a transição, nem sabia o que era, elas já me viam como uma delas. Acho que por eu ser afeminada, enfim. (Rafaela)

Benedetti (2000), ao relatar as histórias de expulsão de casa vivenciadas por travestis, destaca também a liberdade proporcionada pela vida na rua, que permite que essas jovens entrem em contato com outras e aprendam seus códigos. Dessa forma, acabam conhecendo pessoas semelhantes a elas e, nesse processo, começam a enxergar e compreender sua própria identidade. Obviamente, isso não minimiza o sofrimento causado pelas expulsões de casa, mas aponta para a rede de acolhimento que pode ser construída a partir dessas situações.

Embora nos relatos analisados o termo específico não tenha aparecido, a literatura registra o uso de expressões como *madrinha* para se referir às travestis mais velhas, que acolhem e apresentam o novo universo às mais jovens, conhecidas como *filhas*. Conforme Benedetti (2000), essa relação se configura como forte e duradoura, sustentada por confiança, proteção e respeito mútuo. Relacionando essas dinâmicas à ideia de maternidade, o antropólogo descreve as relações entre *madrinhas* e *filhas* como uma “reprodução social de novas travestis” (p. 99).

Ah, a gente ainda mantém. Lógico que, quando eu entrei, a gente era mais ou menos cinquenta da mesma geração, hoje em dia, se sobrou cinco é muito. Mas, hoje em dia, ainda tem essas coisas assim. Tipo, eu com minhas amigas mais íntimas, cada uma tem a chave, a cópia da chave da outra. Caso precise, a gente vai e acolhe; caso uma tá doente avisa a outra; caso aconteça alguma coisa, a gente saia ao socorro. Então, a gente é isso mesmo, assim. Mas hoje em dia cada uma tá vivendo sua vida, só rotina. (Rafaela)

Rafaela, com cerca de 50 anos, já viu muitas de suas colegas da época em que ingressou na prostituição falecerem. Embora não se aprofunde nesse assunto, a menção desse fato traz à tona um sentimento melancólico por aquelas que já partiram. Em conversas fora das entrevistas, Rafaela compartilhou as histórias dessas amigas que não estão mais entre nós, mencionando seus nomes e contando detalhes de suas vidas, evidenciando a riqueza de suas trajetórias.

Apesar de a cisheteronormatividade socialmente promover a desumanização dessas vidas, dentro das redes que elas estabelecem — permeadas por atritos e afetos — essas existências são lembradas, celebradas e consideradas dignas de luto. São vidas que importam.

Entre as amigas da mesma idade que estão vivas, parece ter se formado uma rede de afinidade e amizade, marcada por uma preocupação mútua. Como exemplo, Rafaela contou que cada uma possuía uma cópia da chave da casa da outra, para que pudessem oferecer acolhimento ou socorro quando necessário. Esse gesto reflete a força de uma rede de relações potente e ativa.

As falas de Isabela também revelaram esse lado positivo. Ela foi a participante que mais destacou momentos de alegria enquanto *profissional do fetiche*. Isabela ressaltou que a companhia umas das outras era essencial para desabafar e compartilhar aspectos íntimos que nem sempre podiam ser ditos a pessoas fora do contexto em que viviam. Para ela, essas amizades formavam uma verdadeira rede de apoio.

Ah, desde sempre, eu acho que tinha gente tinha uma outra, né. A gente tinha sempre as amigas da gente que a com quem a gente vai conversar, né. A gente sempre tem que ter uma amiga, sempre tem uma amiga, que você acaba contando um pouco de tudo, assim, da sua vida, contando mais, assim, do que vocêalaria para todo mundo assim, tipo. Então é meio que assim, você acaba sempre tendo alguém assim, essas pessoas mais próximas, você acaba tendo este desabafo, assim, que é tipo uma rede de apoio, quase isso, né. Você falar um pouco do que você tá sentindo para alguém. Eu acho que é mais isso assim. (Isabela)

Ela apontou que a ansiedade começou a diminuir a partir do momento em que passou a conhecer as outras que também ocupavam aquele local. Conforme observado por Benedetti (2000), a rua também se tornou um espaço onde são produzidas relações de amizade e companheirismo, com trocas genuínas sendo estabelecidas.

Talvez, na rua, você sinta menos quando você tá ali, que você já tá há muito tempo ali, porque, na rua, você só sente ansiedade no início, que você ainda não conhece as meninas, você não fez amizade com todas. Então, meio que tem meio que isso, mas, depois que todas ficam amigas, eu acho, eu tinha muito essa facilidade de fazer amizade com todas, assim, até com as mais difíceis eu acabava ficando amiga e de tomar um vinho juntas. Na época, eu fumava, fumava um beck, aí ficava a gente contando história enquanto não tinha cliente, sabe? Eu, de madrugada, que tava na rua, mas tava mais deserta, a gente ficava tudo sentada juntas. Tinha uma parte que era muito alegre, que era muito legal, que era muito divertido, assim, porque você conhecia o outro lado, assim, o lado humano das travestis que, tipo, não tá brigando, não tá fazendo concorrência, não tá querendo ser mais bonita que a outra, sabe? Aquele que tá todo mundo ali num momento de descontração. É muito gostoso. (Isabela)

O uso de substâncias psicoativas no relato de Isabela apareceu também como uma forma de socialização: enquanto fumavam um *beck*, elas trocavam histórias; ao tomarem um vinho, as diferenças eram deixadas de lado e as relações de tensão se tornavam mais amenas, divertidas e leves.

Esses episódios de troca foram descritos por Isabela como ocasiões de descontração no trabalho sexual. Os adjetivos que utilizou para descrever essas situações revelam o tom desses episódios: alegres e divertidos, permitindo que o lado humano viesse à tona — o lado sem as blindagens erguidas, tão necessárias nos momentos de batalha. Assim, ao mesmo tempo que as substâncias psicoativas ocupavam um espaço como suporte para lidar com o sofrimento, também surgiam nos momentos de leveza.

Mais do que simples momentos de descontração, Isabela revelou que essas ocasiões também eram espaços onde o peso das vivências na prostituição era aliviado — como ilustrado pelo uso das palavras *divide* e *dissolve*. O sofrimento, que é individual, ao ser compartilhado pelo grupo, se desmancha. Isabela também utilizou o termo *cuidado*. Em seu relato, nesses momentos, uma cuidava da outra.

Eu acho que, daí, essa parte que é legal, divide o peso. Você que meio que dissolve o peso que é a noite, os perigos, porque, daí, a partir daquele momento, uma cuida da outra, assim, sabe? Acho que, daí, tem meio que esse senso de coletividade, assim, porque tipo, assim, mesmo que uma brigue com a outra por disputa de cliente e tal, mas, quando é alguém de fora que vem, todo mundo se une, assim. Então, também tem esse lado assim, tipo, sabe? Se aparecer, assim, alguém, essa esses carros com um monte de gente, todas correm atrás, de pedrada, vão todas vão se unir para tentar se defender de alguma forma. Então, assim, também tem esse lado assim que dissolve um pouco assim esse lado perigoso, ruim, assim, porque você tem outras pessoas vivendo a mesma situação que você, que é diferente quando você atende no seu local. É você e você, você tá sozinha. Então, assim, se você entrar numa luta corporal com o cliente ali, você tá sozinha na sua casa, né? Tipo, você não tem para quem recorrer. Na rua, você já tem, né? Você tá no drive, sempre tem uma amiga do lado atendendo também no box do lado. (Isabela)

Ao se reconhecerem como grupo, torna-se mais fácil a possibilidade de se defenderem enquanto coletividade. Assim, em situações de violência em que o grupo é ameaçado, todas se unem em resposta à agressão. As diferenças individuais são deixadas de lado, mesmo que temporariamente, para que ações concretas possam ser tomadas em defesa contra os ataques. Novamente, Isabela afirmou que saber que outras pessoas vivenciavam as mesmas situações de violência acabava por dissolver o sofrimento que, de outra forma, poderia ser experienciado de forma individual.

Isabela também destacou que a ideia de pertencimento a um coletivo se dissipava nos atendimentos realizados apenas em casa, pois, na rua, existia uma proteção coletiva contra as violências. Embora o atendimento em casa tivesse suas vantagens, Isabela relatou que, caso ocorresse uma tentativa de violência por parte de algum cliente, não haveria para quem recorrer, ficando à própria sorte.

Em diversas falas, é possível observar a tensão na relação entre os clientes e as entrevistadas. Mia, por outro lado, ressaltou outro aspecto, mostrando que essas relações também podem se transformar em vínculos humanos potentes. Ela utilizou o termo *coleguismo* para descrever as interações com alguns clientes com quem mantinha trocas interessantes, ouvindo as conversas dos homens que a procuravam. Ao contar sobre um cliente que faleceu, Mia usou um tom de lamento ao lembrá-lo e às conversas que compartilhavam.

Tinha, olha, isso tem partes muito positivas, porque tinham clientes ali que eu gostava de conversar, aí eles vinham para conversar comigo e eles falavam de... das coisas, tipo, do trabalho, dos filhos, das esposas, às vezes, e tinha histórias muito legais que eu ouvi. Inclusive, eu fiz amizade com um cliente que, até hoje, é meu amigo, entendeu, por conversar mesmo. (...) Aprendi muito, vi muita vida, ouvi coisas de um dos clientes que eu gostava de conversar, que morreu, infelizmente... graças a Deus não foi doença não que eu passei pra ele, mas enfim. Então, assim, essa amizade de... não amizade... um coleguismo. Tem muitos caras que eles não querem sexo, que eles querem um amigo. Ou um amigo comprado, porque eles se sentem muito solitários... nossa, que homens carentes!

Na mesma fala, ela continuou comentando sobre seus clientes e os momentos positivos que estabeleceu com eles, incluindo um breve relato sobre um cliente que a salvou de uma situação de perigo em determinada ocasião. Mencionou uma relação de ajuda mútua, na qual eles a auxiliavam e, em outros momentos, ela também os ajudava. Essa relação, muitas vezes, se estendia para além dos programas, já que, em algumas ocasiões, ela saía para socializar com esses homens que conheceu na prostituição.

E eu converso até hoje com alguns. Um deles me salvou uma vez, então, até hoje... assim, o menino que tá comigo não gosta que eu converse com eles, mas eu converso, porque eles me ajudaram tanto aqui, né, quanto eu também ajudei eles, então eu tenho essa amizade, assim. “Vamos beber um copo hoje?” “Vamos!”, entendeu? Tem essa coisa assim. (Mia)

4.9 ESTRATÉGIAS DE VIDA

Mesmo que as entrevistadas enfrentem diversas situações de adversidade e violência, é possível observar diferentes estratégias adotadas por elas para se preservarem, tanto de forma individual quanto coletivamente. Essas estratégias evidenciam processos de criação e resistência que surgem mesmo em contextos de vulnerabilidade.

Uma das formas de proteção relatadas por elas é o uso da internet como meio de prevenção contra situações adversas que pudessem ocorrer na rua. Estudos internacionais apontam uma diferença significativa entre a exposição à violência no que é chamado de trabalho sexual *outdoor* — realizado em ambientes abertos, como a rua — e o trabalho sexual *indoor* — realizado em espaços específicos para o trabalho sexual ou em domicílio, atendendo clientes em casa. No Reino Unido, por exemplo, profissionais do sexo que atuam na modalidade *outdoor* têm três vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em comparação com aqueles que trabalham na modalidade *indoor* (Prebe, Magruder e Cimino, 2019).

De forma semelhante, as entrevistadas destacaram as diferenças percebidas com o uso de sites de anúncios para encontrar clientes em comparação com o trabalho na rua. Mia, por exemplo, mencionou as facilidades que esses sites oferecem para que ela consiga realizar programas sem se expor às adversidades do ambiente externo. Ela afirmou que a internet é uma ferramenta eficaz, pois proporciona maior segurança no exercício do trabalho, permitindo conversas e negociações antes de marcar os encontros.

É, muita diferença. No site, ele te dá oportunidade de você expandir mais a localização, e o que eu gostei, achei interessante no site, é que você coloca suas fotos lá, como se fosse um portfólio, você monta seu portfólio. Coloca suas fotos e você paga uma mensalidade ali. Eu pagava 50 reais por semana, para ficar dez dias no topo. Nesses dez dias no topo, eu não faço nada, eles que vem até mim, porque eu não preciso ficar na rua correndo, correndo, correndo, correndo, andando, andando que nem louca, fazendo a sonsa ou pagando lugar para estar. Eu não vou ficar com frio, não vou ficar correndo risco na rua. Então, a internet, ela te proporciona a segurança. E o que é bom da internet é que os caras vem te procurar, você consegue conversar melhor com eles, no WhatsApp, por exemplo, tirar um pouco mais a limpo pra poder ir pro real.

Mia também comentou sobre suas interações com outras pessoas. Como as páginas de divulgação de trabalhos sexuais limitam apenas as interações das inscritas aos clientes interessados em seus serviços, outras interações indesejadas acabam sendo evitadas, como aquelas com colegas que ocupam os mesmos pontos de prostituição e que poderiam iniciar brigas.

Além disso, Mia afirmou perceber uma diferença no perfil dos clientes que a procuram por meio dos sites em comparação com os da rua. Em sua perspectiva, observava maior agressividade nos clientes que a abordavam diretamente na rua.

Mas, na rua, tem o perigo da noite, de outras meninas, você encontrar outras meninas e brigar. Tem a questão de que os tipos de cara que tão na rua não são os mesmos do site. Pode até ser, mas, assim, eles agem diferente, que eu já reparei que os homens da rua são mais agressivos. E os homens do site não são tão agressivos. Não sei porque, já reparei. São bem educados, por sinal. Alguns, né. Mas maioria que eu peguei do site foi bem educado comigo, só um caso que não que aconteceu, mas enfim. Na rua tem mais aquela agressividade, tem a questão das outras meninas, tem a questão do frio, questões externas... mano, é muito perigoso. A rua é perigoso. (Mia)

Isabela, por sua vez, apresentou uma opinião semelhante ao comparar o trabalho sexual realizado na rua com o atendimento a clientes em casa por intermédio de sites. É interessante observar que o uso de plataformas digitais para a divulgação de seus serviços ocorre mesmo com Isabela sendo uma das entrevistadas mais velhas, o que indica que esse recurso não é exclusivo das mais jovens.

Durante a entrevista, de forma semelhante a Mia, Isabela destacou que a internet contribuiria para reduzir a competitividade explícita entre outras profissionais do sexo, algo que frequentemente ocorria quando compartilhavam o mesmo espaço na rua.

O lado positivo que eu acho que isso contribui é que, assim, deu uma liberdade para as pessoas fazerem isso por conta própria. Você não precisa mais descer para uma rua, se arriscar na rua. Acho que não tem aquela competitividade direta, assim, tipo, de você ficar lado a lado de outra trans que, às vezes, ela é muito mais bonita do que você, muito mais jovem, ou enfim, ou que, às vezes, ela tem outro jeito de trabalhar. (...) Nesse sentido, a internet democratizou no sentido de que você pode trabalhar no seu local e atender seus clientes sem ter essa parte dessa competitividade muito direta, porque tá lá no site e eles vão escolher quem eles quiserem, mas você não vai tá vendo a outra. Se você não entrar lá pra ver as fotos, você nem sabem que é que tá lá no site concorrendo com você. (Isabela)

Valentina destacou a questão econômica, ressaltando que, por meio dos sites, conseguia atrair clientes com maior poder aquisitivo, o que lhe permitia cobrar valores mais altos do que conseguiria atendendo apenas na rua, onde os programas costumavam ser mais rápidos e baratos.

Ah, na verdade, entre o site e a rua, eu sinto mais diferença em relação ao poder aquisitivo de cliente, né. Porque, na verdade, o cliente na rua, ele quer uma coisa rápida, tipo assim: “Ai, tô com a minha mulher em casa, então eu preciso de 30, 40 minutos”, entendeu? Tipo, para mim dar uma fugidinha... Já no anúncio, não. O anúncio, ele também vai ter esse tempo disponível, uma hora, uma hora e meia, mas pelo menos, ele vai ter o conforto de um colchão, de uma toalha limpa, de um banheiro para ali tomar um banho. Você tá entendendo? Tipo, é outra coisa. Até porque o valor é bem mais alto, né. Você sendo acompanhante de site (Valentina)

Isabela, por sua vez, contou que a estratégia adotada para não se tornar refém do trabalho sexual foi alternar essa atividade com outros tipos de ocupação. Esse foi o modo que encontrou para lidar com as ansiedades decorrentes dos ganhos incertos dos programas, contando com outra fonte de renda que lhe garantia certa estabilidade. Dessa forma, os programas funcionavam como uma renda complementar, permitindo suprir demandas além das despesas básicas.

Eu fiz por uns anos na rua. Na verdade, minha vida sempre foi assim, né. Acho que só fiquei um período de tempo, quando eu vim pra Sorocaba, fiquei que eu trabalhei só com prostituição, mas durante toda a minha vida, assim, desde bem nova eu sempre fazia prostituição e outra coisa. Eu nunca gostei de fazer uma coisa só, por essa coisa de ficar refém da prostituição. Tipo, quando você tem um outro trabalho paralelo e fazer programa, você não fica tão preocupada se você vai ganhar ou não vai ganhar na prostituição. Você faz aquilo e você não fica refém. Você fica: “Ai, minha despesa básica tá garantida da minha outra fonte de renda, e essa é uma renda complementar”. (Isabela)

Valentina apresenta outra perspectiva sobre sua atuação como acompanhante. Em vez de se sentir refém dessa profissão, ela relatava profunda gratidão pela prostituição, pois

entendia que foi graças ao dinheiro obtido nos programas que alcançou sua independência financeira e se libertou da dependência de uma família que não compreendia sua identidade de gênero.

Não, não, porque de qualquer... de qualquer maneira, para mim, eu... eu tenho muita gratidão, né. À prostituição, porque, na prostituição eu encontrei independência. Na prostituição, eu encontrei, tipo assim, uma pessoa forte que, talvez, se eu tivesse se fosse de... em outra situação, eu não... talvez, eu não encontraria, entendeu? Sabe? Tipo assim: “Aí, eu posso fazer tal coisa, aí, eu posso conseguir tal coisa”, entendeu? Então, para mim, como acompanhante, isso foi maravilhoso. Talvez... é, poderia ser também para outras pessoas, né. Em outras áreas de trabalho. Eu tenho certeza que outras pessoas também são realizadas assim. Então, eu, enquanto acompanhante, eu era uma pessoa realizadíssima. Porque a questão de não precisar de ninguém, tipo assim, de poder seguir sua vida, porque é...é ... tá, é um trabalho que não é bem visto, é um trabalho que não é bem visto. Eu não digo, assim, que, aí, eu não tive nenhuma... não prejudicou nada na minha saúde mental, entendeu? Mas, para mim, eu... eu acho que eu encontrei mais força nessa área. Aprendi a ser uma pessoa mais forte. Sabe? Ia conseguir para... para querer conseguir o que eu quero na vida e tals. É isso. (Valentina)

Além da independência financeira, Valentina também disse ter desenvolvido uma força que não possuía anteriormente. Apesar de afirmar que o trabalho como *acompanhante* afetou sua saúde mental em certa medida, ela destacou que foi justamente essa experiência que a fortaleceu, permitiu que alcançasse seus objetivos e, hoje, que a fazia se sentir satisfeita com sua vida.

Uma estratégia relevante para sobreviver às adversidades do trabalho sexual, especialmente na rua, é o uso do *Pajubá* (também grafado como *Bajubá*) como forma de comunicação entre as travestis. Em entrevista, a travesti Amara Moira, da área de Teoria Literária, define o *Pajubá* como uma língua de segurança originada na cultura travesti e, posteriormente, utilizada por transexuais. O objetivo é impedir que pessoas fora desse grupo compreendam o que está sendo dito. A necessidade desse recurso surge devido à violência, aos ataques e às perseguições que essas populações enfrentam, muitas vezes ficando acuadas (Moira et al., 2023).

Amara Moira associa a origem do *Pajubá* às vivências de rua e à prostituição, contexto em que essa linguagem surgiu de forma espontânea, estruturando-se como um código que se espalhou entre as travestis no Brasil. Apesar das variações regionais, com palavras e expressões específicas em diferentes localidades, há também termos comuns que permanecem desde a década de 1970. De acordo Moira, o recente interesse pelo *Pajubá*, com seu uso em livros e músicas, faz com que ele atue como “uma língua de intervenção estética na sociedade” (Moira e colaboradores/as., 2023, p. 11).

No relato de Isabela, é possível observar o caráter protetivo do *Pajubá* para as travestis, funcionando como uma estratégia de proteção coletiva. Segundo Isabela, essa língua

surgiu entre as travestis e foi posteriormente difundida entre homossexuais que trabalhavam em salões de beleza e mantinham proximidade com elas. Aos poucos, as expressões se disseminaram, chegando a ser utilizadas por pessoas que desconhecem sua origem.

Isabela destacou o fato de o Pajubá possuir uma característica mutável — conforme certos termos se popularizam, especialmente quando os clientes começam a entender seu significado, as travestis fazem alterações na língua, tornando-a novamente exclusiva. Essa mesma característica foi observada por Florentino (1998), ao estudar a linguagem conhecida como *Bate-Bate*, usada pelas travestis de Porto Alegre. Além disso, Isabela relatou que o Pajubá é aprendido na convivência com outras travestis e transexuais, por meio das conversas. Não há uma aprendizagem formalizada, mas sim uma aquisição gradual, à medida que se convive com o grupo.

Mas assim, o Pajubá ele é uma língua mutante, que vai mudando, né? Porque tipo, quando palavras vão ficando muito conhecidas, daí as trans vão mudando para outras palavras. Vão mudando aquela palavra porque tem cliente que ele vai ficando muito experiente de sair com trans, que ele acaba aprendendo. Não dá para você falar, daí, tipo, certas coisas que ele tá pegando tudo que você tá falando. Então, assim, a gente usava muito Pajubá para isso. De repente, por exemplo, param clientes pedestres, assim, e aí vocês estão ali em várias, aí a gente faz, comenta alguma coisa sobre aquilo, o que que tá achando daquilo, mas tudo em Pajubá. Ou várias situações, assim, situações de perigo, situações, assim, de desconfiança. Tudo é conversado em Pajubá. (...) Assunto das trans também, conversam, que também, conversam sobre assunto de drogas, é em Pajubá, as pessoas que passam vendendo isso, né, lá na rua. Então, assim, isso é falado em Pajubá, tudo. É, o Pajubá é muito usado para várias situações que acontece ali, na noite. Elas vão aprendendo na conversa, assim, quando você chega na conversa. É uma coisa que é passada de geração para geração, né? E é um dialeto de pluralidade mesmo e que você acaba falando, né? Tem palavras que acabam ficando com a gente, que acaba falando sempre. (Isabela)

Paula descreveu outra forma utilizada entre as travestis e mulheres transexuais para lidar com os sofrimentos e angústias vivenciados: o humor. Ela explicou que essa era uma maneira comum de expressar situações desagradáveis para outras travestis e transexuais que conheceu durante sua vivência na prostituição de rua. Em vez de demonstrar consternação ou choque, o relato assumia um tom humorístico devido à forma como é narrado. O efeito gerado era o oposto do relatado por outras entrevistadas, nas quais ocorria uma inferiorização da pessoa que expressava seu sofrimento. Nesse caso, a pessoa era elevada a um status de corajosa.

Porque as pessoas, quando você chegava e falava: “Saí com um cliente hoje, menino, você não acredita. Quase que eu morri”, aí a primeira expressão sua, a primeira coisa visual sua é o pânico, né? “Fulana, como assim? Que medo! Por que você não sai dessa vida, você tem que sair, tem que se proteger! Isso e aquilo...”

então soa já, né, como um julgamento, né. É fácil sair, né? Você acha que eu queria ter passado por isso? Aí se eu chego numa expressão assim! “Vou te contar! Foi isso, menino, foi babado! E foi isso, rolamo pra cá, rolamo pra lá!”, então você aceita mais fácil, acaba dando até risada! Você não vai ficar em pânico, você não vai achar triste isso. E aí passa pela gente como se tipo assim... “Aí, ela louca, eu não teria coragem de fazer isso que você faz”, então daí o ego da pessoa fica mais pra cima... “Aí, é pra poucas!” (Paula)

Esse mesmo mecanismo citado por Paula também foi observado por Silva (2007). Em sua pesquisa com travestis que trabalhavam na Lapa, no Rio de Janeiro, ele percebeu que as vivências dramáticas eram frequentemente envoltas pelo silêncio e pelo esquecimento. O autor interpreta essa tendência como uma espécie de anestesia, que permite às travestis viverem em um universo permeado por conflitos, mas com certo orgulho de não demonstrarem vulnerabilidade diante de situações negativas. “A experiência traumática só é rememorada através do cômico. O trágico se apaga” (p. 123).

4.10 PENSANDO NOVAS POSSIBILIDADES

Um questionamento levantado ao longo das entrevistas foi a opinião das participantes a respeito de políticas e ações que poderiam favorecer o acesso e a promoção da saúde mental entre travestis e mulheres transexuais que atuam como profissionais do sexo.

Paula questionou a forma como eram implementadas as ações — tanto pelo poder público quanto por ONGs — voltadas para essa população. Segundo ela, as medidas adotadas priorizavam ações como a prevenção de ISTs e a distribuição de preservativos, em detrimento de outras iniciativas que poderiam oferecer novas possibilidades, como campanhas de empregabilidade realizadas diretamente nas ruas. Paula associou essa abordagem a uma visão limitada, que reduzia travestis e transexuais à sexualidade, deixando outros aspectos de sua saúde em segundo plano. Além disso, ela destacou a necessidade de cuidados voltados para o fortalecimento da saúde mental, considerando esse aspecto essencial para ajudar a encontrarem espaços onde sejam menos vulnerabilizadas.

Acho que as ações que hoje a gente percebe, assim, na rua, dentro do comércio sexual, que o poder público nos oferece... é, se bem que não é nem do poder público, né. São pessoas de instituições ou ONGs, por exemplo a ATS ou algum outro, é sair na rua distribuindo camisinha, como se a gente fosse sujeita, tipo: “Já que você está aí, então você se previna, você se cuide”, “Se você está com hiv você não mate mais ninguém, se você não tá você não pegue”... é uma coisa, bem assim, é... específica, né? “Ou você fica nesse potinho aí ou não tem outra oportunidade pra você, não tem outra coisa”. Eu acho que falta dentro do mercado sexual ações diretas, sabe? Hoje temos vagas para mulheres trans na cidade de Sorocaba, né,

nas empresas, em indústrias, fábricas, essas coisas... o poder público não vai na rua oferecer uma vaga para você, né? Para mulheres trans. “Ah, tem que ter interesse, precisa não sei o que..”, não, mas se tivesse um projeto, né, alguma coisa do CAPS, CRAS pra tirar essas pessoas da rua, pra tirar desse estado de vulnerabilidade, já sair com emprego, eu acho que as pessoas teriam expectativa de vida melhor, né? Do que... a pessoa não tá bem emocionalmente, e ela vai sair pra ficar tentando um serviço? Ninguém vai querer ficar tentando um serviço, é incerto, né? Não tem estabilidade. Mas igual ela sair e for direto para o serviço, é uma coisa a mais, né? Então eu acho que falta ações públicas realmente que sejam direcionadas mesmo pra elas, sabe? Mas o que a gente só vê voltado pra... que ainda se tem sequela da peste, da aids, né, da “doença dos gays” é só o hiv. É só o sexo. Então, a gente percebe que no final de tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, nós ainda somos vistas apenas como corpos que se relacionam sexualmente, então... aí você percebe que no final de tudo, como que a pessoa vai começar, ver um pouco de romantismo, acreditar nesse lado bom da vida, né? Por que a sociedade não dá essa oportunidade. (Paula)

Além disso, Paula comentou sobre a necessidade de ações que reconheçam travestis e transexuais que atuam como profissionais do sexo como seres humanos, com abordagens mais afetivas e acolhedoras. Em sua fala, nota-se que ela associou diretamente a saúde mental à saída do trabalho sexual, ao qual se referiu como um *mundo frio*.

Ações de CRAS, CREAS, saúde, né? Se fosse assim uma coisa mais íntima com ela, à noite. E que não fosse só “Ai, tá tomando o seu coquetel? Ai, tá usando camisinha? Ai, você tem que parar de usar droga.” Não! Uma coisa mais afetiva, que é o que precisa, né. Uma coisa mais carinhosa, uma coisa que a pessoa precise entender que existe um lado humano em todo mundo, né, que as pessoas ainda tratam elas como seres humanos, né? [,,] Então, precisa inserir, e essas mulheres entenderem que as mulheres trans elas podem participar da sociedade de outra forma. Elas podem sair desse mundo frio, desse mundo, é... que elas têm que estar sempre blindadas e vir com a sociedade mais sossegada, mais tranquila. (Paula)

De forma semelhante, Valentina também relacionou a questão da saúde mental à possibilidade de empregabilidade e acesso à educação. O aumento de vagas para travestis e mulheres trans seria uma forma de transformar a atual realidade, na qual apenas algumas conseguem emprego e, muitas vezes, são as únicas pessoas não cisgênero em um estabelecimento. Valentina acreditava que esse movimento, de pessoas trans ocupando espaços, era uma maneira de normalizar sua presença em outros setores da sociedade.

Eu penso que mais trabalho e mais cursos, eu acredito que mais estudos, entendeu? Tipo assim, mais oportunidade de trabalho e mais oportunidade de estudo, sabe? Mais espaço. Porque aí não... nada. Tipo, às vezes, numa empresa, pelo menos, uma mulher trans, ela tem que ser contratada. Isso sendo lei, entendeu? Eu não acho. Eu acho que, tipo assim, aí, é até encaixar isso, até colocar isso na cabeça de todo mundo, entendeu? Ai, vamos lá, obrigar, tipo, a cada... a cada empresa serem pelo menos... quatro, cinco mulheres trans, principalmente em cidade grande, entendeu? É obrigatório ter umas quatro, cinco lá. Tá entendendo? Eu acho que seria super... nossa, aí sim, porque daí, isso fica automático na cabeça de todo mundo, entendeu?

Aí, automaticamente, também a sociedade, as pessoas ali, o meio social, né. Daquele... daqueles lugares, tipo, já vira aquela coisa normal, entendeu? Então, acho que seria legal para todo mundo isso, ainda mais inclusão social de escola, escola, né? Inclusão social de escola, de faculdade. Porque assim, ai, você vai falar para mim, é... tá, a gente vai ver aquela faculdade, quantas mulheres trans têm lá naquela faculdade? Quantos homens trans têm lá naquela faculdade? Entendeu? Tipo assim, aí, é uma bolsa, vamos lá, dar uma bolsa que é que a trans só ajude com o custo ali, simbólico, vai vivendo, mas que pelo menos estude, faça alguma coisa. Eu tenho certeza que ia afastar muita gente da rua. E do meio da prostituição, né? (Valentina)

Quando a questioneei sobre a relação entre saúde mental e empregabilidade, ela respondeu afirmativamente, argumentando que as problemáticas presentes nesse contexto eram vinculadas à falta de oportunidades que travestis e mulheres transexuais enfrentam ao longo da vida. Valentina destacou que elas são frequentemente reduzidas a objetos de desejo e fetichização, enquanto outras possibilidades de futuro, que escapam desse padrão, lhes eram negadas.

Ah, com certeza, né? Sim. E isso não é de hoje, né, amigo? Antes era mais, mas, hoje em dia, tá bem suave em relação ao que era antes. Nossa Senhora. Totalmente. Porque, na verdade, você sabe que... é... esse meio trans, na verdade, ele só é o sujo, assim, aos olhos de muita gente, porque, na verdade, uma travesti, vamos dizer assim, uma mulher de trans, é uma pessoa que tá ali sem futuro, entendeu? Que sempre só vai servir para estar ali numa esquina, para realizar fetiche, para realizar desejo.

Isabela, por sua vez, destacou a importância da divulgação dos serviços de saúde mental disponíveis para essa população como uma forma de democratizar o acesso, tanto na esfera pública quanto na privada. Em sua opinião, devido à falta de conhecimento sobre como acessar esses recursos, muitas travestis e transexuais só iniciam tratamentos voltados para a saúde mental quando já se encontram em um estado de maior fragilidade, sofrimento que poderia ter sido evitado caso o contato com os serviços tivesse sido estabelecido anteriormente.

Eu acho que é muito de... eu acho que divulgar mais para essas pessoas, né. Chegar até essas pessoas como acessar esses tipos de tratamento, seja no SUS, seja voluntário, ou para quem tem plano de saúde, como você acessar isso no plano também. Eu acho que é muito isso, assim, essa informação de como você acessar e a pessoa saber ali que ela pode ir atrás disso e ter esse atendimento e conseguir ficar bem. Eu acho que é muito isto, assim, eu acho que é de você democratizar através desse acesso, mas divulgando mais esse acesso, né. Porque, às vezes, é uma coisa que as pessoas não procuram, assim, ou quando elas procuram, elas estão num estado já muito assim avançado, grave assim, né? Com problema muito grave, muito grave já tipo, que poderia não ter chegado a esse ponto se a tivesse já fazendo a terapia, porque tem que fazer mesmo assim, porque é bom todo mundo fazer, né. Porque é algo importante. Então eu acho que é muito isso, de você divulgar esse acesso. (Isabela)

Mia destacou a necessidade da criação de um número de emergência para que profissionais do sexo possam ligar em situações de perigo e receber auxílio imediato, considerando que, muitas vezes, não obteve uma resposta adequada da polícia. Ela também ressaltou a importância da ampliação de espaços que possibilitem o acesso a serviços de saúde mental, como atendimentos psicológicos e psiquiátricos, frequentemente inacessíveis devido aos altos custos. Além disso, enfatizou a necessidade de um olhar mais acolhedor e cuidadoso para essa população.

Então, eu acredito que se as ONGs criassem mais canais de telecomunicação para quando, por exemplo, assim, acontecer algo na rua, né, que muitas vezes a gente tá na rua, a gente passa por alguns perigos assim que não tem como somente ligar pra polícia e “Ah, socorro”, sabe? Tem que ser algo que seja um atendimento um pouco mais rápido, mais expresso assim, sabe? para ajudar as meninas na rua (...) A questão também de criar mais grupos, algo que, vamos assim dizer, não um atendimento especializado, mas algo que trabalhe mais a saúde mental, ter mais, por exemplo, psicólogos que que ajudem nessa questão, porque não vai ser todo mundo que vai ter oportunidade de pagar, né, um psicólogo, um psiquiatra, porque os efeitos deixados pela rua na nossa cabeça são enormes, né? Parece que não, mas sim, é deixado vários destroços. (...) Então, acho que, se o governo, se as pessoas se unissem mais e tivesse mais esse olhar de carinho, de cuidado, para que ajudasse no pós, sabe, nas meninas que não fazem mais isso, que fica essas coisas na nossa cabeça, sabe? Nossa, a gente pode andar mais na rua que vai morrer, entendeu? (Mia)

Rafaela, em sua fala, foi além de discutir apenas ações voltadas diretamente para o cuidado com a saúde mental, abordando também outros fatores sociais que agravam esse aspecto da vida de travestis e mulheres transexuais inseridas no trabalho sexual. O primeiro ponto destacado por ela foi a questão do nome social que, embora garantido por políticas públicas, muitas vezes não é respeitado ou sequer compreendido em diversos espaços. Rafaela apontou que o desrespeito ao uso do nome social é um fator que contribuiria para a desestabilização emocional.

Bom, eu tenho várias críticas, assim. Primeiro, eu acho que a política do nome social, mesmo tendo decretos, (...) eu acho que o nome social não ajuda no fortalecimento como ele tá entendido pela sociedade ainda em 2025, porque ainda a gente vê que pessoas confundem nome social com apelido, a gente vê que pessoas se negam a ofertar, eu digo institucionalmente, né? (...) Eu acho que isso desestabiliza muito. Eu acho que é um dos principais fatores de desestabilização emocional da gente. (Rafaela)

Ela também fez apontamentos sobre a regulamentação da prostituição. Embora tenha reconhecido que seja um avanço para as profissionais do sexo que optam por permanecer nessa área, destacou que, para ela, o processo de saída desse contexto foi extremamente difícil. Além disso, ressaltou que sentia apreensão diante da possibilidade de ser obrigada a

retornar, caso enfrentasse dificuldades em seu atual emprego. Por isso, disse considerar essencial a implementação de políticas mais integrativas, especialmente no que diz respeito à educação e à permanência de travestis e pessoas trans nesses espaços, assim como políticas de cotas em universidades, no mercado de trabalho e em concursos públicos.

Outra coisa, pensando na política, eu acho que assim, eu discordo dessa coisa que a prostituição é “Ai, lacradora”, “Ok, vamos regularizar a prostituição” Ok, acho que é um movimento válido a regularização para quem optar em continuar na prostituição, mas, como fiz esse processo de saída e demorei muito tempo para conseguir sair disso e vivo assombrada pelo fato de qualquer coisa que dê errada ter que voltar para esse lugar, eu acho que não, assim, eu acho que faltam políticas mais integrativas. Tipo, a questão da educação, o acesso da educação de base, o acesso e a permanência da educação de base, a do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, como forma de mudança, né, das estratégias mesmo de vida. Penso também na questão das cotas, né, para as pessoas trans no mercado formal de trabalho, nos concursos públicos. (Rafaela)

Rafaela também defendeu a implementação de outras formas de políticas públicas e ações por parte de ONGs, como a criação de casas de acolhimento para pessoas LGBTQ+ ou, especificamente, para pessoas trans — com foco especial no acolhimento de travestis e pessoas trans em situação de velhice, que não conseguem obter renda por meio do trabalho sexual nem se inserir no mercado formal de trabalho. Assim como Isabela, Rafaela destacou a falta de conhecimento e de divulgação sobre o acesso a direitos e serviços, afirmou ser necessário que a sociedade enxergasse a realidade dessas populações como ela realmente era.

Penso também em políticas de ONGs, por exemplo, a gente não tem uma casa de acolhimento LGBTQ e, quiçá, uma casa de acolhimento específico para trans. A gente não tem casa de acolhimento para pessoas trans que envelheceram e já não podem mais se prostituir, não conseguem ser inseridas mais na questão mercado formal de trabalho, não conseguem comprar o próprio pão, né, porque já não estão mais em situação de prostituição e esses corpos já não são bem aceitos na prostituição também. Eu acho que o principal disso, eu penso que as pessoas poderiam ver a nossa realidade como ela é, sabe? Eu sinto ainda muita lacração, muita desinformação, muita falta de acesso às informações, acesso seus direitos... (Rafaela)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com os avanços nas garantias de direitos para travestis e transexuais, é possível observar que, socialmente, ainda há uma grande discrepância quando comparamos os dados relativos às condições de vida deste segmento com os da população em geral. Nesse sentido, percebe-se uma diferença alarmante na expectativa de vida: conforme o IBGE (2024), a expectativa de vida dos homens é de 73,1 anos e a das mulheres, 79,7 anos, enquanto a de travestis e transexuais é de apenas 35 anos (ANTRA, 2019).

Marcadas por um processo colonial que impôs à diversidade sexual e de gênero uma profunda exclusão e subalternização, travestis e mulheres transexuais foram historicamente relegadas às margens da sociedade. Ao longo do tempo, os movimentos militantes, iniciados pelas próprias travestis, conquistaram avanços significativos em termos de direitos, especialmente no acesso à saúde e na melhoria das condições de vida. Atualmente, com movimentos potentes como o transfeminismo, observa-se um esforço para retirar essa população da posição de subalternidade, evidenciando que travestis e transexuais também são produtores de conhecimento e não apenas objetos de estudos científicos que lhes negam voz e agência.

A área dos saberes psi e da saúde mental desempenhou um papel importante no processo de subalternização dessa população. Por meio da Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise, diversas nomenclaturas e terminologias patologizantes foram utilizadas nos estudos sobre travestis e transexuais, muitas vezes com o objetivo de “corrigir” ou “revertê-las” para um ideal cisheteronormativo. De forma similar, o trabalho sexual foi alvo de interpretações que o classificavam como patologia ou desvio de caráter, retratando as profissionais do sexo como desviantes das normas sexuais impostas. Em ambos os casos, eram frequentemente sujeitas à condenação pelas instâncias jurídicas ou à internação compulsória promovida pela Medicina.

Somente em tempos recentes a Psicologia passou a atuar de forma crítica na compreensão dessas vivências, buscando oferecer uma escuta genuína que considera os determinantes sociais da saúde mental, em vez de simplesmente produzir diagnósticos. Mesmo que a formação de profissionais em questões relacionadas à saúde mental dessa população ainda apresente falhas, observa-se uma legítima tentativa de repensar as práticas opressivas reproduzidas pela Psicologia.

Dessa forma, esta pesquisa se ancorou na perspectiva de uma Psicologia crítica, interessada em compreender o sofrimento psíquico sem promover patologizações. Assim, o objetivo deste trabalho foi compreender os possíveis efeitos que o trabalho sexual pode causar na saúde mental de travestis e mulheres transexuais e, conseqüentemente, analisar o contexto da prostituição, as relações de poder que permeiam essa profissão e as principais demandas dessa população na área da saúde mental no contexto do trabalho sexual.

Sendo uma pesquisa qualitativa, utilizou-se a técnica de amostragem bola de neve, encontrando informantes primários em movimentos de militância e, posteriormente, pedindo indicações de outras pessoas que poderiam participar da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Com base no método de análise de entrevistas proposto

por Michelat (1982), as transcrições foram lidas repetidamente no processo de impregnação, o que permitiu gerar interpretações e identificar o material latente no manifesto. Em seguida, elementos recorrentes nas entrevistas foram separados em temas, possibilitando uma análise mais aprofundada e uma comparação com a literatura previamente existente.

As participantes relataram, de fato, efeitos negativos relacionados ao trabalho sexual, especialmente quando questionadas sobre suas percepções acerca de sua saúde mental. Elas descreveram a necessidade de abandonar idealizações que tinham antes de ingressar nesse meio, além de relatarem a construção de uma "blindagem" emocional que as tornariam mais rígidas diante do sofrimento vivenciado. Também mencionaram medos e ansiedades relacionados às relações interpessoais e à questão financeira, com momentos em que agem de forma agressiva como mecanismo de sobrevivência.

O corpo também sofreria alterações devido à vivência no trabalho sexual, como mudanças no padrão de sono, sensação de anestesia e adaptações na rotina para o período noturno. Da mesma forma, foi relatado o uso prejudicial de substâncias, frequentemente incentivado pelos clientes e associado ao sexo químico. Além disso, elas mencionaram uma sensação de solidão e a ausência de suporte social, inclusive entre elas mesmas, onde falar sobre os sofrimentos é muitas vezes visto como sinal de fraqueza. A inserção no mercado de trabalho formal também se mostra uma fonte de sofrimento, devido à discriminação e à solidão enfrentadas nesse ambiente.

Por outro lado, também foram identificados fatores que promovem a saúde mental. Apesar dos conflitos e competições, existe uma sensação de pertencimento em grupo, que se manifesta em redes de apoio criadas diante de perigos comuns. Nesse contexto, formam-se amizades e relações significativas, com o uso de psicoativos, em algumas ocasiões, funcionando como forma de socialização. Estratégias para mitigar perigos e estresses também são planejadas, como o uso de redes sociais, a comunicação por meio do Pajubá e o humor.

As entrevistadas também apresentaram ideias sobre o que poderia ser feito para promover a saúde mental entre elas. Elas criticaram o modo como as políticas governamentais e as ONGs atualmente atuam, focando exclusivamente na saúde sexual e negligenciando outros aspectos. Enfatizaram a necessidade de acolhimentos mais humanizados e acessíveis, de serviços específicos, como casas de acolhimento, e de uma melhor divulgação dos serviços de saúde mental já existentes.

Embora a pesquisa tenha trazido dados relevantes para o debate, é importante considerar novos estudos para ampliar a discussão. Por exemplo, ao focar em travestis e mulheres transexuais, o estudo não incluiu pessoas transmasculinas que estão inseridos na

prostituição, o que poderia gerar informações valiosas para os estudos sobre saúde mental. Da mesma forma, ao selecionar como principal fonte pessoas que participam da militância ou têm algum tipo de contato com movimentos sociais, o estudo deixou de alcançar pessoas que não fazem parte desses movimentos e que podem ter experiências distintas, evidenciando a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

Quando falamos de saúde, estamos falando sobre vida. Ainda que a sombra da morte esteja tão presente nessas vivências, a vida se sobressai, como uma planta que rompe a fiação do asfalto. Nas palavras da travesti e cantora Ayó Tupinambá, na música *Ancestravas* (2023): *"Nossa vingança é permanecermos vivas e acreditarmos, com esperança, que nossas vidas sejam vividas em abundância. Vida em abundância."*

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Nicolas; FERRAZ, Miriam Olivia Knopik; VILLATORE, Marco Antônio César. O TRABALHO DA PESSOA TRANSGÊNERA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE IGUALDADE LABORAL ALCANCES E POSSIBILIDADES. **Revista Direito E Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Angelo, v. 20, ed. 37, p. 47-66, 2020. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/28>. Acesso em: 4 ago. 2024.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 113 p. ISBN 978-85-98349-69-5.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- AFONSO, Mariana Luciano. **Um silêncio a cada esquina**: Representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da "profissão". 1. ed. Porto Alegre: Luminária Academia, 2017. 242 p. ISBN 9780-85-5996-320-5.
- ANTRA. **Dossiê**: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Distrito Drag, 2022. 144 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 323-340.
- FERRANDO, Francesca. Pós-humanismo, transhumanismo, anti-humano, meta-humanismo e novos materialismos. **Revista Filosofia**, Aurora, Curitiba, v. 31, n. 54 p.958-971. Set/dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/24707/23842>
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes. **Revista Leitura**, [S. l.], n. 69, p. 55–68, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202169.55-68. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9689>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- BARRETO, Letícia Cardoso, MAYORGA, Claudia. Gabriela Leite – histórias de uma puta feminista. In: MESSEDER, Suely, CASTRO, Mary Garcia, MOUTINHO, Laura, orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 287-307. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-16.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.
- BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: O corpo e o gênero das travestis. Orientador: Ondina Fachel Leal. 2000. 141 p. Monografia (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BERKINS, Lohana. **El derecho absoluto sobre nuestros cuerpos**. Revista América Libre, Buenos Aires, n. 18, dezembro 2000.

BONATO, Fernanda Cabral; MUSSI, Adriane; VALENTINI, Thaís; NUNES, Thamirys Nardini; ASSUNÇÃO, Thais Ferreira Assis; CORREIO, Grazielle Tagliamento. Estarão as (os/es) Profissionais da Psicologia Preparadas (os/es) para o Atendimento de Pessoas Trans?. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 21, p. 1-21, 2021. DOI <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13170>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13170/pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BRAIDOTTI, Rosi. **The Posthuman**. Cambridge: Polity, 2013. 229 p. ISBN 978-0745641584.

BRITO, Rafaella Medeiros de Mattos; GERMANO, Idilva Maria Pires. Terapia narrativa e abordagem colaborativa: contribuições do construcionismo social para a clínica pós-moderna. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 22, n. 47, p. 57-73, 2013. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/7> Acesso em: 22 jul. 2020.

BOSI, Maria Lucia Magalhães; MELO, Anna Karynne da Silva; CARVALHO, Liliane Brandão; XIMENES, Veronica Moraes; GODOY, Maria Gabriela Curubeto. Determinantes sociais em saúde (mental): analisando uma experiência não governamental sob a ótica de atores implicados. **Rev. bras. epidemiol.** 17 (Supl 2), 2014. p.126-135.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luta?. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2015.

_____, Judith. **Vida Precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CANNONE, Lara Araújo Roseira. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicol., Ciênc. Prof.**, São Paulo, v. 3, n. 39, p. 21- 34, 2019.

CASCALHEIRA, Cory Jacob; CHOI, Na-Yeun. Transgender Dehumanization and Mental Health: Microaggressions, Sexual Objectification, and Shame. **The Counseling Psychologist**, Thousand Oaks, v. 51, n. 4, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00110000231156161>. Acesso em: 2 dez. 2024.

CAVALCANTI, Céu. Patologizações, autodeterminações e fúrias: uma breve carta de amor. In: AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel K, dos; SOUSA, Ematuir T. de (orgs). **Psicologia, travestilidades e transexualidades**: compromissos ético- políticos da despatologização. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019.

CNN BRASIL. Cantora trans é encontrada decapitada e com pés e mãos amarrados em Mato Grosso. **CNN Brasil**, 10 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cantora-trans-e-encontrada-decapitada-e-com-pes-e-maos-amarrados-em-mato-grosso/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CÔRREA, Thara Wells. **Os sentidos do envelhecimento**: mulheres transexuais e travestis na cidade de Sorocaba-SP. Orientador: Kelen Cristina Leite. 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Condição Humana) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024.

Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/19853/WELLS%2C%20Thara.%202024.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 dez. 2024.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 158 p. ISBN 9788524923463.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 208 p. ISBN 6587113370.

ELIAN, Isabella Tymburibá; BARBOSA, Niúra Ferreira e. TOMBOY e MA VIE EN ROSE: cinema, gênero, sexualidade e educação. **Temporis[ação]**, Cidade de Goiás, v. 15, n. 1, p. 30–44, 2015. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/3842>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ENGEL, Magali Gouveia. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense. 1989.

ESTADÃO. Travesti é morto a pauladas em Sorocaba. **O Estado de S. Paulo**, 18 jul. 2002. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/travesti-e-morto-a-pauladas-em-sorocaba/?srsltid=AfmBOoqQYSIxc8GDpNkPivvZxjQw7hhAS-7KqlJlLqaB7ntyao9hrwe7>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FAVERO, Sofia Ricardo; MACHADO, Paula Sandrine. DIAGNÓSTICOS BENEVOLENTES NA INFÂNCIA: CRIANÇAS TRANS E A SUPOSTA NECESSIDADE DE UM TRATAMENTO PRECOCE. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 102–126, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.40481. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/40481>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FERREIRA, Fábio Alves. Subalternidade nas sociologias brasileira e indiana: um estudo comparativo da obra de Jessé Souza e Gayatri Spivak. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 7 (15): 273-290, setembro a dezembro de 2020

FERREIRA, C. (2012). Imprensa Homossexual: surge o Lampião da Esquina. **Revista Alterjor**, 1(1), 1-13. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88195> Acesso: 29 jul. 2024

FIGUEIREDO, Carlos da Silva Vinícius. Estudos Subalternos: uma introdução. **Raídos**, Dourados, v. 4, n. 7, p. 83-92, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/619>. Acesso em: 4 jul. 2024.

FIGUERÊDO, Marianna Lima de Rolemborg, DELEVATI, Dalnei Minuzzi, TAVARES, Marcelo Góes. (2014). ENTRE LOUCOS E MANICÔMIOS: HISTÓRIA DA LOUCURA E A REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas**

E Sociais - UNIT - ALAGOAS, 2(2), 121–136. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1797>

FIORENTINO, Cristina de Oliveira. "**Bichas tu tens na barriga, eu sou mulher...**": Etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Orientador: Hélio R. S. Silva. 1998. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 408 p. ISBN 9788536317113.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 295 p.

_____, Michael. **História da sexualidade: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 151 p. v. 1.

G1 BA e TV São Francisco. Mulher trans é encontrada morta na Bahia; polícia investiga suspeita de apedrejamento. **G1**, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/12/16/mulher-trans-e-encontrada-morta-na-bahia.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2025.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. Homem é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: 'Era um demônio'. **G1**, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2025.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. O cuidado do corpo entre travestis de baixa renda. **Sexualidades**: Uma série monográfica sobre sexualidades latino-americanas e caribenhas, Nova York, n. 2, p. 3-17, 2008.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Diversidade Sexual, Situação de Rua, Vivências Nômades e Contextos de Vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas em Psicologia**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 1035-1049, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751772015.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

GIORGETTI, Raffaele; TAGLIABRACCI, Adriano; SCHIFANO, Fabrizio; ZAAMI, Simona; MARINELLI, Enrico; BUSARDÒ, Francesco Paolo. When "Chems" Meet Sex: A Rising Phenomenon Called "ChemSex". **Current Neuropharmacology**, Sharjah, v. 15, p. 762 - 770, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27855594/>. Acesso em: 4 ago. 2024.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2008. cap.3, p.103-133.

HARAWAY, Donna. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A. **Cultural Studies**. Nova York: Routledge, 1992. cap. 18, p. 295-337.

_____, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em:

https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em: 25 nov. 2024.

_____, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HERDT, Gilbert. **Third sex, Third gender**: Beyond sexual dimorphism in Culture and History. Nova York: Zone Books, 1996. 634 p. ISBN 978-0942299823.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Tábuas Completas de Mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de; MICHA BELDEN, C.; V. HUYNH, Hy; MALTA, Monica; LEGRAND, Sara; GOPALA KRISHNA KAZA, Venkata; WHETTEN, Kathryn. Mental health and challenges of transgender women: a qualitative study in Brazil and India. **INTERNATIONAL JOURNAL OF TRANSGENDERISM**, United States, v. 21, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34993520/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

_____, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**: A revista de história do tempo presente, [s. l.], v. 16, p. 101-123, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assasinos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio. Acesso em: 10 dez. 2024.

_____, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/41817>. Acesso em: 30 jan. 2024.

JUNIOR, Amauri Krizizanowski; ZAMPIERI, Natalia Teodorovicz; BITTENCOURT, Ramon Maia; TAGLIAMENTO, Grazielle; SILVA, Andreza Cristina da. Acesso ao mercado de trabalho formal: desigualdades de gênero entre mulheres e homens trans. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, ed. 46, p. 197-211, 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12142/9361>. Acesso em: 4 ago. 2024.

KALRA, Gurvinder. Hijras: the unique transgender culture of India. **International Journal of Culture and Mental Health**, Londres, v. 5, n. 2, p. 121-126, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17542863.2011.570915>. Acesso em: 5 jul. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p. ISBN 9788535932416.

_____, Ailton. **A vida não é útil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 128 p. ISBN 8535933697.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário de Psicanálise**. 2. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 552 p. ISBN 85-336-0076-3.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. São Paulo: Papirus, 2003. 240 p. ISBN 85-308-0724-3.

LESSA, Luma; NÚÑEZ, Geni. Luta e pensamento anticolonial: Uma entrevista com Geni Núñez. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 38-57, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3482/2967>. Acesso em: 3 dez. 2024.

MACK da Silva Campis, Clarisse. MACENA de Araújo, Jailson Indignidade e necrotransfobia: a prostituição compulsória de mulheres trans e travestis como degradação do direito fundamental ao trabalho. **(Des)troços: revista de pensamento radical**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. e48638, 2024. DOI: 10.53981/destroos.v4i2.48638. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrococ/article/view/48638>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p. ISBN 978-85-6694-350-4.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. 4. ed. São Paulo: Polis, 1982. cap. 4, p. 191-211.

MOIRA, Amara et al. Experiência travesti: conversa com Amara Moira sobre lutas, visibilidade e comunidade trans. **Esferas**, Universidade Católica de Brasília, ano 13, v. 2, n. 27, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14723>. Acesso em: 6 jan. 2025.

NASCIMENTO, Letícia. Eu não vou morrer: Solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **INTER-LEGERE**, Natal, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21581/13152>. Acesso em: 2 dez. 2024.

_____, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 191 p.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **CLIMACOM CULTURA CIENTÍFICA: PESQUISA, JORNALISMO E ARTE**, Campinas, ano 8, n. 21, p. 01-08, 2013. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2021/12/GENI.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

O LUGAR. O antídoto para a monocultura — Geni Nuñez. [S. l.]: YouTube, [7 de março de 2022]. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uaQ4RK6dQIM>. Acesso em: 3 fev. 2025.

OLIVEIRA, Daniel Amâncio de. **Em razão de sua raça**: Os impactos psicossociais das desqualificações de masculinidades negras. Orientador: Marcos Roberto Vieira Garcia. 2025. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Condição Humana) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/19833>. Acesso em: 16 dez. 2024.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Da celebração ao esquecimento: gêneros e sexualidade transgressor na arte tradicional africana e na arte egípcia. **Revista Práticas de Linguagem**, Juíz de Fora, v. 11, p. 157-172, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/praticasdelinguagem/article/view/37005>. Acesso em: 5 jul. 2024.

_____, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 157–178, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/69857/36259>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das travestilidades**: itinerários, dilemas e perspectivas de investigação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 126 p.

PINTO, Thiago Pestana et al. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, ed. 7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/CqPcZNpvnzwwsRfHbtLj4fM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2025.

PREBLE, Kathleen; MAGRUDER, Karen; CIMINO, Andrea N. “It’s like Being na Electrician, You’re Gonna Get Shocked”: Differences in the Perceived Risks of Indoor and Outdoor Sex Work and Its Impact on Exiting. **Victims & Offenders**, Nova York, v. 14, p. 625-646, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15564886.2019.1630043>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PURI, Nitasha; SHANNON, Kate; NGUYEN, Paul; GOLDENBERG, Shira M. Burden and correlates of mental health diagnoses among sex workers in an urban setting. **BMC Women's Health**, Berlim, v. 268, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-017-0491-y>. Acesso em: 23 jan. 2024.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 322 p.

REDDY, Gayatri. **With Respect to Sex**: Negotiating Hijra Identity in South India. Chicago: The university of chicago press, 2005. 312 p.

RIVERA, Sophia. A Solidão de mulheres trans e travestis não é apenas sobre afetividade. **Medium**, 2020a. Disponível em: <https://medium.com/@sophiariveracs/a-solid%C3%A3o-de-mulheres-trans-e-travestis-n%C3%A3o-%C3%A9-apanas-sobre-afetividade-b81e50d1b02d>. Acesso em: 31 jul. 2020

ROBERTO, Anderson Marques. Apontamentos sobre uma História da travestilidade: costume, perversão, arte e identidade. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 39, 2021. DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.36907. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/36907>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. **Saúde Social**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 554-565, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zmX8XtgK9fXwz3dsRzxXTXx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2024.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Ed. Rosa dos Tempos, 1998.

ROBINSON, Margaret. Two-Spirit Identity in a Time of Gender Fluidity. **Journal of Homosexuality**, Philadelphia, v. 67, n. 12, p. 1675-1690, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00918369.2019.1613853>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ROCHA, Rita Martins Godoy; PEREIRA, Débora Letícia; DIAS, Thaísa Magna. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. **Saúde Soc.** São Paulo, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 554-565, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zmX8XtgK9fXwz3dsRzxXTXx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2024.

RÖSSLER, Wülf; KOCH, Uwe; LAUBER, Christoph; HASS, Anna-Katharina; ALTWEGG, Martina; AJDACIC-GROSS, Vladeta; LANDOLT, Karin. The mental health of female sex workers. **ACTA PSYCHIATRICA SCANDINAVICA**, Nova Jersey, p. 1-10, 2010. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=11e61505f3f5332ec1274ab442fee2ee74f172>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SALES, Adriana, LOPES, Herbert de Proença, PERES, William Siqueira (2016). Despatologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos. **Revista Periódicus**, 1(5), 56–72. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17176>

_____, Adriana. Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 6. ed. Curitiba: CRV, 2019. 242 p.

SANTOS, Paulo Reis dos. Inclinações, erotismo, pederastia e práticas masturbatórias: uma análise dos prontuários clínicos dos campineiros internados no Sanatório Pinel na década de 1930. Campinas: Maringá, 2015. 250 p. ISBN 8530004884.

SILVA, Guilherme Bertassoni da; HOLANDA, Adriano Furtado. Primórdios da assistência em saúde mental no Brasil (1841-1930). **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 27, p. 127-142, 25 abr. 2025. Disponível em:

[https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/download/6512/4095/21668#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20aten%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0,Pedro%20Segundo%E2%80%9D%20\(Decreto%20n. Acesso em: 25 out. 2024.](https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/download/6512/4095/21668#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20da%20aten%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0,Pedro%20Segundo%E2%80%9D%20(Decreto%20n. Acesso em: 25 out. 2024.)

SILVA, Glauber Weder dos Santos. **Existências dissidentes e apagamentos**: fatores associados à ideação suicida em pessoas transgênero. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Enfermagem, Programa de Pós- Graduação em Enfermagem. Natal, RN, 2016. 95 f.

SILVA, Marília Rodrigues da. Refigurando monstros: a perspectiva parcial de Donna Haraway como crítica da ciência. Orientador: Fabíola Rohden. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/410/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Refigurando_monstros_-_a_perspectiva_parcial_de_Donna_Haraway_como_cr%C3%ADtica_da_ci%C3%A2ncia.pdf f. Acesso em: 1 abr. 2025.

SILVA, Hélio R. S. *Travestis: Entre o espelho e a rua*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. 213 p. ISBN 9788532521538.

SILVA, Roni Robson da *et al.* Os impactos do Chemsex na saúde pública mundial: um estudo sobre uma perigosa prática sexual entre homens. *Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 9, n. 51, p. 1920-1925, 2019. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/download/177/171>. Acesso em: 2 dez. 2024.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador: EDUFBA, 2023. 337 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2003. 240 p. ISBN 8575550055.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 6. ed. Philadelphia: UFMG, 2023. 174 p.

TRANQUILIN-SILVA, Josefina de Fatima. Corpos e belezas trans invadem a cidade: brechas desejanter de corpografias. **Antropologia da UFSCAR**, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 214-232, jun/dez 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a37e/80ba17be3f1961235eb7af6399f86e30fb1e.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

TRELOAR, Carla; STARDUST, Zahra; CAMA, Elena; KIM, Jules. Rethinking the relationship between sex work, mental health and stigma:: a qualitative study of sex workers in Australia. **Social Science & Medicine**, Amsterdam, v. 268, p. 1-8, 2021. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953620306870>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WIJERS, M. Delincuente, víctima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución. In: OSBORNE, R. (Org.). **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 209–221.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 144 p. ISBN 978-6559280148.

ZUCCHI, Eliana Miura et al. (2019) Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública** 35 (3).

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

**OS POSSÍVEIS EFEITOS DO TRABALHO SEXUAL NA SAÚDE MENTAL DE
TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS**

Eu, Victor Stefaniszen, estudante do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar a convido a participar da pesquisa “Os possíveis efeitos do trabalho sexual na saúde de travestis e mulheres transexuais” orientada pelo Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia.

Por muito tempo, a Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise voltaram-se para pessoas que não correspondiam à norma de gênero num intuito de criar diagnósticos, consequentemente, criando um cenário de patologização dessas identidades. Em tempos mais recentes e com uma visão crítica sobre o assunto, busca-se a compreensão dos determinantes sociais que causam o sofrimento psíquicos das minorias sociais. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das mulheres com essas identidades encontram no trabalho sexual sua principal fonte de renda. Mesmo com esse número extremamente elevado, existem poucos estudos que se debruçam sobre a questão da saúde mental da população travesti e transexual que exerçam o trabalho sexual.

Você foi selecionada por trabalhar ou ter trabalhado por pelo menos um ano como profissional do sexo na cidade de Sorocaba/SP, cidade onde o estudo será realizado, e por se identificar como mulher transexual ou travesti. Você será convidada a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem a saúde mental dentro do contexto do trabalho sexual. A entrevista será individual e realizada em um local combinado ou online, se assim preferir.

Esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem a própria história e trajetória. Diante dessas situações, as participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, o pesquisador irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da saúde mental, em especial para obtenção de dados voltados para saúde mental de pessoas transexuais e travestis, para a construção de novos

conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para os serviços de saúde. O pesquisador realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento a senhora pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pelo pesquisador e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada às participantes para validação das informações. A entrevista terá o tempo máximo de duração de 1 (uma hora). Serão realizados os downloads das gravações de áudio e os respectivos arquivos serão armazenados em um dispositivo eletrônico local (computador) do pesquisador, por 1 (um) ano antes de serem destruídos.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do CNS, e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. O CEP da Universidade Federal de São Carlos está inserido na estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) da UFSCar. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Victor Stefaniszen

Endereço: Rua Baltazar Fernandes, 380. Vila Santana, Sorocaba/SP

Contato telefônico: (15) 997030569 E-mail: vstefaniszen@estudante.ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perguntas geradoras

- a. Você sentia ou sente que, de algum modo, o trabalho sexual afeta sua saúde mental?

- b. Se sim, de que forma você sente que esses efeitos se manifestavam ou manifestam física e/ou psicologicamente?

- c. Você sentia ou sente alguma forma de pressão financeira? Como você se relaciona com o dinheiro ganho no trabalho sexual?

- d. Você possuía ou possui algum tipo de apoio ou rede de suporte que possa vir a ajudar com efeitos negativos do trabalho sexual?

- e. O que você acha que poderia ajudar com as questões de saúde mental de trabalhadores sexuais?